

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2014 – 2015 – **2016** – 2017

VILA DE SÃO SEBASTIÃO | VILA DO PORTO JUDEU | FETEIRA | RIBEIRINHA | SÃO BENTO |
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO | SÉ | SANTA LUZIA | POSTO SANTO | SÃO PEDRO |
SÃO MATEUS DA CALHETA | TERRA CHÃ | SÃO BARTOLOMEU DE REGATOS | CINCO RIBEIRAS |
SANTA BÁRBARA | DOZE RIBEIRAS | SERRETA | RAMINHO | ALTARES





MUNICIPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Errata

Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Após a aprovação, pela Câmara Municipal, para remessa à Assembleia Municipal dos Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram encontrados os seguintes erros, cuja lista de páginas e linhas se enumeram, seguidas da sua correção.

ERRATA				
Página	Parágrafo	Linha	Onde se lê	Leia-se
41	4	3	-55,37	menos 53,37
48	2	2	621,74	502,298
60	2	2	15.505.956,11€	15.506.504,65€
103	3	2	2.339.850,26€	2.256.374,57€

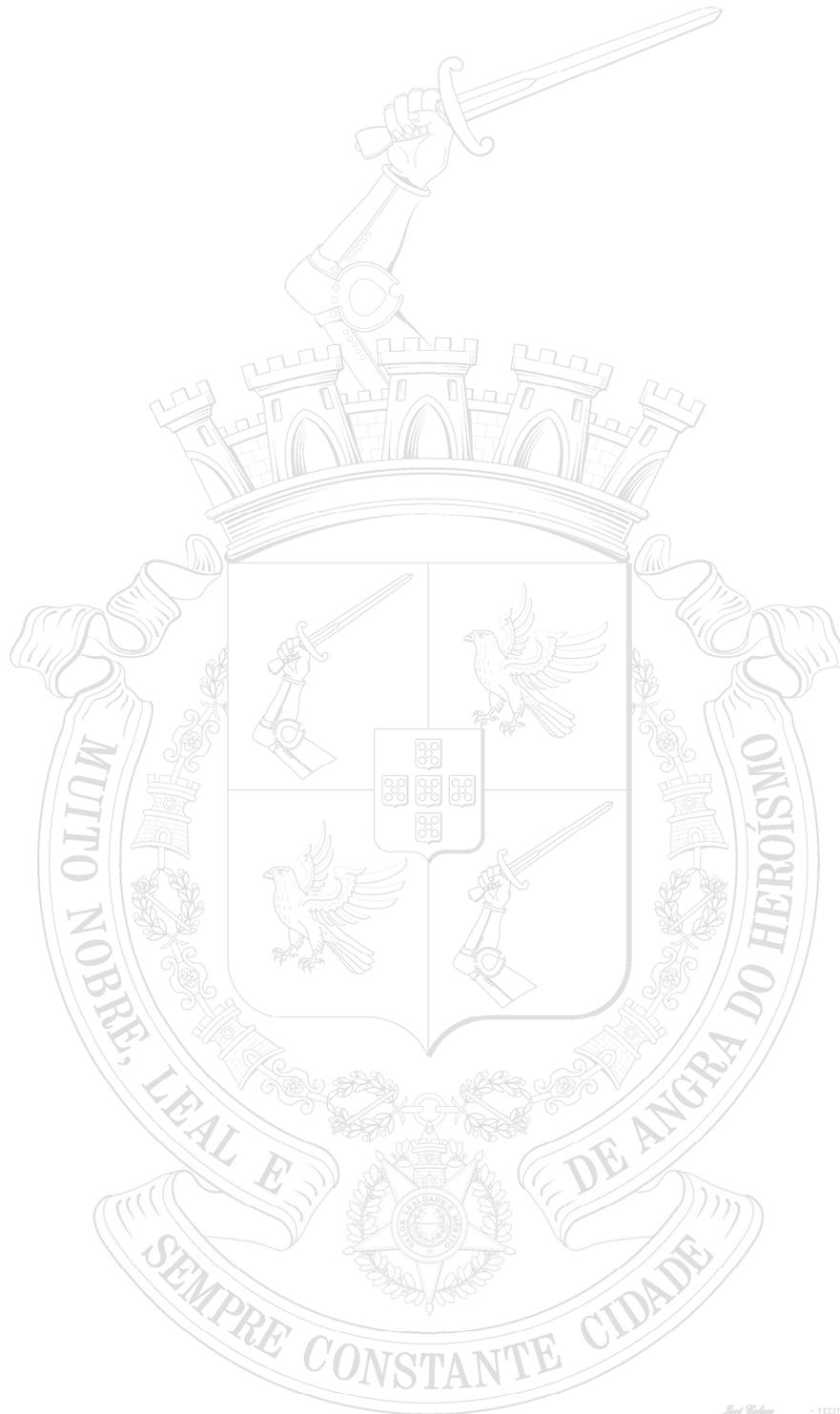
A presente errata será entregue ao Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, fazendo parte integrante do Relatório de Gestão.

Angra do Heroísmo, 28 de Abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

José Gabriel do Álamo de Meneses





João Rodrigues - FEICIT-VII-1961/13

Município de Angra do Heroísmo

Praça Velha, Sé

9700 – Angra do Heroísmo

Telefone: 295 401 700 | Fax: 295 401 701

www.cmah.pt | angra@cmah.pt

Documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2016

Aprovados em reunião de Câmara de 17 de abril de 2017 e em

Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2017.



1 - Enquadramento Económico	3
1.1 - Enquadramento Exógeno	3
1.2 - Enquadramento Endógeno	3
1.3 - O Nosso Concelho	9
2. Órgãos Municipais	24
<i>Composição dos Órgãos do Município a 31 de Dezembro de 2016</i>	24
2.1 Recursos Humanos	26
3. Análise Financeira	32
3.1 - Resultados Orçamentais	32
3.1.1 Evolução da Receita	32
3.1.2 Receita por Grandes Agregados	33
3.1.3 Receita Estrutural	38
3.1.4 Evolução da Despesa	38
3.1.5 Despesa por Grandes Agregados	40
3.1.6 Despesa Estrutural	44
3.2 - Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)	44
3.3 - Transferências efetuadas pela CM para o Sector Empresarial Local e Serviços Municipalizados	45
3.4 - Endividamento	46
3.5 - Saldo da Gerência	48
3.6 Evolução da Estrutura de Proveitos e Custos	48
Proveitos e Ganhos	48
Custos e Perdas	49
Resultados	51
3.7 Evolução da Estrutura Patrimonial	52
Análise Financeira	52
Análise Económica	54
3.8 Análise de Centros de Custos	56
A - Balanço	88
B - Demonstração de Resultados	91
C - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	93
4. Proposta de Aplicação de Resultados e Aprovação do Saldo de Gerência	103
4.1 - Proposta de Aplicação de Resultados	103
4.2 - Proposta de aprovação do Saldo de Gerência	103
5. Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício	103
6. Auditoria Externa das Contas	105
6.1 - Relatório e Parecer do Fiscal Único	105
6.2 - Certificação Legal das Contas	105
7. Declarações previstas artº 15º al. a) e b) LCPA	106
7.1 - Declaração de compromissos plurianuais existentes	106
7.2 - Declaração de Pagamentos em atraso	106
7.3 - Declaração de Recebimentos em atraso	106



1 - Enquadramento Económico

1.1 - Enquadramento Exógeno

No plano internacional, 2016 foi um ano de profundas mudanças nos sectores económico, político e financeiro europeu e global.

No campo da política europeia é de realçar a nomeação do novo governo de Espanha, após dez meses de indefinição governativa, a designação de um novo primeiro ministro em Itália, após referendo sem sucesso à reforma constitucional do país, e o resultado do referendo sobre a não permanência do Reino Unido na União Europeia, o denominado *Brexit*.

Quanto à situação política global, é de realçar o resultado das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, com a vitória de Donald Trump com um programa expansionista, prometendo o investimento em infraestruturas e redução de impostos, e com uma aparente estratégia de confrontação com países como a China ou o México, com o Partido Republicano a controlar as duas câmaras do Congresso. É de destacar ainda a eleição de um português para o cargo de Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, tendo em conta o seu percurso como ex-primeiro ministro e alto comissário das Nações Unidas para os refugiados.

Nos sectores económico e financeiro, a incerteza e os riscos que a economia mundial já enfrentava foi agravada pelo resultados das eleições presidenciais nos EUA, com o seu programa económico expansionista e a provável implementação de políticas com acentuada vertente protecionista. O conseqüente potencial inflacionista, que já surtiu efeitos na depreciação do euro em relação ao



dólar, pode conduzir à subida das taxas de juro, onde se prevê a desaceleração das compras líquidas de títulos de dívida pública pelo BCE, com consequências na gestão da dívida pública europeia.

No âmbito europeu, durante o ano de 2016 entrou em vigor a liberalização de comércio da UE com diversos países da África Austral, incluindo Moçambique; foi adotada a iniciativa *Start-up Scale-up*, no âmbito da iniciativa StartUp Europe da Comissão Europeia, oferecendo oportunidades às empresas europeias de se tornarem líderes a nível mundial; foi acordado o alargamento do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos no âmbito do Plano de Investimento da Europa, mais conhecido como Plano Juncker; e o BCE prolongou o programa de compra de ativos, reduzindo gradualmente o ritmo das aquisições sem alteração dos limites de detenção de dívida, o que pressiona as *yields* na periferia do euro, visando a retoma gradual do PIB da área euro com uma inflação abaixo de 2% até 2019.

À semelhança dos anos transatos, vários países da União Europeia, e não só, voltaram a ser alvo de ataques terroristas bem como destino de fluxo migratório oriundo de países em guerra e regiões afetadas por conflitos, fome, intolerância religiosa, violação dos direitos humanos, tráfico humano e violência. A nível europeu, o fluxo migratório verificado foi considerado a maior onda migratória e a resultante maior crise humanitária enfrentada na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Em consequência, alguns países da Europa tentaram fechar as suas fronteiras e suspenderam acordos firmados no âmbito dos Acordos de Dublin no que diz respeito aos pedidos de asilo por parte dos refugiados.



No plano nacional em 2016: ocorreu em Lisboa o maior evento de tecnologia do mundo, o “Web Summit”, com o lançamento do programa “200M€, coinvestir com os melhores”, onde o Estado se propõe financiar, em conjunto com investidores privados, as empresas inovadoras tecnológicas que necessitem de capital de risco.

No campo das finanças públicas, Portugal poupou cerca de 41M€ em juros com o reembolso antecipado de duas parcelas do empréstimo do FMI, no âmbito do programa de Assistência Económica e Financeira.

Também de ressaltar ter Portugal estabelecido acordos económicos e culturais com a República Popular da China, nomeadamente nas áreas de parceria da indústria e dos portos.

Agência de notação canadiana DBRS manteve o *rating* da dívida pública portuguesa ao nível do investimento, o que permitiu à banca nacional obter financiamento no Eurosistema e a participação da dívida portuguesa no programa de compra de ativos do BCE.

O crescimento PIB acelerou no terceiro trimestre com a maior subida homóloga, traduzindo o reforço do contributo positivo das exportações líquidas em virtude da procura interna se ter tornado menos predominante. O peso das exportações no PIB subiu para um nível histórico, 40,2% no 3º trimestre em relação aos trimestres anteriores, enquanto que a taxa de investimento manteve uma trajetória descendente, atingindo um novo mínimo da série, de 14,4%.

A retribuição mínima mensal garantida para 2017 fixou-se em 557,00€ (€584,85 nos Açores), e foi decretado o fim da retenção na fonte da sobretaxa de IRS até ao 2º escalão de



rendimento, entre outros acordos firmados no contexto da aprovação do Orçamento do Estado para 2017.

Nos mercados monetários, as taxas Euribor atingiram novos mínimos, cada vez mais negativos nos meses de Setembro e Novembro, com valores médios de -0,313% a 3 meses, -0,215% a 6 meses e -0,074% a 12 meses. No mercado secundário de dívida pública, a *yield* média a 10 anos da dívida da República Portuguesa subiu para o máximo de dois anos e meio em Novembro, tornando-se a segunda maior da Zona Euro, com 3,51%.

1.2 - Enquadramento Endógeno

Os Açores continuam a ser a região mais jovem do país, com cerca de 28,5% da população total com menos de 35 anos. A população total dos Açores estima-se em cerca de 247,4 milhares de pessoas, com 49,2% homens e 50,8% mulheres (dados do INE do 4º trimestre de 2015). Apesar desta vitalidade demográfica, a população ativa é a que apresenta a menor percentagem de licenciados do país, 17%, mas com tendência para o rápido crescimento, sendo a população empregada por volta dos 106 milhares de pessoas.

A economia açoriana é dominada pelo setor terciário, que representa um total de 32,9% do emprego total dos Açores, sendo que os setores do comércio, alojamento e restauração representam 19,5% do emprego total. No setor secundário, a indústria de transformação destaca-se com 7,4% e a construção, apesar de já não ter a importância de outrora, ainda representava 6% do total do emprego no 4º trimestre de 2015. No setor primário, a atividade agrícola e de produção animal, com uma importância muito significativa para a economia açoriana, apresentou um aumento do emprego



face ao trimestre homólogo, e representava 10,6% do emprego total nos Açores.

Em Outubro de 2016, o Indicador de Atividade Económica (IAE) nos Açores registou uma subida, atingindo os 1,7%, em comparação com o mês de Setembro em que era de 1,4%, mas no entanto foi inferior ao mês homólogo de 2015, que fora de 3,3%.

Durante o ano de 2016, o índice de vendas no comércio a retalho nas grandes superfícies comerciais, a preços correntes, apresentou um acréscimo de 3,46%. A atividade turística, de Janeiro a Novembro de 2016, apresentou um aumento significativo a nível de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, com 78,8 mil dormidas, representando um acréscimo homólogo de 25%, o que se traduz na economia dos Açores num total de 3,1 milhões de euros, com os proveitos de aposento a atingirem 2,1 milhões de euros.

Estima-se que o número de dormidas na hotelaria tradicional durante o mês de Dezembro de 2016 tenha sido de 61 mil pessoas, tendo desembarcado nos aeroportos dos Açores 84.953 passageiros, um aumento de 10,4% face ao mês homólogo. Desses passageiros, 6.547 eram de origem estrangeira e 44.606 originários de território nacional. Neste mesmo período, registaram-se 50.465 dormidas em estabelecimentos de turismo rural, refletindo um aumento homólogo de 9,3%.

O setor do turismo está em expansão, acelerado com as rotas operadas pelas operadoras aéreas *low-cost*, com os Açores a atraírem um número crescente de turistas europeus e nacionais, por ser uma região onde se pode desfrutar de um



ambiente saudável, de uma gastronomia incomparável e de uma natureza vasta, oferecendo a quem nos procura a nossa hospitalidade e os nossos produtos regionais. No concelho de Angra do Heroísmo, à semelhança de outros do arquipélago, a atividade turística também tem forte impacto positivo na revitalização da economia local, nomeadamente com a abertura de novos estabelecimentos do ramo da hotelaria, de novos empreendimentos turísticos, nomeadamente na observação de cetáceos, veículos de aluguer, artesanato e produtos agroalimentares.

Indicador	Período	Valor	
Indicador Atividade Económica	Novembro 2016	1,40%	
Taxa de Desemprego	4º Trimestre 2016	10,40%	
Taxa de Inflação	Dezembro 2016	1,23%	
Indicador	Período	Variações Homologas	
		Últimos 3M	Últimos 12M
Leite de vaca entregue nas fábricas	Dezembro 2016	1,50% ▼	1,20% ▼
Pesca descarregada	Dezembro 2016	20,20% ▼	30,10% ▼
Venda de cimento	Dezembro 2016	7,30% ▲	7,60% ▲
Energia elétrica produzida	Dezembro 2016	1,00% ▲	1,20% ▲
Abate de carne (bovinos, suínos e aves)	Dezembro 2016	6,70% ▲	10,30% ▲
Leite para consumo	Dezembro 2016	14,90% ▼	4,90% ▼
Índice de vendas com retalho-Prod.Aliment.	Dezembro 2016	0,25% ▲	1,73% ▲
Turismo (dormidas estabelecimentos hoteleiros)	Novembro 2016	23,00% ▲	22,90% ▲
Desembarque passageiros nos aeroportos	Dezembro 2016	15,40% ▲	19,90% ▲
Venda de automóveis novos	Dezembro 2016	23,00% ▲	32,10% ▲

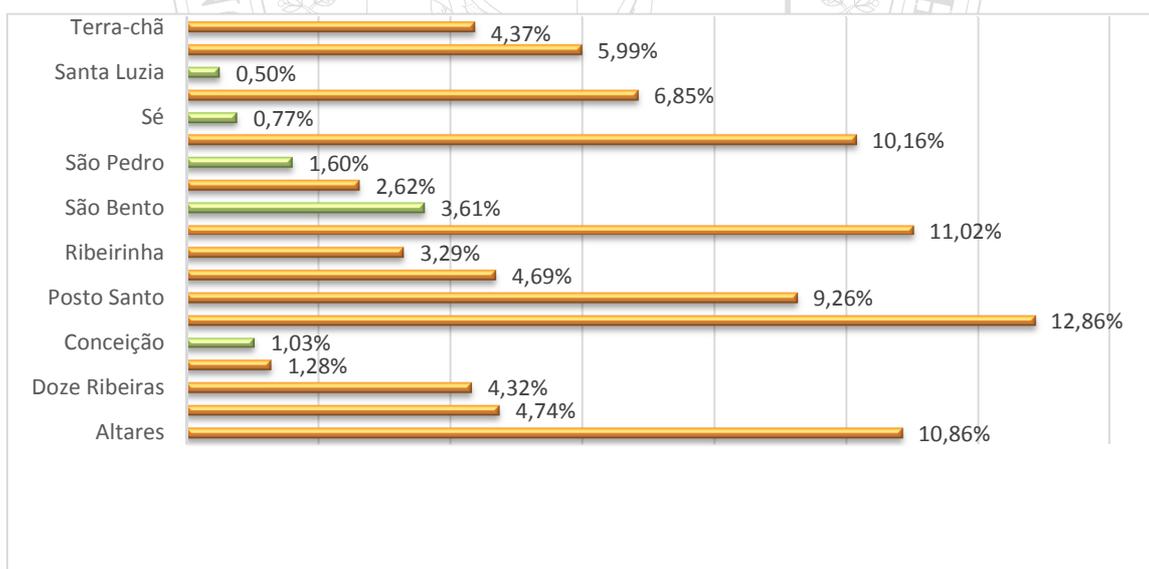
Fontes bibliográficas consultadas: SREA, INE, CIP, CCAH, CMAH, FCCIA2016 e Wikipedia



1.3 - O Nosso Concelho

O concelho de Angra do Heroísmo ocupa a região sudoeste da ilha Terceira, com 239,88 km² de área. É constituído por 19 freguesias, com as freguesias de Sé, São Pedro, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição e São Bento a constituírem a cidade de Angra do Heroísmo, sede do concelho. As restantes 14 freguesias são maioritariamente rurais - Altares, Raminho, Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara, Cinco Ribeiras, São Bartolomeu dos Regatos, São Mateus da Calheta, Terra Chã, Posto Santo, Ribeirinha, Vila do Porto Judeu, Feteira e Vila de São Sebastião - ocupando as costas sul, oeste e parte da costa norte da ilha e a maior parte do seu interior. São Sebastião e Porto Judeu são núcleos urbanos com a categoria de vila, tendo São Sebastião sido sede de concelho entre 1502 e 1870.

Figura 1: Área das freguesias em relação à totalidade do concelho



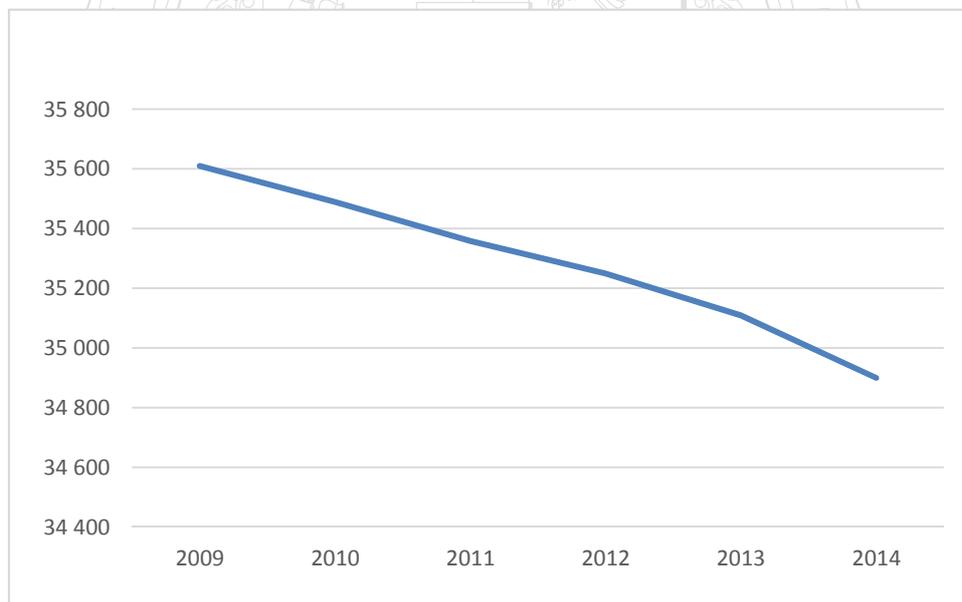


As cinco freguesias citadinas da sede do concelho perfazem apenas 8,54% da totalidade da área, com especial destaque para as freguesias de Santa Luzia, Sé e Nossa Senhora da Conceição, sendo que esta última e São Bento incluem no seu território uma importante parcela rural. Por outro lado, entre as restantes freguesias destacam-se pela sua área o Porto Judeu, São Bartolomeu, Altares e São Sebastião.

- **Demografia:**

O último registo estatístico publicado aponta para uma população residente no concelho de 34.900 habitantes, o número de residentes mais baixo dos últimos seis anos. O número de habitantes estimado é inferior ao determinado aquando da realização da última operação censitária, o Censo de 2011.

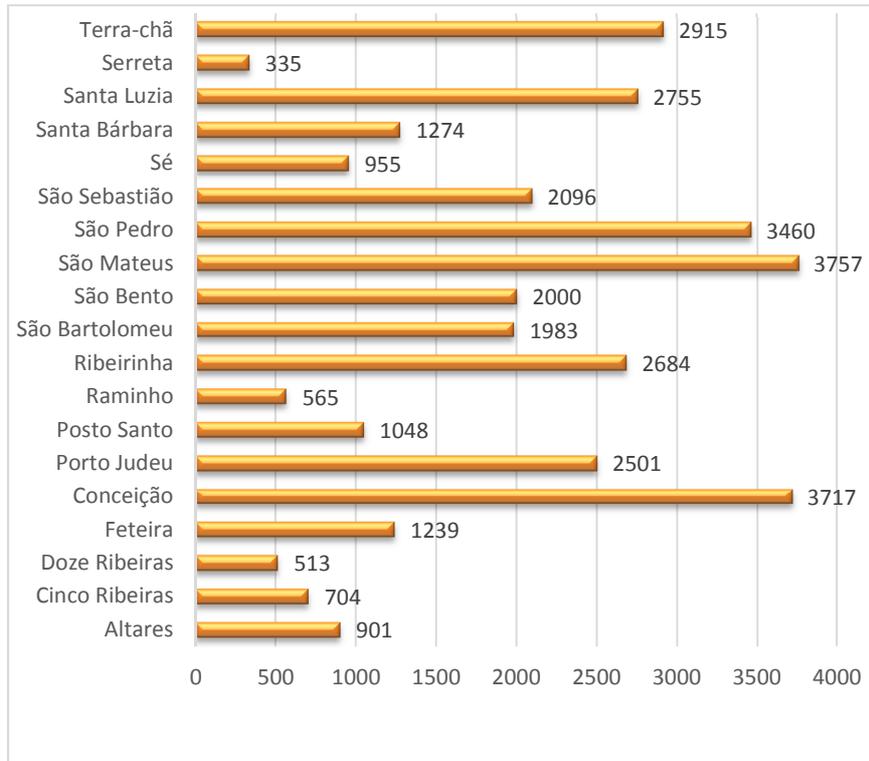
Figura 2: População residente



Porém, no que respeito à distribuição dos habitantes pelas 19 freguesias o panorama é o refletido na figura 3, fundamentado nos censos de 2011.



Figura 3: Distribuição da população por freguesia



Algumas das freguesias urbanas, como esperado dada a maior densidade populacional do território citadino, são as que maior população apresentam: Conceição, São Pedro, Santa Luzia, São Bento e Sé apresentam na sua totalidade 12 887 habitantes, isto é, cerca de 36% da população total do município.

No que respeita às freguesias não citadinas, são de destacar São Mateus da Calheta e Serreta, onde a primeira é a que alberga maior população (3 757 habitantes) e a segunda a menor (335 habitantes). Quanto às duas vilas, a vila de São Sebastião tinha 2096 habitantes e a vila do Porto Judeu 2501 habitantes.

Deste modo, e fundamentando novamente a análise em dados de 2011, as freguesias que compõem a sede do concelho são as que também registam, conseqüentemente, a maior densidade populacional. Como concluído pela figura 4, Santa Luzia, inequivocamente, assinala a maior densidade populacional,



com 2296 habitantes por km². Contrariamente, a Serreta apenas regista 23 habitantes por km², seguida dos Altares, com 34,6 habitantes por km². Por fim, São Mateus e Feteira são, das freguesias não citadinas que maior densidade populacional apresentam.

Figura 4: Densidade populacional por freguesia



Tabela 1: Distribuição da população residente por grupos etários

	Total	0-14 anos	15-64 anos	65+ anos
1960	43.374	12.875	27.320	3.179
1981	32.808	8.412	20.392	4.004
2001	35.581	7.028	23.474	5.079
2011	35.402	5.793	24.398	5.211

A análise da distribuição da população residente por grupos etários permite concluir que o fenómeno de transição demográfica ocorreu no concelho ao longo das décadas de 1960 a 1990, e que, tal como na generalidade das regiões com bons índices de desenvolvimento social, também em Angra do Heroísmo a população está a ficar progressivamente envelhecida. Para além da diminuição da população residente, verifica-se que os residentes estão são mais



velhos, com uma progressiva redução do número de crianças, que de 12875 em 1960 passou para 5793 em 2011, e um correspondente aumento nos maiores de 65 anos, que passou de 3176 em 1960 (7% dos residentes) para 5211 em 2011 (14%), refletindo o enorme aumento na esperança média de vida e a redução na natalidade verificados no período. Em consequência, os índices de envelhecimento, longevidade e dependência dos idosos registaram contínuos aumentos desde a década de 1960.

Tabela 2: Índices populacionais

	Índice de Envelhecimento	Índice de longevidade	Índice de dependência de Idosos
1960	24,7	37,9	11,6
1981	47,6	31,7	19,6
2001	72,3	43,0	21,6
2011	90,0	46,9	21,4

Tabela 3: Taxas populacionais

	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade
2001	12,0	11,4
2009	10,0	11,1
2010	9,2	11,8
2011	10,3	10,2
2012	9,4	10,1
2013	9,2	10,8
2014	8,7	10,3

Em consequência da melhoria acentuada da qualidade de vida, a taxa de mortalidade no concelho regista acentuada diminuição, acompanhada por ainda maior diminuição na taxa bruta de natalidade.



No que respeita às estimativas de população residente, que o saldo migratório no concelho é negativo, sendo no período ligeiramente maior a estimativa dos que emigram em relação à população que imigra. Daqui resulta que em 2013 o saldo total do movimento da população atinja -160, isto é, o saldo populacional estimado aponta para um ligeiro decréscimo (-0,48%/ano).

Tabela 4: Saldo populacional

	Saldo total	Saldo natural	Saldo migratório
2009	-76,0	-39	-37
2010	-166,0	-93	-73
2011	-95,0	6	-101
2012	-122,0	-25	-97
2013	-160,0	-56	-104

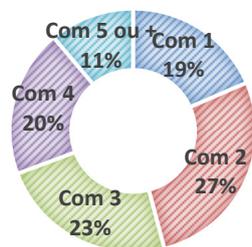
• **Famílias:**

Segundo os últimos dados publicados (2011), o número total de residentes em famílias clássicas, isto é, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, é no concelho de Angra do Heroísmo de 12 195 unidades.

Os dados disponíveis permite distinguir as famílias pela sua dimensão, criando agrupamentos que variam desde as famílias com apenas uma pessoa até às famílias constituídas por cinco ou mais pessoas. No concelho de Angra do Heroísmo, a categoria dominante das famílias clássicas é aquela que tem apenas duas pessoas no agregado familiar (27%), seguindo-se as com três pessoas (23%), sendo que mais de metade das famílias tem 3 ou menos membros. Os residentes em agregados maiores, ou seja, com cinco ou mais pessoas, são os que apresentam menor percentagem, com apenas 11% do total das famílias.



Figura 5: População residente em famílias clássicas



As freguesias citadinas da Conceição e São Pedro têm o maior número de habitantes agrupados em famílias clássicas, com cerca de 11,3% e 10,7%, do número total de famílias clássicas do concelho. As freguesias de São Pedro e São Mateus da Calheta, sendo as onde maior população reside, são também as onde residem mais pessoas em agregados familiares com duas ou três pessoas.

Tabela 5: População residente por família clássica e por freguesia

	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5 ou +
Altares	298	41	84	67	70	36
Conceição	1.377	360	427	273	193	124
Santa Luzia	937	220	285	224	137	71
São Pedro	1.306	334	364	287	205	116
Sé	395	148	111	70	35	31
Cinco Ribeiras	232	24	71	48	60	29
Doze Ribeiras	191	37	53	54	35	12
Feteira	427	65	119	111	86	46
Porto Judeu	771	86	193	170	178	144
Posto Santo	348	51	79	91	92	35
Raminho	202	34	68	42	42	16
Ribeirinha	908	144	230	228	197	109
Santa Bárbara	444	77	129	93	97	48
São Bartolomeu	655	86	165	172	145	87
São Bento	723	144	206	188	116	69
São Mateus	1.206	148	280	309	315	154



	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5 ou +
Serreta	117	19	35	24	29	10
Terra Chã	954	144	246	212	214	138
São Sebastião	704	92	201	184	146	81

• Educação:

Tendo como base os resultados do censo de 2011, conclui-se que em matéria de escolaridade houve uma enorme melhoria face aos níveis das décadas anteriores, com 80.9% dos angrenses com pelo menos o nível básico de educação completo e apenas 19,1% não registando qualquer escolaridade concluída (neste grupo se incluindo os menores de 10 anos), e que a taxa de analfabetismo registada seja de apenas 4,3%. Este último valor está dentro das médias regionais europeias, ficando mesmo abaixo do valor registado em algumas regiões industrializadas, tendo desde a década de 1980 vindo a diminuir substancialmente.

Figura 6: População distribuída por nível de educação

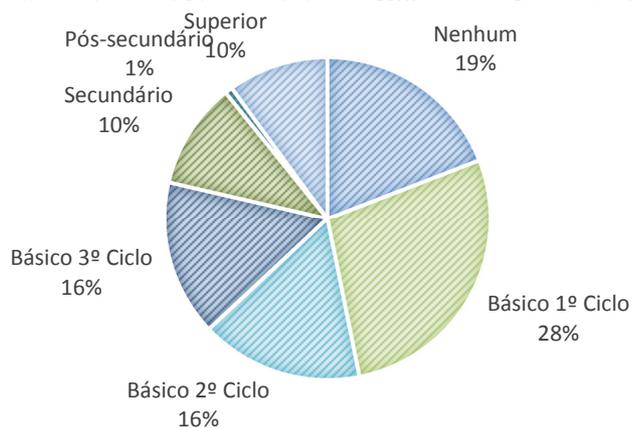




Tabela 6: Taxa de analfabetismo

	Total	Homens	Mulheres
1981	18,5	19,6	17,4
2001	8,5	8,7	8,2
2011	4,3	4,4	4,2

Os níveis de educação dividem-se entre o ensino básico, constituído pelo 1º, 2º e 3º ciclos, o ensino secundário e pós-secundário, que inclui os cursos de especialização (antigos CET e similares), e, por último, o ensino superior.

No concelho, a maioria dos cidadãos com escolaridade concluída possuem apenas o 1º ciclo do ensino básico (9 831 pessoas), correspondendo essencialmente à população mais idosa, cujo percurso escolar foi feito no período em que a escolaridade obrigatória se resumia ao 4.º ano de escolaridade. Numa análise mais aprofundada, conclui-se que as freguesias que compõem a sede do concelho, especialmente Conceição, Santa Luzia e São Pedro, são as que contam com maior número cidadãos com um nível de ensino secundário, pós-secundário e superior. Entre as freguesias não citadinas, destacam-se São Mateus, Ribeirinha, Porto Judeu e Terra Chã pelo número de habitantes com maior escolaridade concluída. No entanto, fora da cidade, a freguesia de São Mateus é sem dúvida, a que tem maior número de habitantes com formação superior.

Tabela 7: População por nível de educação e freguesia

	Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Altares	202	263	178	142	74	2	40
Conceição	599	1.044	531	592	426	32	493
Santa Luzia	494	694	364	496	326	23	358



	Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
São Pedro	494	623	424	578	526	44	771
Sé	107	226	94	171	142	7	208
Cinco Ribeiras	136	217	122	121	68	5	35
Doze Ribeiras	107	181	90	67	54	0	14
Feteira	233	311	210	187	149	6	143
Porto Judeu	487	809	486	353	234	25	107
Posto Santo	193	294	190	164	130	9	68
Raminho	99	231	87	76	44	0	28
Ribeirinha	574	913	436	339	243	14	165
Santa Bárbara	266	455	236	178	95	4	40
São Bartolomeu	403	554	331	317	198	19	161
São Bento	299	559	310	362	238	18	214
São Mateus	879	962	674	563	344	26	309
Serreta	77	134	37	51	27	0	9
Terra Chã	620	709	510	499	274	21	282
São Sebastião	485	652	393	299	166	9	92

• Emprego e Mercado de Trabalho:

Na vertente de mercado de trabalho, a população divide-se em ativa e inativa, onde a primeira é constituída por indivíduos com idade mínima de 15 anos e que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Isto é, da população ativa fazem parte tanto os sujeitos empregados como os que se encontram desempregados ou na fase final da sua formação académica (secundário e superior, correspondente à faixa dos 15 aos 25 anos de idade).

Em 2011, a população ativa era de 16.882 indivíduos, dividindo-se em 15.311 empregados e 1.571 desempregados ou em formação. A taxa de atividade, no mesmo ano, era de 64,6%. Por outro lado, a taxa de inatividade, desde a década de 1980, tem vindo a diminuir, registando cerca de 36% em 2011 (correspondendo essencialmente a parte da população feminina menos jovem, pessoas incapacitadas para



o trabalho e a desempregados de longa duração desencorajados).

É inativo quem não está empregado nem desempregado, como é o caso da população estudantil, doméstica e reformada. Esta diminuição na taxa de inatividade advém essencialmente da população doméstica ter decrescido, das reformas serem mais tardias e do aumento verificado no número de cidadãos empregados ou à procura de emprego. Porém, esta realidade pode também estar relacionada com o aumento do nível de instrução dos cidadãos e do aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Tabela 8: População ativa e taxas de atividade e inatividade

	População ativa	Taxa de atividade			Taxa de inatividade		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1981	11.679	79,8	79,8	17,8	43,8	20,1	66,7
2001	15.261	64,5	64,5	43,1	37,4	28,3	46,0
2011	16.882	64,6	64,6	50,0	35,9	29,4	42,2

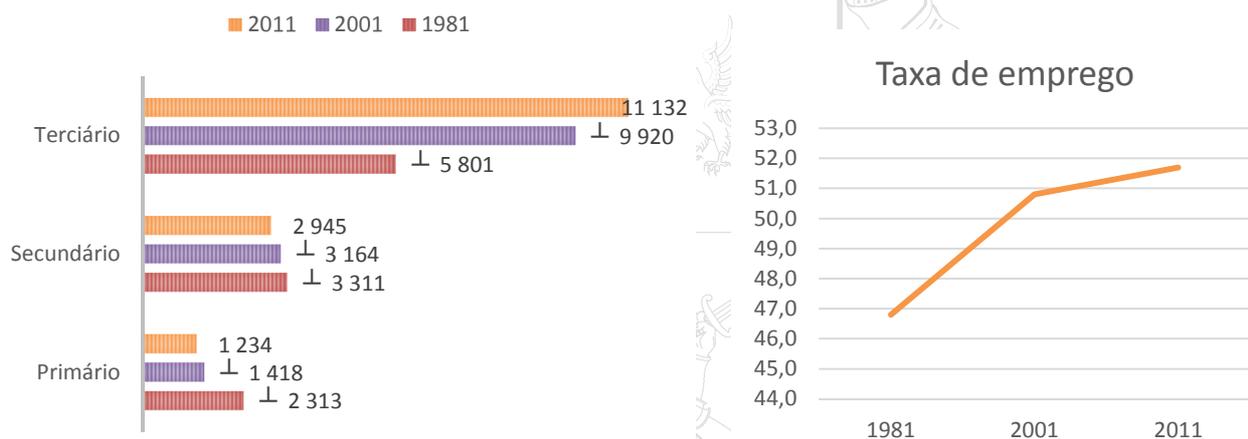
A população empregada, como referido anteriormente, tem sido crescente. Deste modo, a taxa de emprego tem aumentado, atingindo 51,7%. Paralelamente, a população desempregada tem, também, aumentado. Tal pode ser devido à crise económica que afeta sectores importantes da economia local, mas, no que respeita à taxa de inatividade, particularmente a masculina, ao aumento da população dos 15 a 25 anos de idade que se mantém em formação. Logo, a taxa de desemprego também aumentou atingindo, na última estimativa, cerca de 9,3%.

Assim, apesar de a taxa de emprego aumentar, a taxa de desemprego também aumentou, o que se explica com o número de empregados não aumentar na mesma proporção que o número de indivíduos que estão à procura de emprego.



Relativamente aos setores de atividade, a população empregada encontra-se na sua maioria no setor terciário, 72,7%, com o sector primário reduzido a 8,1% dos trabalhadores. São cerca de 11.132 os trabalhadores que estão empregados nas áreas de comércio, transportes, administração pública, educação e saúde. O setor secundário, constituído por 2.945 trabalhadores, abrange as áreas de indústria transformadora e construção. Por fim, o setor primário, que abrange a minoria dos empregados, 1.240 trabalhadores, é constituído pelas áreas da agricultura, floresta, caça e pesca.

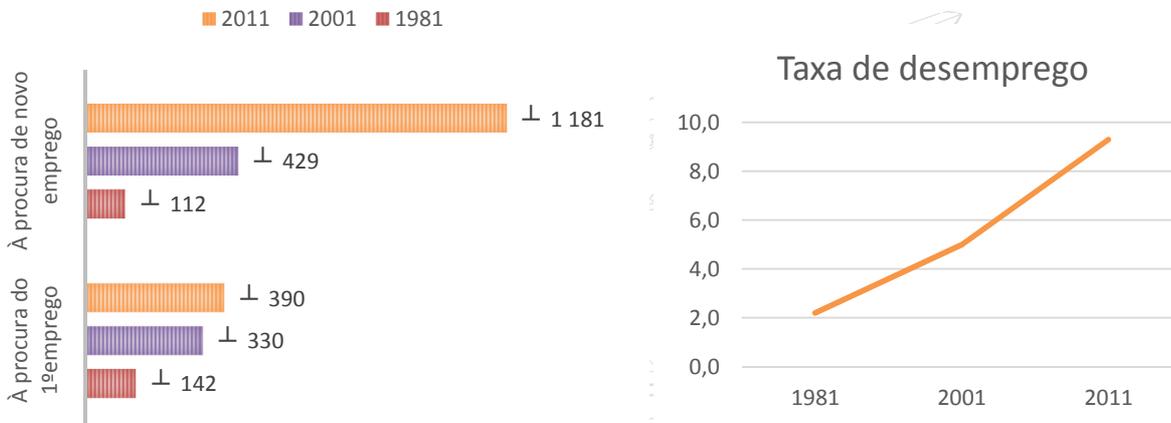
Figuras 7 e 8: Distribuição da população ativa por setores e taxa de emprego



A população desempregada é dividida em dois grupos: os desempregados que se encontram à procura do primeiro emprego e os desempregados que estão à procura de um novo emprego. O segundo grupo é o que maior representação tem na população desempregada do concelho de Angra do Heroísmo. Este número tem vindo a aumentar desde 1981. Quanto aos desempregados à procura do primeiro emprego, verifica-se que também têm aumentado, incluindo, por exemplo, recém licenciados que não conseguem ingressar de imediato no mercado laboral.



Figuras 9 e 10: Distribuição da população desempregada e taxa de desemprego



• Empresas:

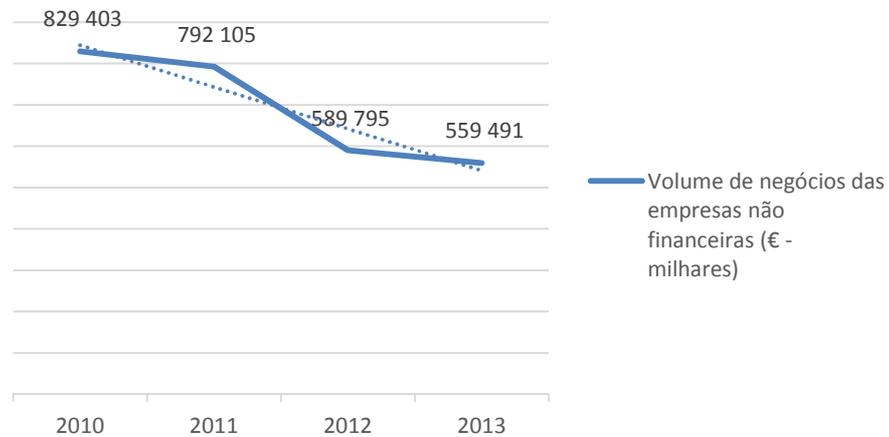
Em 2013, o município de Angra do Heroísmo registava um total de 4.109 empresas não financeiras, isto é, cerca de 65% das empresas com sede na ilha Terceira, o que faz de Angra do Heroísmo o “coração” da atividade económica da Ilha.

Deste grupo de empresas, 1.233 são do setor primário - agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. A segunda maior área de atividade empresarial no concelho é a do comércio por grosso e a retalho, registando as 632 empresas.

Quanto à totalidade do volume de negócios das empresas não financeiras, desde 2010 tem vindo a ser registada uma importante diminuição.



Figura 11: Volume de negócios das empresas não financeiras



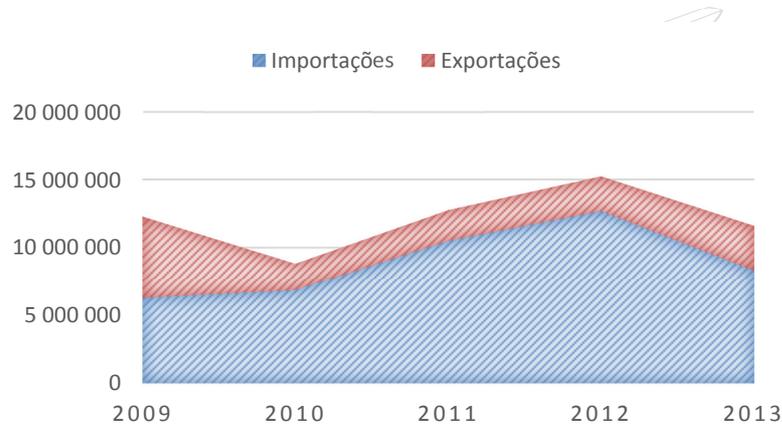
De modo geral, todas as empresas diminuíram o seu volume de negócios, no que diz respeito ao período de 2010 a 2013. Porém, a exceção foram as empresas agrícolas que cresceram o seu volume de negócios. Por outro lado, as empresas da área da indústria transformadora e de comércio, sendo as empresas que maior representação têm no volume de negócios do setor empresarial do conselho (em conjunto com as empresas agrícolas), diminuíram sensivelmente o seu volume de negócios.

É ainda de destacar que as empresas imobiliárias, que em 2010 atingiam um volume de 21.076 mil euros, no ano de 2013 desceram substancialmente para um volume de 3.774 mil euros, reflexo da profunda crise que atravessou o sector.

Por último, e analisando o valor dos bens importados e exportados pelas empresas, conclui-se que nos anos mais recentes as importações diminuíram enquanto as exportações aumentaram, sinal de uma evolução positiva na estrutura da economia local.



Figura 12: Valor dos bens importados e exportados pelas empresas



• **Condições de vida:**

O indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestada quotidianamente, por habitante, tendo por referência o valor nacional. Analisando este indicador para o município de Angra do Heroísmo é visível que o poder de compra por habitante tem aumentado substancialmente, com 92,1% da média nacional, continua aquém do desejável.

Tabela 10: Poder de compra per capita e proporção de poder de compra

Ano	Poder de compra per capita	Proporção de poder de compra
2000	71,78	0,257
2002	73,29	0,250
2007	90,72	0,300
2009	95,74	0,315
2011	91,22	0,306
2013	92,08	0,309



2. Órgãos Municipais

Composição dos Órgãos do Município a 31 de Dezembro de 2016

Câmara Municipal

Presidente da Câmara



José Gabriel do Álamo de Meneses
Doutorado em Engenharia Civil e do Ambiente

Vice-Presidente da Câmara



José Gaspar Rosa de Lima
Aposentado

Vereadora



Raquel Gomes Caetano Ferreira
Doutorada em Engenharia Florestal

Vereador



Guido de Luna da Silva Teles
Jurista

Vereador



António Lima Cardoso
Ventura
Engenheiro Zootécnico

Vereador



Nuno Alberto Lopes
Melo Alves
Economista

Vereador



Catarina Cristina
Ribeiro Rocha
Gonçalves da Silva
Matias
Socióloga



Gabinete de Apoio Pessoal da Presidente da Câmara a 31 de Dezembro de 2016

Chefe de Gabinete
Helena Maria da Rocha da Costa
Licenciada em Educação de Infância

Secretariado

Tiago Pedro Toste Vieira	Rui Miguel da Cunha Ataíde Bettencourt
--------------------------	---

**Assembleia Municipal
Presidente**



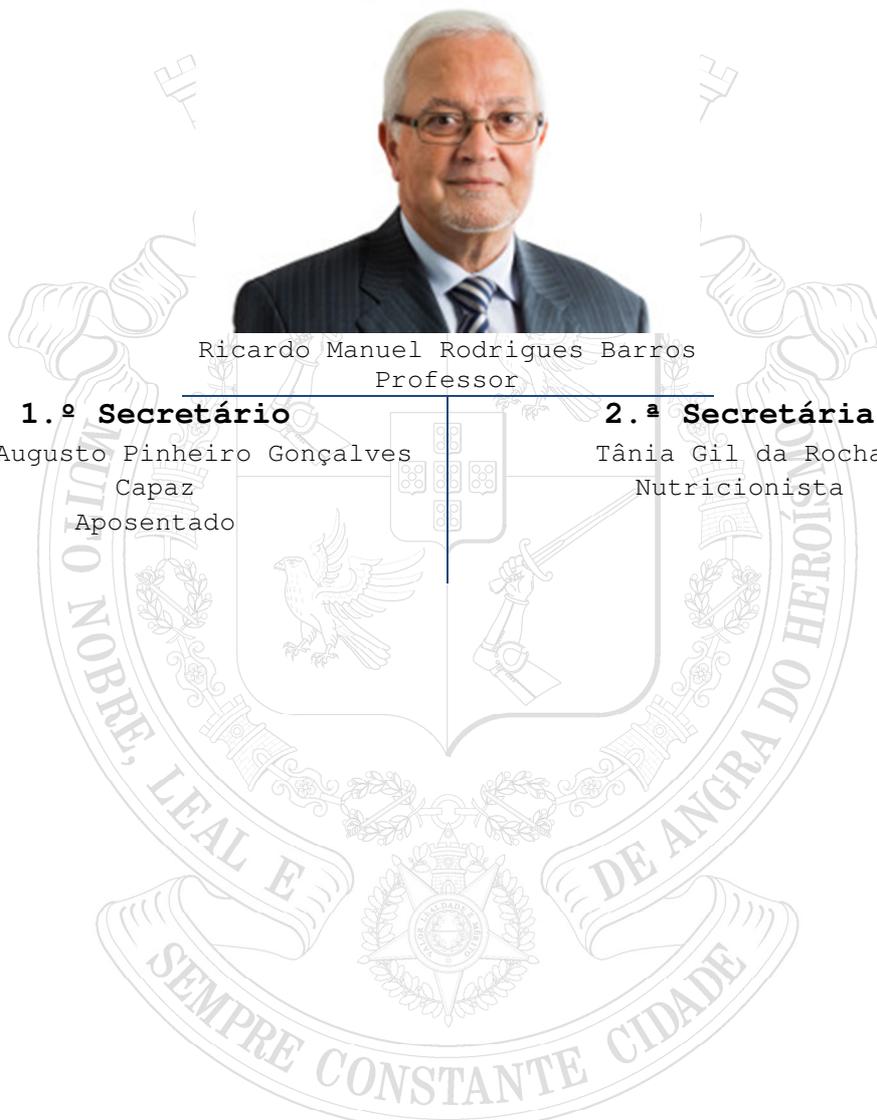
Ricardo Manuel Rodrigues Barros
Professor

1.º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves
Capaz
Aposentado

2.ª Secretária

Tânia Gil da Rocha
Nutricionista



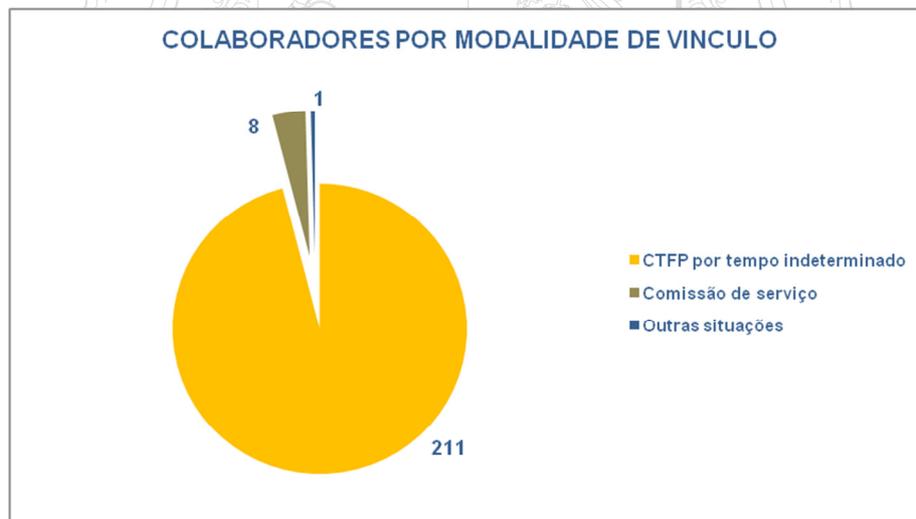


2.1 Recursos Humanos

No mercado de trabalho atual, monitorizar os recursos humanos pode ser decisivo como ferramenta de racionalização de recursos e otimização do desempenho. A atual conjuntura financeira transforma-os num elemento diferenciador e capaz de transformar qualitativamente os serviços, sem exigir recursos financeiros adicionais. Sabendo isto, é pertinente fazer uma análise, ainda que sucinta, aos recursos humanos existentes na Câmara Municipal de Angra de Angra do Heroísmo em 2016.

Estrutura

No final de 2016, a Câmara Municipal dispunha de um total de 220 colaboradores, do total de colaboradores, 211 eram contratados por tempo indeterminado, 8 estavam em comissão de serviço e 1 em outra situação.

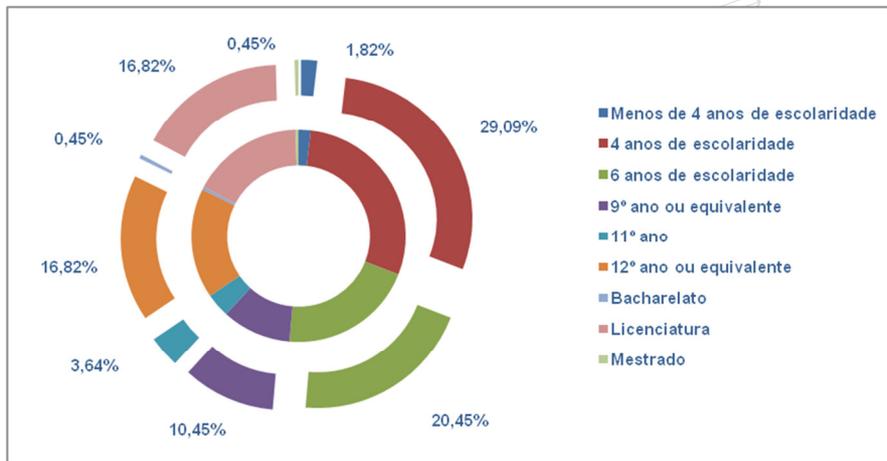


Habilitações literárias

Da observação do gráfico abaixo, extraímos que, relativamente às habilitações literárias, 30,90% dos colaboradores tinham quatro ou menos anos de escolaridade, 30,90% tinham entre seis e nove anos de escolaridade, 3,63% o 11.º ano de escolaridade, 16,81% tinham o 12.º ano de escolaridade ou equivalente, 0,45% possuía

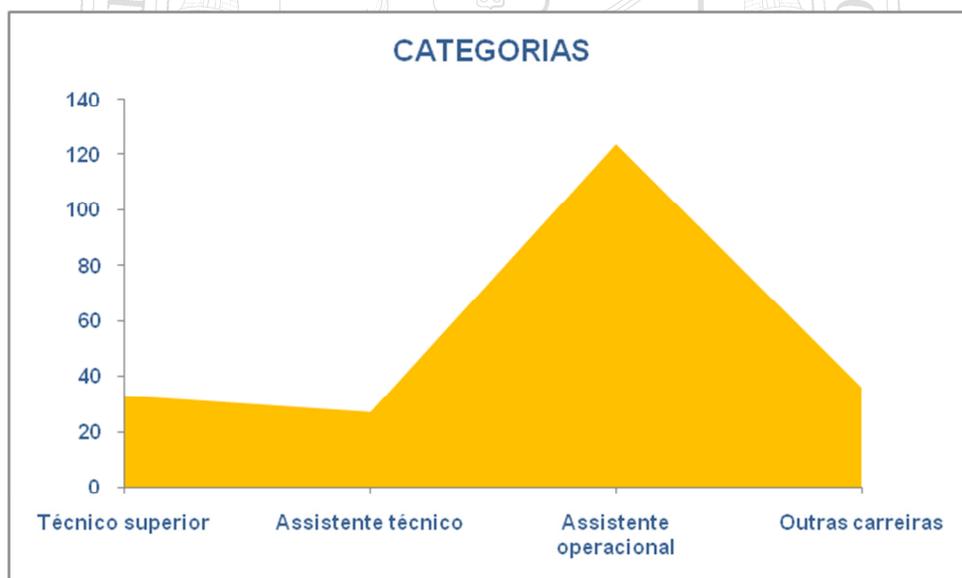


bacharelato, 16,81% era detentor de licenciatura e 0,45% tinha mestrado.



Cargos e carreiras

Dos 211 colaboradores contratados por tempo indeterminado, 63,5% pertenciam à carreira de assistente operacional, 19,4% eram assistentes técnicos, 15,6% pertenciam a carreira de técnico superior e 2,8% pertenciam às restantes carreiras.





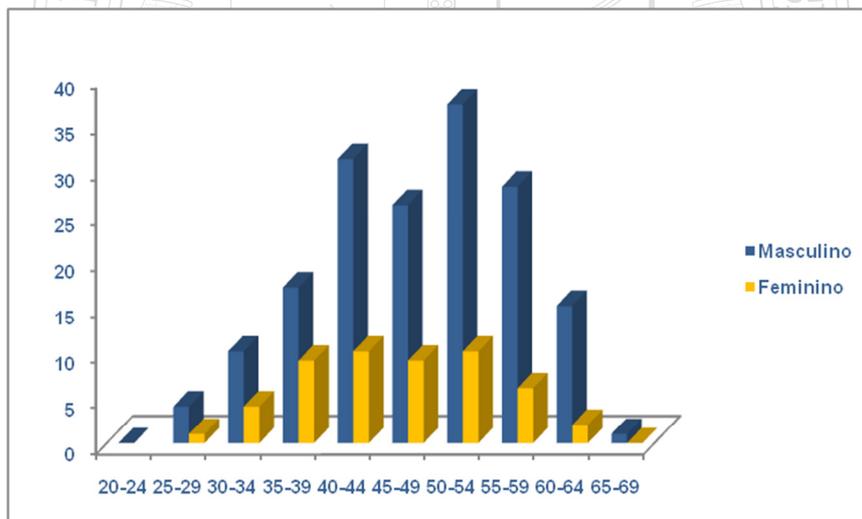
	Masculino	Feminino	TOTAL
Dirigente	5	1	6
Técnico Superior	19	14	33
Informática	3	1	4
Assistente Técnico	13	28	41
Assistente Operacional	127	7	134
Outros	2	0	2
TOTAL	169	51	220

Da análise do quadro anterior, destacam-se os seguintes aspetos:

- Dos 220 colaboradores da Câmara, 76,8% são homens.
- A carreira com maior relevância é a dos assistentes operacionais, sendo constituído por 134 colaboradores, na sua larga maioria do sexo masculino.

Contrariamente, a carreira dos assistentes técnicos representa 19,4% do pessoal, sendo formado, na sua maioria, por colaboradores do sexo feminino.

Trabalhadores segundo escalão etário e género

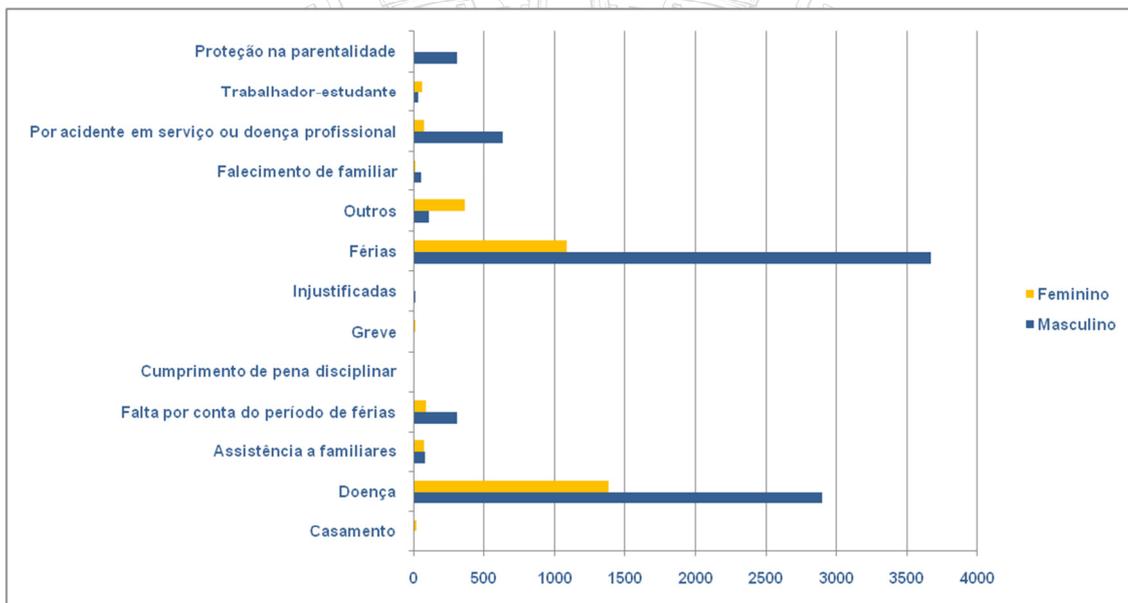


O maior número de trabalhadores da autarquia tem idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos, sendo mais aqueles que já ultrapassaram os 60 anos de idade do que os com menos de 35 anos.



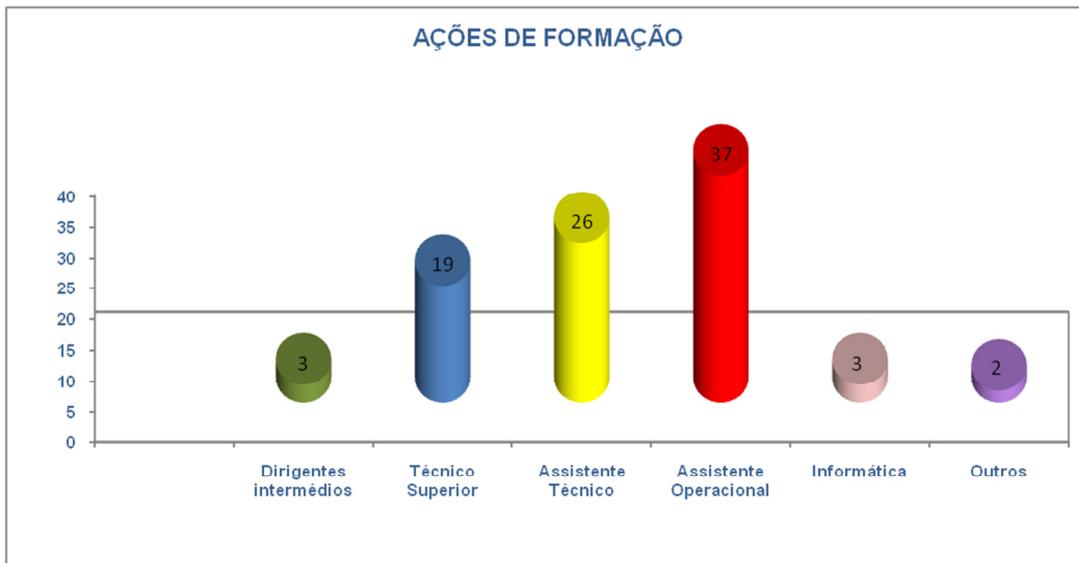
Absentismo

As ausências durante o ano foram de 11 182,50 dias, correspondendo, entre outros, 42,53 % a férias, 38,24% a faltas por doença, 2,73% a faltas por proteção na parentalidade, 1,32% por assistência a familiares. Estas ausências correspondem a cerca de 46 anos (de 239 dias úteis) não trabalhados.



Ações de formação

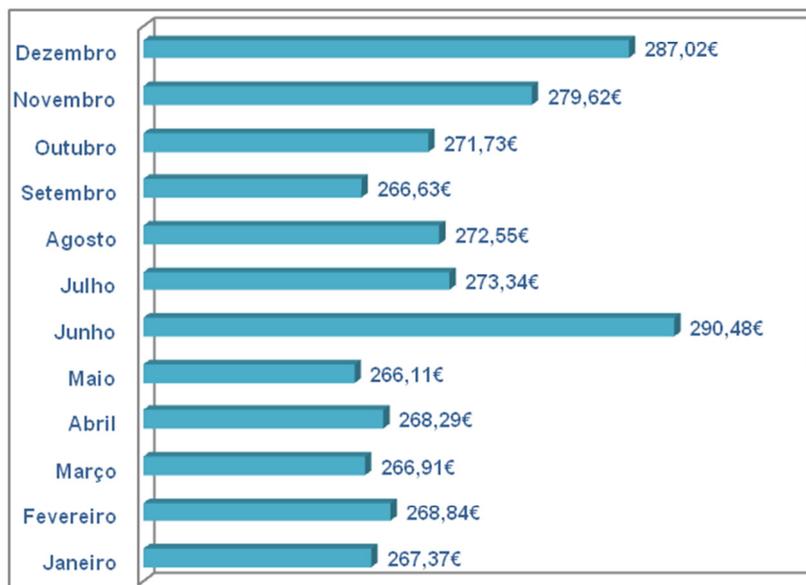
Realizaram-se 27 ações de formação, durante o ano de 2016, nas áreas de informática, ciências empresariais, direito e ciências sociais (de acordo com a classificação nacional de áreas de educação e formação), nas quais participaram 90 colaboradores. A carreira que mais se destacou na frequência de ações de formação foi a carreira de assistente operacional.



Remunerações certas e permanentes

Das remunerações certas e permanentes o mês de junho é o que tem maior peso em virtude de se tratar do mês em que é pago o subsídio de férias aos trabalhadores.

REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES - 2016



Abonos variáveis ou eventuais

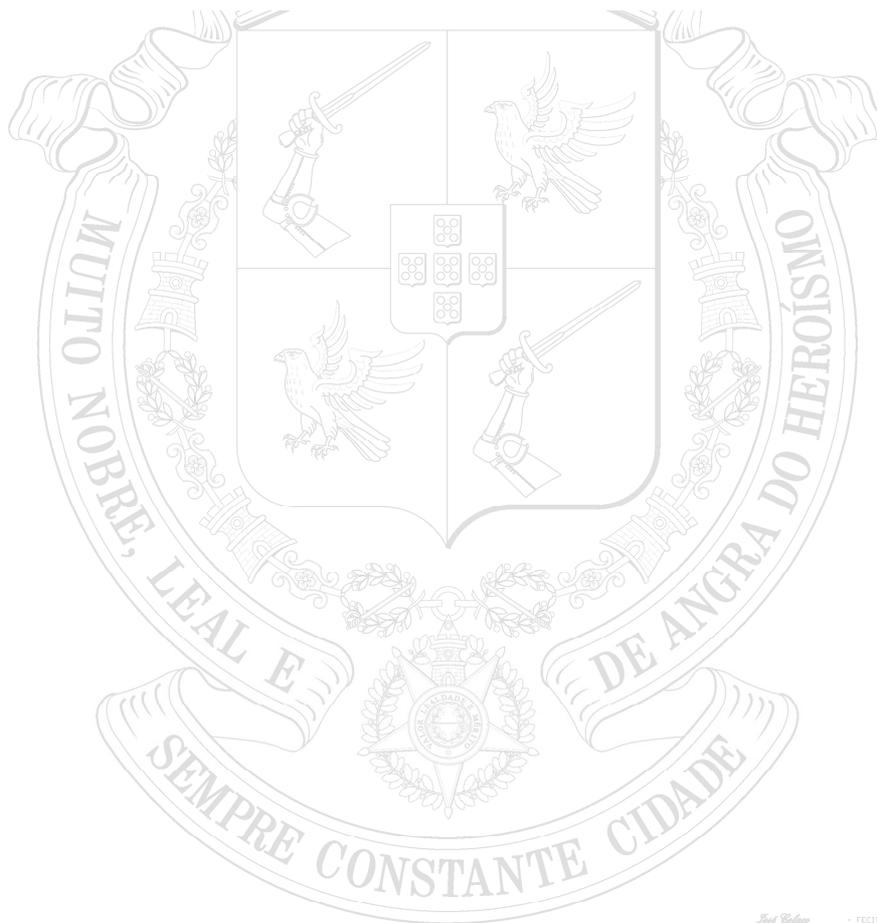
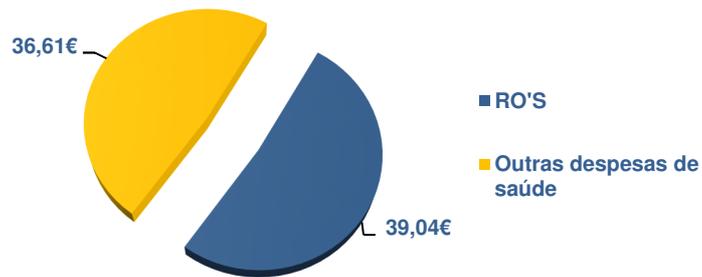
Horas Extraordinárias

Ao longo de 2016, houve necessidade de recorrer a trabalho extraordinário, trabalho em dias de descanso complementar e



descanso semanal. Esta necessidade traduziu-se em cerca de 1077 horas extraordinárias, distribuídas pela Unidade de Proteção Civil e Meios Operacionais e pela Unidade de Promoção Municipal e Cultura.

Encargos com a Saúde





3. Análise Financeira

3.1 - Resultados Orçamentais

3.1.1 Evolução da Receita

No final de 2016, a receita total ascendeu os 19,82 milhões de euros, dos quais 14,40 milhões de euros correspondem a receita corrente, 2,84 milhões de euros a receita de capital e os restantes 2,57 milhões de euros a outras receitas.

Quadro 01: Receita Corrente e de Capital

Unid: Euro

	2015		2016				Tx. Cresc.
	Cobrada	Tx. Exec.	Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Receitas Correntes	13.799.667	105,5%	14.199.561	15.194.084	14.403.506	101,4%	4,4%
Receitas de Capital	5.619.745	78,8%	4.813.739	2.844.528	2.844.528	59,1%	-49,4%
Total	19.419.413	96,1%	19.013.300	18.038.612	17.248.034	90,7%	-11,2%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

Comparativamente com o período homólogo de 2015, a receita corrente teve um crescimento de 603,84 mil euros, (4,4%), enquanto que nas receitas de capital houve um decréscimo na ordem dos 2,78 milhões de euros.

Os valores cobrados em 2016 mostram uma taxa de execução de aproximadamente 91% do orçamentado.

Quadro: 02 Outras Receitas

Unid: Euro

	2015		2016				Tx. Cresc.
	Cobrada	Tx. Exec.	Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Rep. N/Abatidas Pag.	1.688	33753,4%	5	1.086	1.078	21550,8%	-36,2%
Saldo da Gerência	2.453.834	100,0%	2.573.272	2.573.272	2.573.272	100,0%	4,9%
Total Outras Receitas	2.455.522	100,1%	2.573.277	2.574.359	2.574.350	100,0%	4,8%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A totalidade da receita em 2016 inclui também as reposições não abatidas aos pagamentos e o saldo de gerência transitado do ano de 2015, no valor de 2,57 milhões de euros.



A receita global do Município em 2016 foi 19,82 milhões de euros, sendo que as receitas correntes aumentaram significativamente em relação a 2015. As receitas de capital tiveram um decréscimo acentuado, enquanto que as outras receitas aumentaram em 118,83 mil euros.

3.1.2 Receita por Grandes Agregados

Quadro 03: Receita Por Grandes Agregados

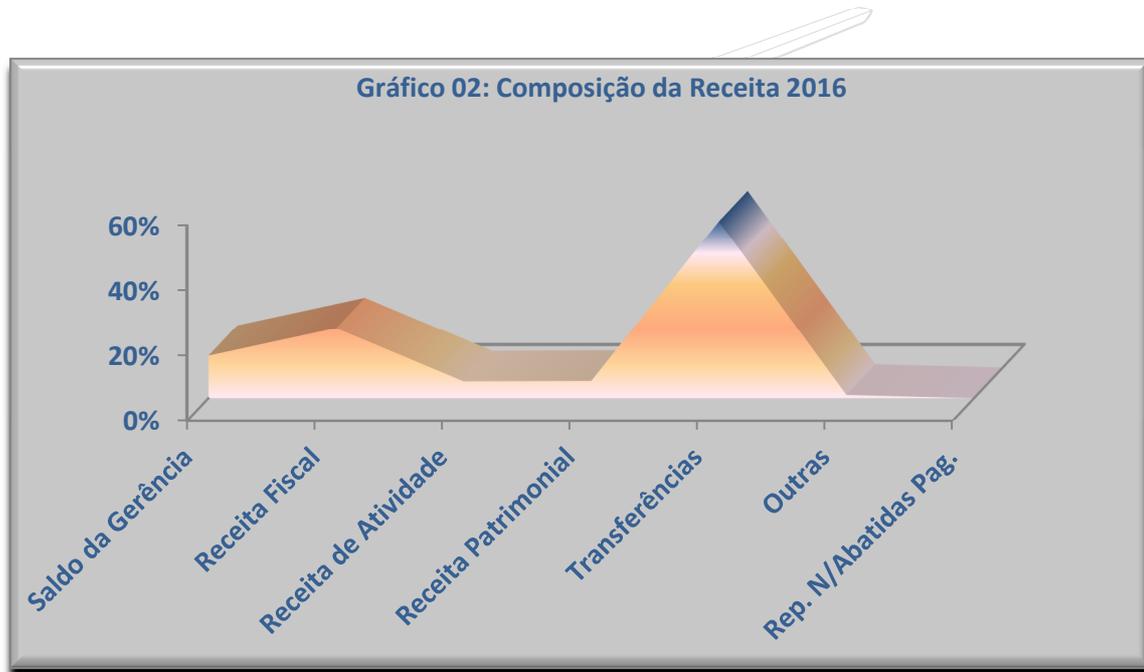
Unid: Euro

	2015		2016		Tx. Exec.	Tx. Cresc.	
	Cobrada	Tx. Exec.	Dotação	Liquidada			
Receita Fiscal	3.646.360	124,7%	3.970.505	4.259.783	4.246.114	106,9%	16,4%
Receita de Atividade	989.788	109,6%	891.975	1.730.516	1.012.339	113,5%	2,3%
Receita Patrimonial	889.314	62,9%	1.067.161	1.088.572	1.042.671	97,7%	17,2%
Transferências	13.795.177	92,3%	12.913.499	10.749.958	10.749.958	83,2%	-22,1%
Empréstimos	0	0,0%	0	0	0	0,0%	
Outras	98.774	394,5%	170.160	209.783	196.952	115,7%	99,4%
Rep. N/Abatidas Pag.	1.688	33753,4%	5	1.086	1.078	0,0%	-36,2%
Saldo da Gerência	2.453.834	100,0%	0	0	2.573.272	0,0%	4,9%
Total	21.874.935	96,5%	19.013.305	18.039.698	19.822.384	104,3%	-9,4%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A receita é repartida por diversos agregados, os quais se encontram listados no quadro supra. De ressaltar a importância das transferências, que representam a maior receita neste grupo, mas que em comparação com o ano de 2015 apresentam uma taxa de crescimento negativa (-22,1%). A receita fiscal, sendo a segunda com maior importância



neste grupo, tem uma taxa de crescimento positiva (16,4%) em relação a 2015.



Receita Fiscal

Quadro: 04 Receita Fiscal

Unid: Euro

	2015	2016				Tx. Exec.	Tx. Cresc.
		Dotação	Liquidada	Cobrada			
Impostos Diretos	3.569.660	3.310.015	3.553.627	3.553.627	107,4%	-0,4%	
I.M. Imóveis	2.444.912	2.300.000	2.302.767	2.302.767	100,1%	-5,8%	
I.Único Circulação	627.745	620.000	621.081	621.081	100,2%	-1,1%	
I.M.T. onerosa Imóveis	497.004	390.000	629.778	629.778	161,5%	26,7%	
Impostos Abolidos	0	10	0	0	0,0%		
Outros	0	5	0	0	0,0%	0,0%	
Impostos Indiretos	76.699	660.490	706.156	692.488	104,8%	802,9%	
Mercados e feiras	0	5	11.720	0	0,0%	0,0%	
Loteamentos e obras	27.660	16.000	19.149	19.149	119,7%	-30,8%	
Ocupação da via pública	24.927	21.760	25.450	23.502	108,0%	-5,7%	
Publicidade	4.668	6.500	4.702	4.702	72,3%	0,7%	
Saneamento	0	5	0	0	0,0%	0,0%	
Utilização da r. viária M.	0	5	0	0	0,0%	0,0%	
Outros	19.445	616.215	645.136	645.136	104,7%	321,8%	
Total	3.646.360	3.970.505	4.259.783	4.246.114	106,9%	16,4%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1	

No ano de 2016 a cobrança de impostos diretos foi de 3,55 milhões de euros, registando-se um decréscimo de -0,4%, diretamente relacionado com a redução dos valores arrecadados de IMI, o qual orçou em 2,30 milhões de euros face a 2,4 milhões no ano anterior.



A cobrança de impostos indiretos no ano de 2016 ascendeu a 692,49 mil euros, verificando-se um aumento significativo na ordem dos 615,79 mil euros.

A receita fiscal total cobrada apresenta uma taxa de execução superior a 100% do orçamentado.

Receita associada à atividade

Quadro 05: Receita Associada à Atividade

Unid: Euro

	2015	2016				
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	Tx. Cresc.
Txs, Multas e Outr. Penal.	386.541	353.620	417.070	384.103	108,6%	-0,6%
Mercados e feiras	0	5	0	0	0,0%	0,0%
Loteamentos e obras	49.194	39.000	39.695	39.695	80,7%	-19,3%
Ocupação da via pública	260.541	257.000	287.529	278.552	110,4%	6,9%
Outras	29.836	26.510	33.531	33.485	126,3%	12,2%
Multas e outras penalidades	46.970	31.105	56.315	32.371	104,1%	-31,1%
Venda de bens e serv. correntes	603.247	538.355	1.313.446	628.235	116,7%	4,1%
Venda de bens	5.141	4.140	4.976	4.660	112,6%	-9,4%
Serviços Recreativos	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Serviços Culturais	17.817	167.005	191.640	177.026	106,0%	893,6%
Serviços Desportivos	28.076	25.500	39.485	35.416	138,9%	26,1%
Cemitérios	32.019	27.000	36.243	36.243	134,2%	13,2%
Rendas Mercados e feiras	30.363	22.500	52.177	29.390	130,6%	-3,2%
Rendas Habitações sociais	158.692	110.000	688.001	149.654	136,0%	-5,7%
Rendas Terrenos Zona Industrial	134.562	105.000	234.974	133.059	126,7%	-1,1%
Outros	38.431	77.210	65.951	62.788	81,3%	63,4%
Total	989.788	891.975	1.730.516	1.012.339	113,5%	2,3%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A receita resultante da atividade, que resulta da cobrança de taxas, multas e outras penalidades e à venda de bens e serviços, arrecadou 1,01 milhões de euros, tendo uma taxa de execução de aproximadamente 114% do orçamentado e uma taxa de crescimento em relação a 2015 na ordem dos 2,3%.

As taxas provenientes da ocupação da via pública e os serviços culturais são as receitas mais significativas deste agregado, com um total de 455,58 mil euros cobrados, o que representa 45% do valor total de execução.



O agregado constituído pelas taxas, multas e outras penalidades apresentou uma taxa de execução de 108,6% em relação ao orçamentado. Neste grupo, destaca-se o aumento das taxas provenientes da ocupação da via pública, com uma taxa de crescimento de 6,9%.

Receita patrimonial

Quadro 06: Receita da Alineação e Administração do Património Municipal

Unid: Euro

	2015	2016				Tx. Cresc.
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Rendimentos da propriedade	113.777	115.597	142.716	96.815	83,8%	-14,9%
Venda de bens de investimento	0	30	114.459	114.459	381531,2%	100,0%
Ativos financeiros	775.537	951.534	831.396	831.396	87,4%	7,2%
Total	889.314	1.067.161	1.088.572	1.042.671	97,7%	17,2%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

A receita patrimonial abrange os rendimentos de propriedade, a venda de bens de investimento, bem como os ativos financeiros, os quais se consideram como alienação de bens de investimento. Neste agregado verificou-se uma cobrança total de 1,04 milhões euros, com uma taxa de execução de 98% do orçado. Neste grupo, a venda de bens de investimento teve uma taxa de crescimento na ordem dos 100% em relação a 2015.

Transferências correntes e de capital

Quadro 07: Transferências Correntes e de Capital

Unid: Euro

	2015	2016				Tx. Cresc.
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Transferências correntes	9.013.308	9.177.964	8.996.542	8.996.542	98,0%	-0,2%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7.052.295	7.157.399	7.030.347	7.030.347	98,2%	-0,3%
Fundo Social Municipal	627.145	627.145	574.883	574.883	91,7%	-8,3%
Participação fixa no IRS	1.308.615	1.378.410	1.378.410	1.378.410	100,0%	5,3%
Outras	25.253	15.000	12.902	12.902	86,0%	-48,9%
Transferências de capital	4.781.869	3.735.535	1.753.417	1.753.417	46,9%	-63,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	790.173	795.266	795.266	795.266	100,0%	0,6%
Outras	0	10	0	0	0,0%	0,0%
Fundos Comunitários	3.877.953	2.322.751	621.426	621.426	26,8%	-84,0%
Administração regional	113.743	617.508	336.725	336.725	54,5%	196,0%
Total	13.795.177	12.913.499	10.749.958	10.749.958	83,2%	-22,1%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d/b)	(d/a)-1

As transferências recebidas em 2016 subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado de 2016 e transferências provenientes da Administração Central e Regional, de Fundos Comunitários e outras.



A receita com as transferências no ano de 2016 foi de 10,75 milhões de euros, com uma taxa de execução de 83,2% do orçamentado, o que representa uma taxa de crescimento negativa (-22,1%), relativamente ao ano anterior.

As transferências correntes tiveram um decréscimo de aproximadamente 16,77 mil euros relativamente a 2015.

Neste campo de destacar os efeitos do Programa Operacional Açores 2020 (PO Açores 2020), um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores. O programa foi preparado pelo Governo Regional dos Açores sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo. A visão estratégica associada a este programa operacional assenta na ambição dos Açores em se afirmarem como uma região europeia relevante.

Nesse sentido, apresentam-se no quadro seguinte as candidaturas submetidas no âmbito do PO Açores 2020 até ao final de 2016, realçando já o facto de apenas no processo relativo à Escola de Santa Bárbara a autarquia ter sido reembolsada até àquela data.

Projeto	Estado	Custo total elegível	Comparticipação Executada	Comparticipação recebida	Taxa de execução	Obs.	
Construção da nova Escola do Ensino Básico de Santa Bárbara e Circuito	Em execução	1.691.924,43 €	1.438.135,77 €	710.587,28 €	599.666,23 €	42,00%	Foi submetido o 4º pedido de pagamento
Aumentar a resposta a situações de emergência e de catástrofe no âmbito do sistema Municipal de Proteção Civil de Angra do Heroísmo	Em execução	167.572,17 €	142.436,34 €	73.867,34 €	0,00 € <i>Sol. Reduzido</i>	0,00% <i>FEST-VII-III</i>	Foi submetido o 1º pedido de pagamento



Projeto	Estado	Custo total elegível	Comparticipação Executado	Comparticipação recebida	Taxa de execução	Obs.
Proteção, Consolidação e Valorização da Baía do Fanal	Aprovada	1. 695.014,92 €	1 .440.762,68 €	0,00 €	0,00%	
Startup - Dinamização de uma Rede de Suporte	Aprovada	66 .998,84 €	56 .949,02 €	0,00 €	0,00%	
Restauro ecológico e Implementação do Jardim Botânico da Matela - PNI/TER 08	Em apreciação	880 .183,90 €	748 .156,32 €	0,00 €	0,00%	

3.1.3 Receita estrutural

As receitas estruturais advêm dos recursos regulares e estáveis que o Município de Angra do Heroísmo é capaz de produzir nos diferentes anos económicos.

Quadro 08: Receita Estrutural

Unid: Euro

	2015	2016				Tx. Cresc.
		Dotação	Liquidada	Cobrada	Tx. Exec.	
Receita Tributária	3.646.360	3.970.505	4.259.783	4.246.114	106,9%	16,4%
Receita de Atividade	989.788	891.975	1.730.516	1.012.339	113,5%	2,3%
Transf. Obrigatórias	9.778.228	9.958.220	9.778.906	9.778.906	98,2%	0,0%
Out. Rec. Estruturais	889.314	1.067.131	974.112	928.211	87,0%	4,4%
Total	15.303.690	15.887.831	16.743.317	15.965.570	100,5%	4,3%

(a) (b) (c) (d) (d/b) (d/a)-1

Em 2016 a receita estrutural totalizava 15,96 milhões de euros, apresentando uma execução acima dos 100% em relação à dotação definida.

3.1.4 Evolução da despesa

A despesa total atingiu os 16,75 milhões de euros, distribuídos em 10,45 milhões de euros do lado da despesa corrente e 6,29 milhões de euros do lado da despesa de capital, com taxas de execução na ordem dos 86,8% e 69,9% respetivamente.

Quadro 09: Despesa Corrente e de Capital

Unid: Euro

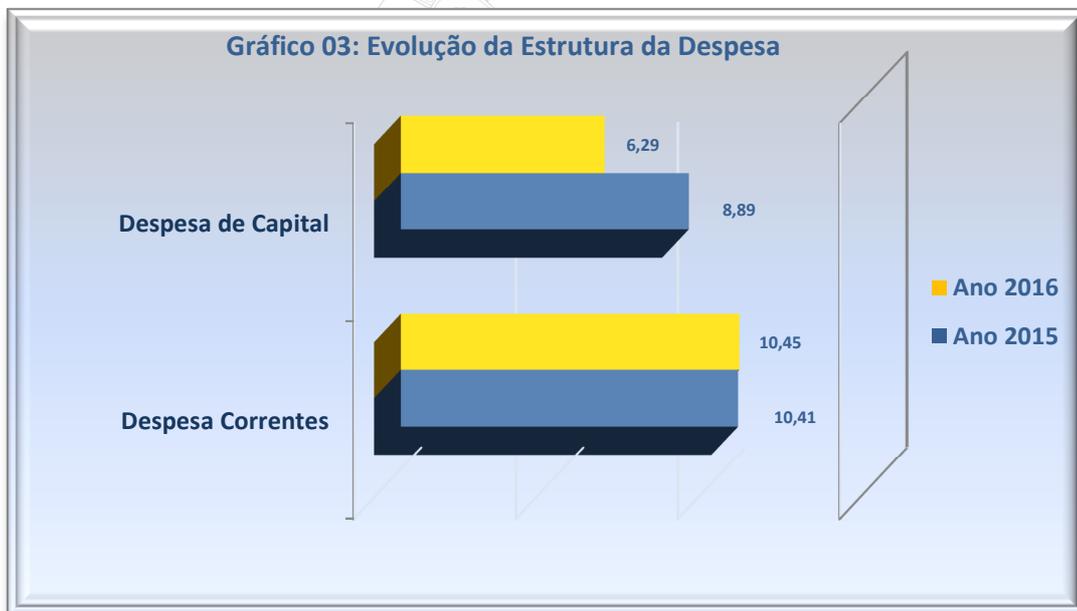
	2015		2016				Tx. Cresc.	
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução		Tx. Exec.
Despesa Correntes	10.414.929	88,7%	12.038.091	11.624.087	11.352.387	10.453.807	86,8%	0,4%
Despesa de Capital	8.886.734	81,5%	9.548.486	8.549.799	7.200.064	6.293.007	65,9%	-29,2%
Total	19.301.662	85,2%	21.586.577	20.173.886	18.552.450	16.746.813	77,6%	-13,2%

(a) (b) (c) (d) (e) (e/b) (e/a)-1



As despesas de capital apresentam uma diminuição em relação a 2015, resultado direto da evolução da execução do PO Açores 2020.

É importante ter em atenção que a execução da despesa corrente é, com raras exceções, mais rígida do que a de capital, uma vez que incorpora as despesas fixas com pessoal, instalação e funcionamento dos serviços.



Unid: Milhões de Euros

Quadro 10: Despesa Corrente

Unid: Euro

	2015		2016			Tx. Exec.	Tx. Cresc.	
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.			Execução
Pessoal	4.701.924	96,4%	4.637.983	4.612.013	4.572.658	4.494.549	96,9%	-4,4%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	3.457.963	79,8%	4.240.061	4.119.956	4.030.545	3.395.392	80,1%	-1,8%
Enc. Correntes Dívida (juros)	94.638	73,2%	130.238	89.566	85.877	66.008	50,7%	-30,3%
Transferências correntes	1.709.331	97,6%	2.425.980	2.252.438	2.115.256	2.053.154	84,6%	20,1%
Subsídios	334.397	67,2%	353.775	338.425	338.425	259.440	73,3%	-22,4%
Outras despesas correntes	116.676	79,9%	250.053	211.688	209.626	185.263	74,1%	58,8%
Total	10.414.929	88,7%	12.038.091	11.624.087	11.352.387	10.453.807	86,8%	0,4%
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

Este grupo da despesa tem um grande peso na estrutura das despesas municipais, com um total de 10,45 milhões de euros em 2016, mais 38,878 mil euros do que no ano anterior (2015). Neste grupo, aglomeram-se as despesas com o pessoal, que consumiram quase metade do valor total (43%). Outras duas rubricas que fazem parte deste agrupamento de despesa são a aquisição de bens e serviços correntes e as transferências correntes, que no seu total contabilizam



5,45 milhões de euros com uma taxa na ordem dos 52%, relativamente ao valor total de execução.

Quadro 11: Despesa Capital

	2015		2016			2016			Tx. Cresc.
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	Unid: Euro	
Aquisição de bens de capital	5.353.615	73,7%	6.398.289	5.551.389	4.220.138	3.525.180	55,1%	-34,2%	
Transferências de capital	2.039.530	95,2%	1.388.434	1.341.726	1.331.726	1.248.724	89,9%	-38,8%	
Ativos financeiros	146.262		146.263	146.263	146.263	146.263	100,0%	100,0%	
Passivos financeiros	1.347.327	99,2%	1.615.490	1.510.421	1.501.937	1.372.840	85,0%	1,9%	
Outras despesas de capital	0		10	0	0	0	0,0%	0,0%	
Total	8.886.734	81,5%	9.548.486	8.549.799	7.200.064	6.293.007	65,9%	-29,2%	
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1	

As despesas de capital atingiram, em 2016, o valor de 6,29 milhões de euros. É importante referir que a grande redução nas despesas de capital foram com a aquisição de bens de capital e com as transferências de capital. As despesas de capital tiveram uma taxa de execução de aproximadamente de 66% do orçado, com uma taxa de crescimento negativa na ordem dos 29%.

3.1.5 Despesa por grandes agregados

Quadro 12: Despesa por Grandes Agregados

	2015		2016			2016			Tx. Cresc.
	Execução	Tx. Exec.	Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	Unid: Euro	
Despesas com Pessoal	4.701.924	96,4%	4.637.983	4.612.013	4.572.658	4.494.549	96,9%	-4,4%	
Serviço da Dívida	1.441.965	96,9%	1.745.728	1.599.987	1.587.814	1.438.848	82,4%	-0,2%	
Aquisição de bens e serviços	3.457.963	79,8%	4.240.061	4.119.956	4.030.545	3.395.392	80,1%	-1,8%	
Transferências e Subsídios	4.083.258	93,0%	4.168.189	3.932.590	3.785.407	3.561.317	85,4%	-12,8%	
Investimentos	5.353.615	73,7%	6.398.289	5.551.389	4.220.138	3.525.180	55,1%	-34,2%	
Outras	262.938	89,9%	396.326	357.951	355.889	331.526	83,6%	26,1%	
Total	19.301.662	85,2%	21.586.577	20.173.886	18.552.450	16.746.813	77,6%	-13,2%	
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1	

A despesa por grandes agregados inclui a despesa com o pessoal, as transferências e subsídios e os investimentos entre outras, mas são estas as que têm maior peso neste conjunto, com uma taxa de 69% do valor total de execução deste grupo. É importante reportar que todos os agregados, excluindo "Outras", tiveram uma taxa de crescimento negativa relativamente a 2015.



Despesas com Pessoal

Quadro 13: Despesas com Pessoal

Unid: Euro

	2015	2016				Tx. Exec.	Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução		
Total das Remunerações Certas	3.552.416	3.502.732	3.500.878	3.487.424	3.487.424	99,6%	-1,8%
T.órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	93.427	97.600	97.600	97.435	97.435	99,8%	4,3%
Pessoal do quadro-Contrato individ. Trab.	2.380.484	2.288.399	2.288.384	2.288.374	2.288.374	100,0%	-3,9%
Pessoal contratado a termo	6.714	10	0	0	0	0,0%	-100,0%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Pessoal aguardando aposentação	5.036	1.380	1.379	936	936	67,8%	-81,4%
Pessoal em qualquer outra situação	253.239	308.059	308.017	307.660	307.660	99,9%	21,5%
Subsídio de refeição	229.995	221.496	219.734	219.734	219.734	99,2%	-4,5%
Subsídio de férias e de Natal	486.161	475.483	475.468	463.215	463.215	97,4%	-4,7%
Remunerações por doença e mat./paterni.	54.525	67.127	67.127	67.127	67.127	100,0%	23,1%
Outras Remunerações	42.834	43.177	43.167	42.941	42.941	99,5%	0,2%
Total Abonos Variáveis ou Eventuais	156.314	73.504	68.752	67.443	67.299	91,6%	-56,9%
Horas extraordinárias	10.922	16.000	12.684	12.684	12.684	79,3%	16,1%
Subsídio de turno	0	20.400	20.400	19.893	19.893	97,5%	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	112.109	10	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros suplementos e prémios	19.913	20.599	20.594	20.336	20.336	98,7%	2,1%
Outros Abonos	13.370	16.495	15.075	14.530	14.386	87,2%	7,6%
Total Segurança Social	993.194	1.061.747	1.042.383	1.017.791	939.827	88,5%	-5,4%
Encargos com a saúde	93.617	60.775	60.762	60.762	39.041	64,2%	-58,3%
Outros encargos com a saúde	36.814	37.608	37.608	36.991	36.991	98,4%	0,5%
Caixa Geral de Aposentações	602.702	610.140	592.746	592.746	592.746	97,1%	-1,7%
Segurança social-Regime geral	0	219.023	217.148	217.148	181.524	82,9%	
Subsídio familiar a criança e jovens	27.643	28.300	28.300	27.325	27.325	96,6%	-1,2%
Seguros	38.976	91.180	91.127	68.127	47.508	52,1%	21,9%
Outras Despesas c/Segurança Social	193.442	14.722	14.693	14.693	14.693	99,8%	-92,4%
Total	4.701.924	4.637.983	4.612.013	4.572.658	4.494.549	96,9%	-4,4%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

Em 2016 a despesa com pessoal teve uma execução orçamental de 96,9% do orçado e uma diminuição de 207,38 mil euros relativamente ao ano anterior.

O total das remunerações absorveu cerca de 78% das despesas com pessoal, registando-se uma diminuição de 64,99 mil euros, em relação a 2015. É importante referir que a despesa referente a este grupo (remunerações), tem vindo a diminuir de ano para ano.

O total de abonos variáveis verificou um decréscimo de 57% em relação ao seu período homólogo, tendo em conta a diminuição das indemnizações por cessação de funções. É de salientar que a despesa com o subsídio de turno aumentou acentuadamente em relação a 2015.

A rubrica respeitante a despesas com a Segurança Social teve uma taxa de crescimento negativa, com uma execução de -55,37 mil euros em relação a 2015, com esta diminuição a dever-se à redução dos encargos com a saúde e de outras despesas com a Segurança Social. No entanto, os encargos



com a Segurança Social - Regime Geral registaram um acréscimo de aproximadamente de 181 mil euros.

Aquisição de bens e serviços correntes

Quadro 14: Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Unid: Euro

	2015	2016					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Encargos das instalações	708.421	735.232	728.183	728.175	647.206	88,0%	-8,6%
Comunicações	40.862	93.256	87.212	87.212	79.179	84,9%	93,8%
Combustíveis e lubrificantes	105.459	123.495	117.896	117.896	96.053	77,8%	-8,9%
Material de escritório	27.261	28.302	26.966	26.966	24.835	87,8%	-8,9%
Conservação de bens	116.919	257.661	252.946	248.963	170.058	66,0%	45,4%
Locação de edifícios	0	30	10	10	0	0,0%	0,0%
Locação de outros bens	167.726	272.084	268.691	268.351	231.986	85,3%	38,3%
Publicidade	62.428	88.869	86.584	84.663	79.495	89,5%	27,3%
Outros trabalhos especializados	501.440	567.570	545.061	506.541	408.965	72,1%	-18,4%
Encargos de cobrança de receitas	89.922	90.000	87.991	87.991	87.991	97,8%	-2,1%
Outros bens e serviços	1.637.525	1.983.561	1.918.417	1.873.777	1.569.624	79,1%	-4,1%
Total	3.457.963	4.240.061	4.119.956	4.030.545	3.395.392	80,1%	-1,8%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

À aquisição de bens e serviços teve uma taxa de execução na ordem dos 80% do orçado, atingindo os 3,40 milhões de euros, o que corresponde uma taxa de crescimento negativa de -1,8%. Para o valor alcançado contribui a redução na despesa em outros trabalhos especializados e em outros bens e serviços.

Transferência e subsídios

Quadro 15: Transferências Correntes e de Capital

Unid: Euro

	2015	2016					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Transferências correntes	1.709.331	2.425.980	2.252.438	2.115.256	2.053.154	84,6%	20,1%
Freguesias	255.733	279.921	279.920	279.920	277.989	99,3%	8,7%
Instituições sem fins lucrativos	996.834	1.560.248	1.546.720	1.412.010	1.353.440	86,7%	35,8%
Famílias	120.516	442.281	368.187	365.714	364.114	82,3%	202,1%
Transferências de capital	2.039.530	1.388.434	1.341.726	1.331.726	1.248.724	89,9%	-38,8%
Emp. públicas municipais/intermunicipais	0	0	0	0	0		
Freguesias	594.749	753.151	712.328	702.328	702.328	93,3%	18,1%
Serviços Municipalizados	1.112.733	34.515	34.494	34.494	34.494	99,9%	-96,9%
Instituições sem fins lucrativos	332.049	600.768	594.905	594.905	511.902	85,2%	54,2%
Total	3.748.861	3.814.414	3.594.164	3.446.982	3.301.877	86,6%	-11,9%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

O total das transferências correntes e de capital em 2016 situou-se nos 3,30 milhões de euros, apresentando um decréscimo relativamente a 2015 de -11,9%.

No quadro acima pode-se confirmar que houve uma redução acentuada nas transferências de capital para os Serviços Municipalizados, o que explica a variação global do agregado.



Quadro 16: Subsídios Correntes

Unid: Euro

	2015	2016					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Empresas Municipais e Intermunicipais	0	13.765	0	0	0	0,0%	
Subsídios a Ent. Privadas	334.397	340.010	338.425	338.425	259.440	76,3%	-22,4%
Total	334.397	353.775	338.425	338.425	259.440	73,3%	-22,4%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

No ano de 2016 os subsídios correntes atingiram um montante de 259,44 mil euros, com uma taxa de execução de 73% do orçado, taxa superior a 2015. É importante mencionar que o montante destes subsídios foi restrito a Entidades Privadas.

Despesas de investimento

As despesas de investimento no ano de 2016 contabilizaram um decréscimo de 1,18 milhões de euros em relação a 2015, com o investimento neste agregado a ser principalmente gasto em instalações de serviços e equipamento básico.

Quadro 17: Despesas de Investimento

Unid: Euro

	2015	2016					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Investimentos	2.756.656	4.061.139	3.305.837	2.607.801	2.109.758	51,9%	-23,5%
Terrenos	476.628	105.232	105.137	75.946	75.946	72,2%	100,0%
Habitções	44.778	399.795	399.778	190.723	161.814	40,5%	261,4%
Total Edifícios	1.378.964	2.264.938	1.553.221	1.236.072	1.040.543	45,9%	-24,5%
Instalações de serviços	162.754	773.472	769.962	769.155	624.950	80,8%	284,0%
Instalações desportivas e recreativas	24.055	188.760	188.372	153.621	151.099	80,0%	0,0%
Mercado Duque de Bragança	96.132	125.138	68.440	41.064	34.904	27,9%	0,0%
Escolas	793.929	690.666	370.664	116.450	82.970	12,0%	-89,5%
Outros Edifícios	10	486.902	155.783	155.783	146.619	30,1%	-100,0%
Total Construções Diversas	143.987	225.416	200.878	150.755	64.872	28,8%	-54,9%
Iluminação pública	0	0	0	0	0		
Parques e jardins	72.336	57.045	43.708	43.590	30.917	54,2%	-57,3%
Captação e distribuição de água	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Sinalização e trânsito	0	0	0	0	0	0,0%	
Cemitérios	0	10	0	0	0	0,0%	0,0%
Outras construções	71.651	89.527	82.378	32.373	9.224	10,3%	-87,1%
Material de transporte	75.149	145.000	138.641	138.612	135.072	93,2%	79,7%
Equipamento de informática	39.054	56.171	54.406	54.406	44.873	79,9%	14,9%
Software informático	142.691	44.282	43.891	43.891	36.771	83,0%	-74,2%
Equipamento administrativo	10.408	21.448	21.236	21.236	17.013	79,3%	63,5%
Equipamento básico	425.645	608.366	605.794	513.316	427.959	70,3%	0,5%
Outros Investimentos	19.351	190.491	182.856	182.844	104.895	55,1%	442,1%
Bens de Domínio Público	2.596.959	2.337.150	2.245.552	1.612.337	1.415.422	60,6%	-45,5%
Terrenos e recursos naturais	0	225.000	225.000	190.000	190.000	84,4%	0,0%
Reparação de Estradas, Arruamentos e Mur.	44.842	67.824	64.149	64.149	48.984	72,2%	9,2%
Reabilitação de Arruamentos do Concelho	2.507.971	1.643.054	1.566.396	1.135.177	967.113	58,9%	-61,4%
Outros	44.145	88.642	88.600	88.600	74.919	0,0%	0,0%
Total	5.353.615	6.398.289	5.551.389	4.220.138	3.525.180	55,1%	-34,2%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

Os Bens de Domínio Público, com um montante global de 1,42 milhões de euros, destacam-se devido às despesas com reabilitação de arruamentos do Concelho, que atingiram com 967,11 mil euros.



Serviço da dívida

Quadro 18: Serviço da Dívida

Unid: Euro

	2015	2016					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Juros da dívida pública	94.638	130.238	89.566	85.877	66.008	50,7%	-30,3%
Empréstimos Bancários MLP	71.314	84.600	59.198	55.509	50.995	60,3%	-28,5%
Empréstimos Bancários MLP (comp. SRTSS)	23.324	45.638	30.368	30.368	15.013	32,9%	-35,6%
Amortizações de Empréstimos	1.347.327	1.615.490	1.510.421	1.501.937	1.372.840	85,0%	1,9%
Empréstimos Bancários MLP	742.377	823.490	779.857	771.373	756.197	91,8%	1,9%
Empréstimos Bancários MLP (comp. SRTSS)	604.949	792.000	730.564	730.564	616.643	77,9%	1,9%
Total	1.441.965	1.745.728	1.599.987	1.587.814	1.438.848	82,4%	-0,2%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

A despesa do serviço da dívida divide-se em juros da dívida pública e amortizações de empréstimos, sendo que esta última é a que tem maior peso no valor total desta despesa, com uma taxa de 95%.

Dos encargos com os empréstimos a médio e longo prazo (MLP), destacam-se os encargos financeiros relativos à aquisição de habitações sociais que são comparticipados (100%) Governo Regional dos Açores.

3.1.6 Despesa estrutural

As despesas estruturais abrangem os custos com o pessoal, serviço da dívida, funcionamento de serviços e transferências e subsídios, incluindo neste conjunto os custos com o pessoal, que são a conta que tem maior execução, com 4,43 milhões de euros, Contudo, é importante salientar que os custos com pessoal apresentaram uma diminuição em relação a 2015. Neste grupo são as transferências e subsídios que apresentam uma taxa de crescimento positiva, na ordem dos 40%.

Quadro 19: Despesa Estrutural

Unid: Euro

	2015	2016					Tx. Cresc.
		Dotação	Cabimentos	Compr.	Execução	Tx. Exec.	
Custos com o pessoal	4.545.610	4.564.480	4.543.261	4.505.215	4.427.251	97,0%	-2,6%
Serviço da Dívida	1.441.965	1.745.728	1.599.987	1.587.814	1.438.848	82,4%	-0,2%
Func. Serviços	3.290.237	3.967.977	3.851.265	3.762.194	3.163.406	79,7%	-3,9%
Transferências e Subsídios	1.328.883	2.174.781	2.141.625	2.006.915	1.865.342	85,8%	40,4%
Total	10.606.695	12.452.966	12.136.139	11.862.138	10.894.847	87,5%	2,7%
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e/b)	(e/a)-1

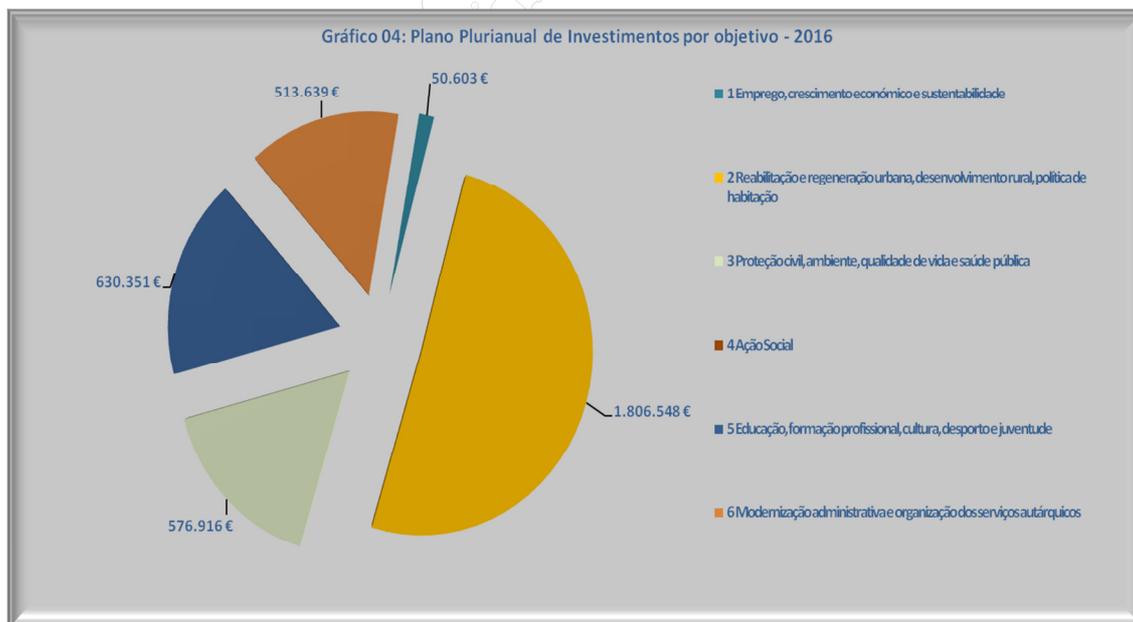
A despesa estrutural atingiu 10,89 milhões de euros em 2016, com taxa de crescimento positiva (2,7%), isto é, mais 288,15 mil euros face a 2015.



É de referir que o serviço da dívida registou um decréscimo (- 0,2%), com uma diminuição de 3,12 mil euros relativamente ao ano anterior.

3.2 - Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) contém seis objetivos os quais são apresentados no gráfico inferior com o valor total realizado no ano 2016.



O objetivo dois corresponde à reabilitação e regeneração urbana, desenvolvimento rural e política de habitação, este é o objetivo que expõe o maior valor realizado total, representando cerca de 50% do valor total do balancete do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos para o ano 2016.

3.3 - Transferências efetuadas pelo Município para o Sector Empresarial Local e Serviços Municipalizados

Em 2016 não houve registo de transferência para a empresa intermunicipal, TERAMB a título de subsídios e de cobertura de prejuízos.



Para os Serviços Municipalizados foi efetuado a transferência no montante aproximadamente de 34,45 mil euros, referentes a fundo de investimento com a comparticipação financeira.

Quadro 20: Valores Transferidos CMAH - Empresas e Serv. Municipalizados

Unid: Euro

Empresas	2015	2016			Total
	Cobertura de Cap. Próprios	Cobertura de Cap. Próprios	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	
Teramb, EEM	0	0	0	0	0
SMAH	0	0	34.494	0	34.494
Total	0	0	34.494	0	34.494

3.4 - Endividamento

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio estabelecer novas regras e definições dos limites de dívida e endividamento das autarquias. A presente Lei define que a dívida total de um município é o somatório de todas as dívidas das operações orçamentais do município, dos serviços municipalizados, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais, incluindo ainda as dívidas das empresas municipais no caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas (alínea c) do artigo 54.º): Com a aplicação daquela Lei, as consolidam também as dívidas de entidades de outra natureza sempre que se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Na prestação de contas individual apenas se irá analisar o cumprimento dos limites de dívida com referência às contas individuais do Município. No relatório das contas consolidadas será analisado o cumprimento do endividamento do grupo municipal, conforme definido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



Metodologia de cálculos adoptada

Média da receita corrente consolidada cobrada nos três exercícios anteriores:

- Ano 2013;
- Ano 2014;
- Ano 2015.

Dívida total de operações orçamentais:

- O valor constante no balanço das contas individuais.

Entidades incluídas na análise:

- Município de Angra do Heroísmo - contas individuais

Com base nestes pressupostos, apresentam-se no mapa seguinte o cálculo do limite de dívida total do Município no final de 2016.

Situação Contas - Contas Individuais

	2013	2014	2015	2016
Receita corrente	12.923.346,38	13.741.460,31	14.403.505,67	--
Média Receita				13.689.437,45
Limite = (1,5 X Média)				20.534.156,18
Dívida Total (1+2+4)				15.726.264,41
Empréstimos bancários				
1 Excecionados (artº 84º LFL)				9.214.251,42
2 Não Excecionados				5.645.141,54
Outros créditos				
3 Excecionados (n.º 8 art 98.º Lei n.º 82-B/2014)				731.313,27
4 Não Excecionados				866.871,45
Margem Absoluta				4.807.891,77
Margem Utilizável				961.578,35
Margem Absoluta (Endiv. Excecionado)				14.022.143,19

Com base nos pressupostos atrás apontados, este Município no final de 2016 apresenta uma situação face ao limite da



dívida total de 20,53 milhões de euros (76,58%) e uma margem de 0,96 milhões de euros.

Considerando o valor dos financiamentos excepcionados, existe a possibilidade do Município ultrapassar os limites de dívida total em 14,02 milhões de euros sem que lhe seja aplicada qualquer penalização nos termos da lei.

3.5 -Saldo da gerência

Quadro 21: Saldo da Gerência

	2014	2015	2016	Varição homóloga	Tx. Cresc.
Saldo Inicial	3.286.614	2.453.834	2.573.272	119.438	4,9%
Saldo Corrente	3.924.360	3.384.739	3.949.699	564.960	16,7%
Saldo Capital	-4.867.480	-3.266.988	-3.448.479	-181.490	5,6%
Outros	110.341	1.688	1.078	-610	-36,2%
Saldo Final	2.453.834	2.573.272	3.075.571	502.298	19,5%
		(a)	(b)	(b-a)	(b/a)-1

O saldo final da gerência em 2016 atingiu os 3,07 milhões de euros, um aumento aproximadamente de 621,74 mil euros, relativamente a 2015 e com uma taxa de crescimento positiva de 19,5%.

3.6 Evolução da estrutura de proveitos e custos

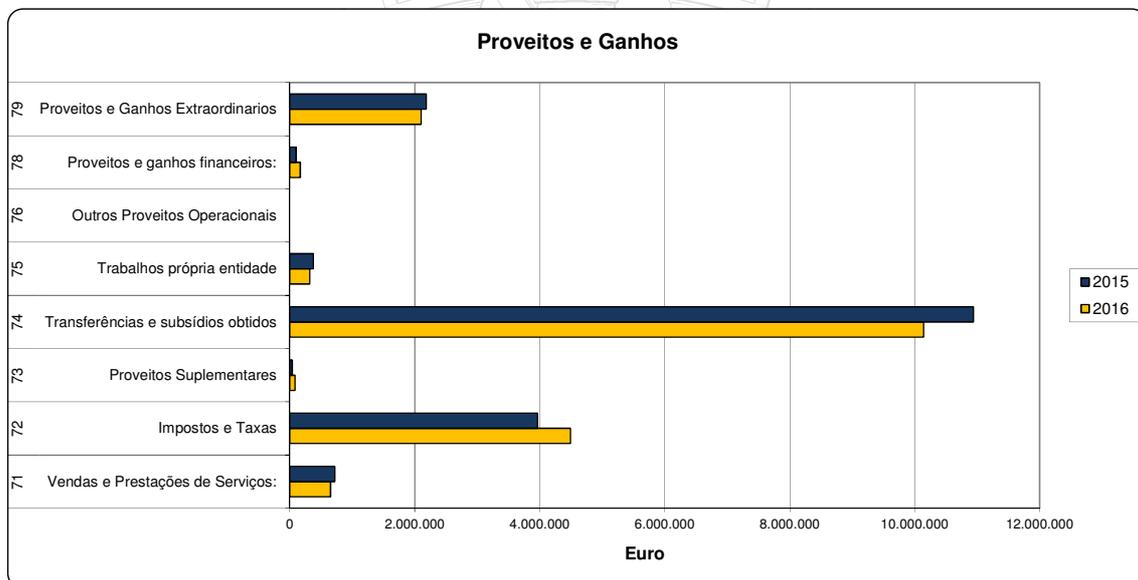
Proveitos e ganhos

O total de proveitos do exercício foi de 17,97 milhões de euros, mas a estrutura dos proveitos manteve-se inalterada em relação a 2015 devido ao facto de as rubricas infra referidas apresentarem um peso relativo semelhante. Destaca-se, à semelhança de anos anteriores, as transferências e subsídios obtidos, que representam 56,45% da totalidade dos proveitos, assumindo o valor de 10,22



milhões. Esta conta regista, em termos dinâmicos, um decréscimo de 6,86%, face a 2015, justificado por uma diminuição dos reembolsos dos fundos comunitários para os SMAH.

Realça-se ainda os proveitos e ganhos extraordinários, com um peso relativo de 11,70% e com um valor absoluto de 2,10 milhões de Euros. Este valor é, em grande parte, explicado pela conta 2745, devido à reintegração dos subsídios para investimentos.



Em terceiro lugar surgem os impostos e taxas, que representam 25%, com um valor absoluto de 4,49 milhões.

Realça-se ainda a conta 75, *trabalhos para a própria entidade*, com um peso relativo de 1,79% e um valor absoluto de 322,39 mil euros. Em termos dinâmicos, verifica-se um decréscimo de 14,62% em relação a 2015. Este valor só foi possível obter devido ao trabalho efetuado ao nível da contabilidade de custos.

Custos e perdas

O total dos custos e perdas do exercício foi de 15,50 milhões de euros.



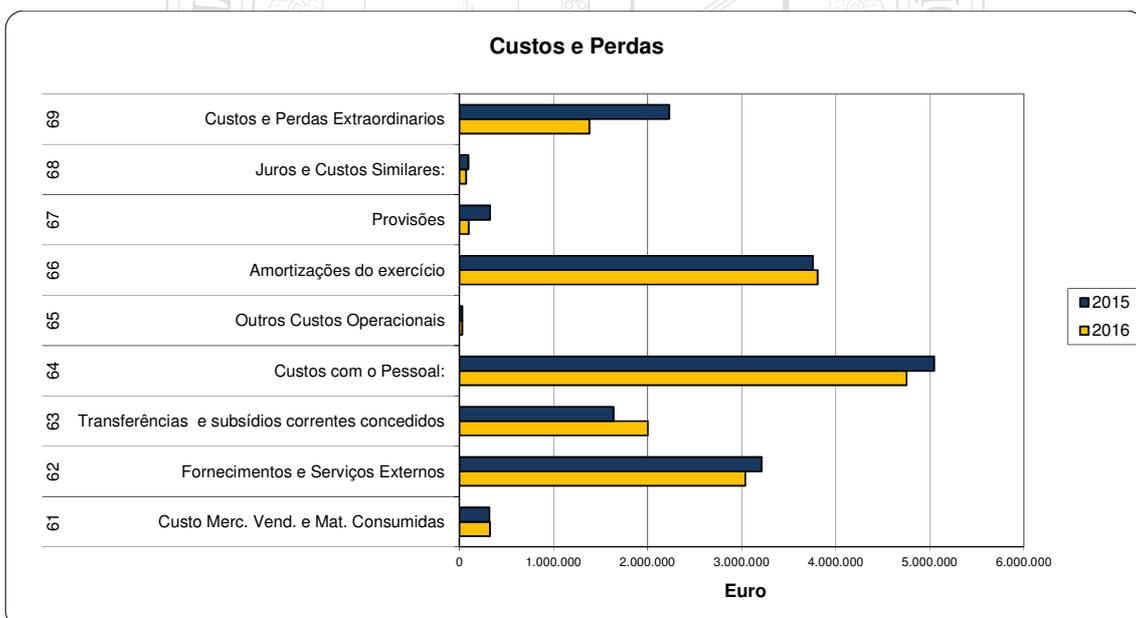
Em primeiro lugar, destaca-se os custos com pessoal, que assumem um peso relativo de 30,65% na estrutura de custos. Em termos dinâmicos, o Município despendeu menos 293,25 milhares de euros nesta conta, representando um decréscimo de -5,81% em relação ao ano anterior.

Em segundo lugar, realçam-se os custos e perdas extraordinários, que atingiram em 2016 o valor de 1,38 milhões de euros, representando um decréscimo de 38,10%.

Destacam-se ainda a conta 66 e a conta 67, *amortizações do exercício e provisões do exercício* respetivamente, cujo peso relativo é de 25,21%, assumindo, em 2016, o valor de 3,90 milhões.

Em termos dinâmicos, estas contas têm um decréscimo de 4,31% em relação a 2015.

O valor das provisões de 2016 inclui o reforço em relação ao ano anterior, dos valores de clientes de cobrança duvidosa.





Por último, surge a conta 63, *transferências e subsídios correntes concedidos*, que atingiu em 2016 um peso relativo de 12,92%, assumindo um crescimento na ordem dos 22,21%.

Resultados

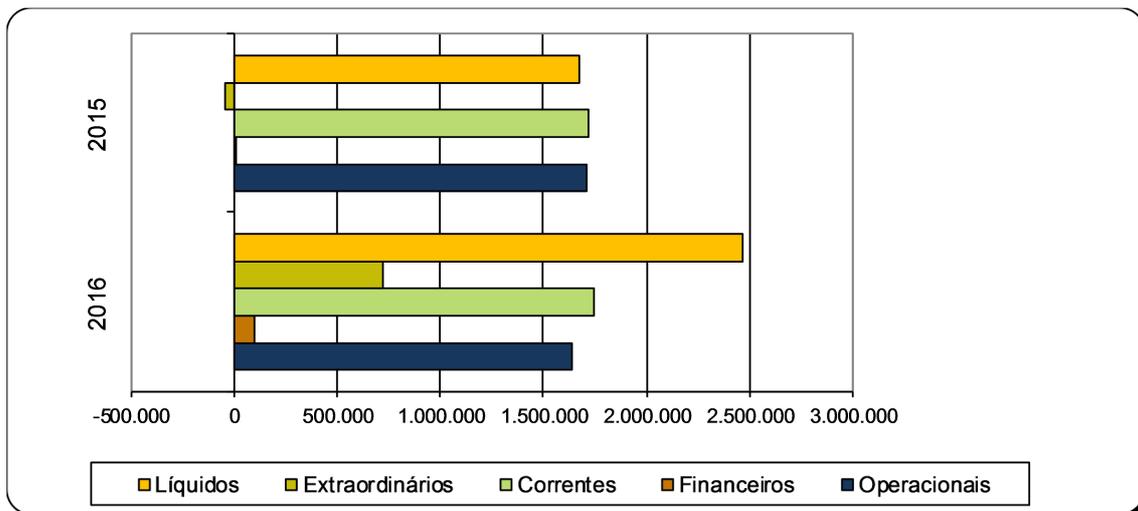
Analisando os resultados do exercício, é visível um ligeiro decréscimo dos resultados operacionais. O valor dos resultados operacionais foi de 1,64 milhões.

Realça-se que o ano 2016 foi um ano muito semelhante ao nível dos resultados operacionais, dado o elevado volume de transferências correntes concedidas. Assim, os proveitos e ganhos registaram uma diminuição de -2,17% e os custos e perdas uma diminuição de -1,92%.

Resultados	2016	2015
Operacionais	1.641.175,04	1.714.106,79
Financeiros	100.315,78	7.839,46
Correntes	1.741.490,82	1.721.946,25
Extraordinários	722.359,44	-46.483,92
Líquidos	2.463.850,26	1.675.462,33

Os resultados financeiros positivos, no valor de 100,31 milhares, deveram-se a duas causas: (1) a execução da garantia bancária referente à escola de Santa Bárbara, provocando um aumento dos proveitos na ordem dos 145,25 milhares; e (2) a evolução de acordo com o stock de dívida do Município e com a descida do indexante Euribor. A descida sustentada da Euribor para novos níveis históricos (valores negativos), no ano de 2016 repercutiu-se positivamente nas contas da autarquia.

A grande liquidez em depósitos à ordem proporcionou a aplicação de curto prazo em depósitos a prazo, afetando positivamente estes resultados na ordem dos 24,84 mil euros.



Os resultados extraordinários, em 2016, foram positivos e registaram crescimento significativo muito influenciado pela diminuição das transferências de capital concedidas (-36,30%). Esta diminuição das transferências de capital está relacionada com a transição de quadros comunitários e com a inexistência da execução de projetos co-financiados por parte dos SMAH.

A diminuição dos Proveitos e Ganhos é apenas residual, na ordem dos -3,71%

3.7 Evolução da estrutura patrimonial

Análise financeira

A partir da análise das peças contabilísticas, com especial relevância para o balanço e demonstração de resultados, pode-se verificar, em 2016, um aumento dos rácios de liquidez reduzida, ou seja, um crescimento do grau de cobertura dos passivos circulantes pelas disponibilidades e pelas dívidas de terceiros. Este rácio, em termos dinâmicos, passou de 1,58 em 2015 para 1,76 em 2016. Este facto determina que o Município poderia liquidar a totalidade dos seus compromissos de curto prazo e ainda manter disponibilidades.



O rácio de liquidez geral é de 1,83 em 2016, demonstrando o pouco peso dos *stocks* de dívida existentes no ano em curso.

Indicadores	2016	2015
	2016	2015
Financeiros		
Liquidez reduzida	1,76	1,58
Liquidez geral	1,83	1,66
Autonomia Financeira	60,14%	58,29%
C.Permanentes+27 /Activo Fixo Líquido	105,31%	106,08%
Passivo M/L prazo/Cap. Proprios	15,5%	17,6%
Prazos Médios(dias)		
PMP - Fornecedores c/c	35,56	50,47
PMR - Clientes,contribuintes e Utentes	9,32	14,31
Tempo de Permanência das matérias prima	179,75	214,93
Stock matérias primas em 31/12	159.393,19	188.571,07
Materias primas consumidas no ano	323.663,29	320.241,67

Analisando a forma de financiamento do ativo fixo líquido, verifica-se que a cobertura deste pelos capitais permanentes, adicionados da conta 27, é de 105% em 2016. Confirma-se assim um correto financiamento do ativo fixo.

O peso do passivo de médio e longo prazo sobre os capitais próprios é de 15,5%, tendo-se verificado um decréscimo deste rácio entre 2015 e 2016.

O tempo médio de permanência das matérias-primas é de 179 dias, valor que embora excessivo tem a sua origem na inexistência de planos de produção, o que determina imprevisibilidade nos consumos..

De realçar que o prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores com conta corrente foi, em 2016, de 35 dias, traduzindo-se num esforço significativo de cumprimento do máximo legal, 60 dias. O rácio poderá estar afetado por alguma sazonalidade na faturação sobre o final do ano.

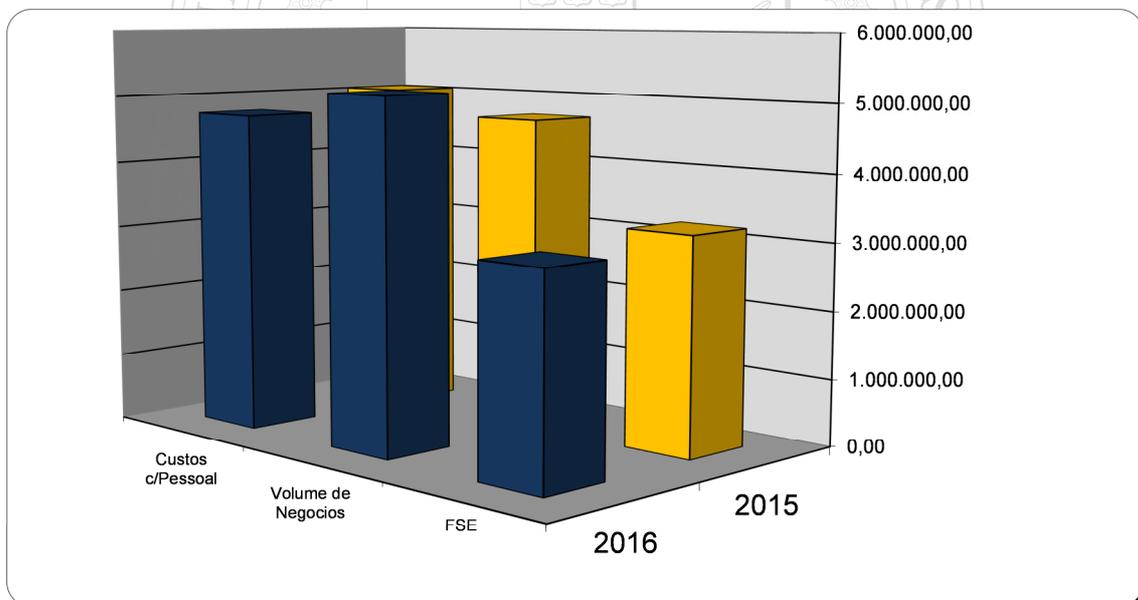


Análise económica

A análise da situação económica demonstra uma continuidade na dependência do Município em relação aos fundos do Orçamento de Estado.

Económicos	2016	2015
Volume negócios/Activo	3,40%	3,09%
Margem Bruta	1.785.901	1.154.803
Margem Bruta/Volume negocios	34,70%	24,64%
Meios Libertos Liquidos	6.372.316,88 €	5.759.897,60 €
Meios libert Brutos/Vol. Negocios	123,80%	122,90%
Meios lib liq /Activo	4,21%	3,80%
%custos c/pessoal/ Vol Neg	92,34%	107,67%
% FSE/Vol. Neg.	59,01%	68,53%
% Desp c/pessoal+ FSE / Vol. Neg.	151,35%	176,19%
% CEVC/ Vol Neg.	6,29%	6,83%
Vol Neg. (volume de negócios) - contas 71 e 72		

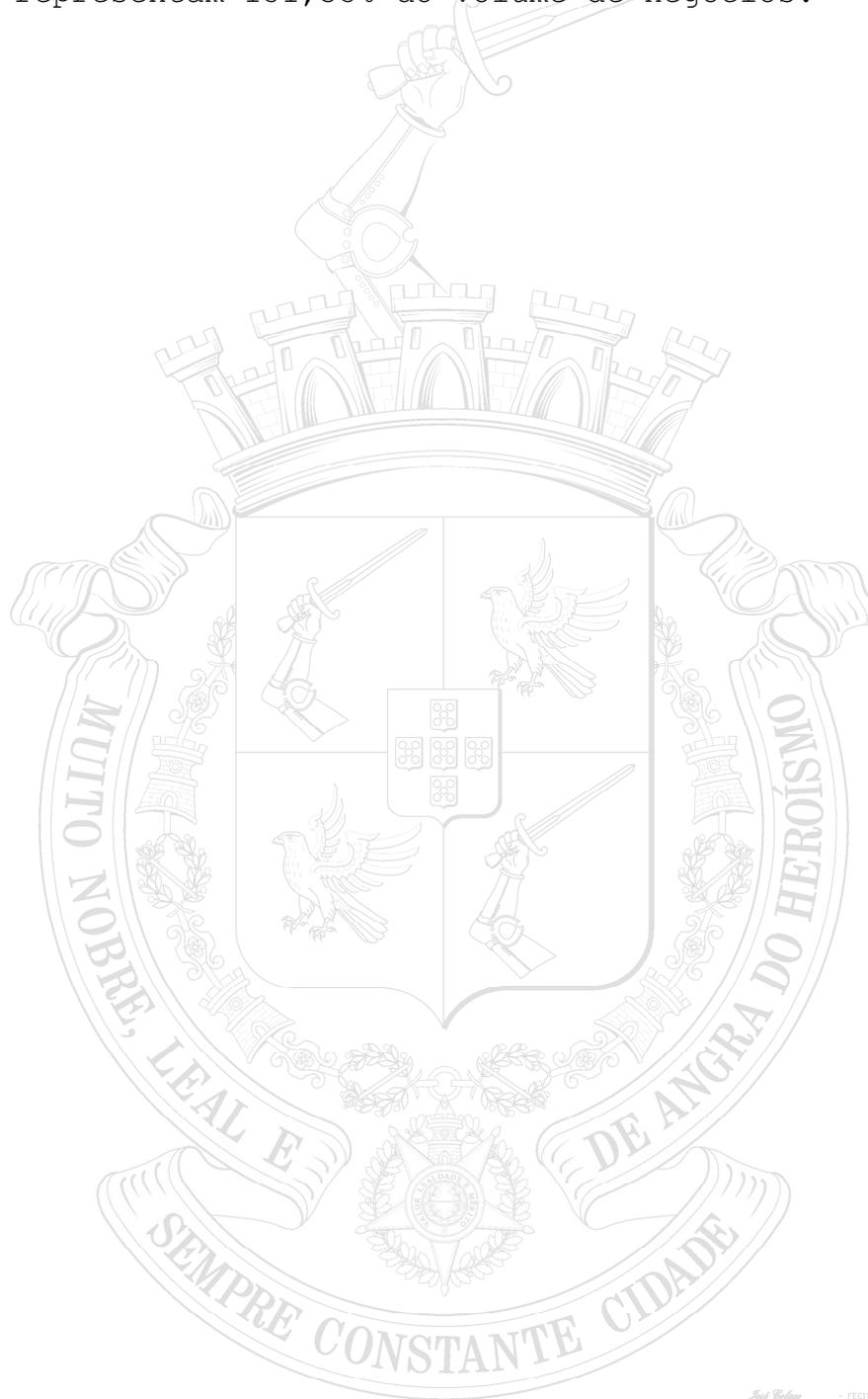
A margem bruta de 2016 foi de 1,78 milhões de euros, representando 34,70% do volume de negócios.



Os meios libertos líquidos foram de 6,37 milhões, o que representa 4,21% do ativo.



Conforme o quadro supra, o peso relativo dos fornecimentos e serviços externos sobre o volume de negócios foi de 59,01%. Se forem adicionados os custos com pessoal, estes custos representam 151,35% do volume de negócios.





3.8 Análise de centros de custos

A criação de um sistema de contabilidade de custos, nas organizações privadas ou nas públicas, revela-se de extrema importância no contexto atual, em que as várias entidades se deparam com a necessidade de gerir adequadamente os recursos ao seu dispor, de modo a administrar a instituição de forma eficaz, eficiente e económica.

O Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, veio tornar obrigatória a Contabilidade Analítica para as entidades subordinadas às suas normas. Os vários planos que despontaram na sequência da aprovação do POCP, nos quais se salienta o POCAL, apresentam uma série de mecanismos conducentes ao efetivo apuramento de custos e proveitos. Enquanto o POCP utiliza o termo Contabilidade Analítica, o POCAL refere-se à Contabilidade de Custos.

De acordo com o ponto 2.8.3.1 do POCAL, a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços e tem como objetivo final o apuramento do custo de cada função, de cada bem produzido e de cada serviço prestado com o intuito de proporcionar aos gestores a informação necessária para levar a cabo o planeamento e executar as funções de controlo. Efetivamente, quando direcionada para a Administração Pública, a Contabilidade de Custos é o sistema que regista e analisa, em pormenor, componentes do património da instituição para finalidades de gestão. Deste modo, com a implementação do sistema de Contabilidade de Custos nas entidades públicas pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Justificar o valor das taxas e preços;



- Facilitar a elaboração do orçamento;
- Medir a eficiência, eficácia, economia, sub-atividade e sobre-atividade;
- Apoiar as decisões sobre se a entidade deve continuar responsável diretamente por determinado serviço ou atividade, ou entregá-lo a entidades externas;
- Facilitar informação a entidades financiadoras de produtos, serviços ou atividades;
- Comparar custos de produtos ou serviços similares entre diferentes entidades;
- Comparar custos de produtos ou serviços similares entre diferentes exercícios económicos;
- Comparar custos reais com custos previsionais.

Todos os dados relativos à contabilidade de custos são obtidos automaticamente a partir da contabilidade geral, diretamente ou por integração automática dos módulos de faturação, gestão de compras, gestão de pessoal e imobilizado.

Contudo, no caso do Município de Angra do Heroísmo ainda não é possível fazer análise aos desvios de execução, pois aquando da abertura dos centros de custos não foi feito o respetivo orçamento, assim sendo esta análise ainda não está instituída.

A tabela dos códigos de centros de custos (que nos programas informáticos *GES* - Sistema de Gestão de Stocks e *OAD* - Obras por Administração Direta se designam por bens



ou serviços) encontra-se construída com as seguintes categorias:

Centros de Custos - Desagregação dos centros de custos do Município de Angra do Heroísmo de acordo com a seguinte estrutura:

- Bens e Serviços Prestados (código 11) - Destina-se à imputação de todos os custos suportados com a venda de bens e a prestação de serviços pelos quais o Município receba compensação monetária (por exemplo, todos os custos relacionados com o transporte inter-parques);
- Obras de Grande Reparação (código 12) - Destina-se à imputação de todos os custos de grandes reparações do património municipal efetuadas por administração direta, sendo desagregado, obra a obra, para no final do ano se apurar o valor a ser adicionado ao património do Município. Como grandes reparações ou beneficiações consideram-se as que aumentem o valor ou a duração provável da utilização da máquina ou viatura. Em caso de dúvida, consideram-se grandes reparações ou beneficiações sempre que o respetivo custo exceda 30% do valor patrimonial líquido da máquina ou viatura (Art.º 13.º do CIBE - Portaria 671/2000, de 17 de Abril);
- Obra de Construção (código 13) - Destina-se à imputação de todos os custos de construções novas que sejam efetuadas por administração direta, sendo desagregado obra a obra para que no final do ano se apure o valor a ser adicionado ao património do Município;



- Pequenas Reparações (código 14) - Destina-se à imputação de todos os custos de pequenas reparações e conservações do património municipal;
- Atividades Municipais (código 15) - Destina-se à imputação dos custos das atividades culturais, desportivas, recreativas e de lazer entre outras atividades que o Município promova no âmbito das suas atribuições;
- Transferências para Entidades Terceiras (código 16) - Destina-se à imputação dos custos com as transferências efetuadas pelo Município para entidades terceiras no âmbito das suas atribuições;
- Atividades Operacionais (código 17) - Destina-se à imputação de custos de atividades de suporte às atribuições principais do Município, como por exemplo, limpeza urbana, jardinagem, transporte de pessoal, limpeza de espaços públicos, iluminação pública e apenas nos casos em que não exista um equipamento específico no código 182 - Equipamentos Municipais, tais como, as zonas balneares, os jardins públicos, sendo que a existir o custo deverá ser imputado ao equipamento;
- Custos de Estrutura (código 18) - Encontra-se desagregado em duas grandezas:
 - o Por Serviços - em função da estrutura orgânica do Município com vista à imputação por serviço dos custos que não poderão ser imputados diretamente aos códigos acima (por exemplo, todos os custos administrativos como o serviço de contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, etc.);



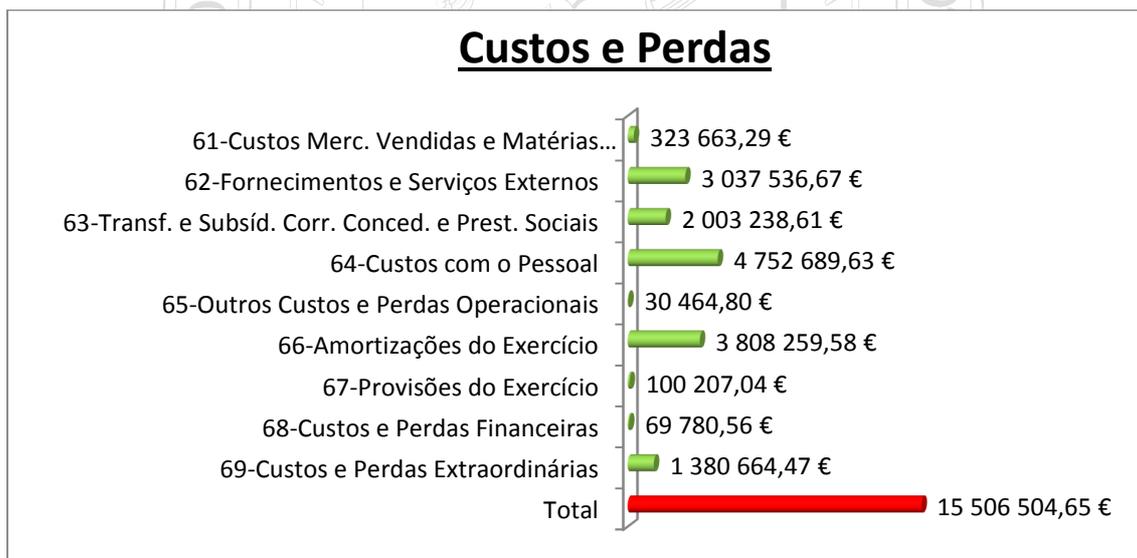
- o Por Equipamentos Municipais - em função dos vários equipamentos municipais (escolas, espaços públicos, zonas de lazer, etc.) com vista à imputação de todos os custos decorrentes do funcionamento desses equipamentos.

Análise Comparativa das Contas de Custos com os Centros de Custos

Os gráficos seguintes mostram a comparação entre a classe 6 (Custos e Perdas), com a desagregação dos custos pela estrutura da Contabilidade de Custos.

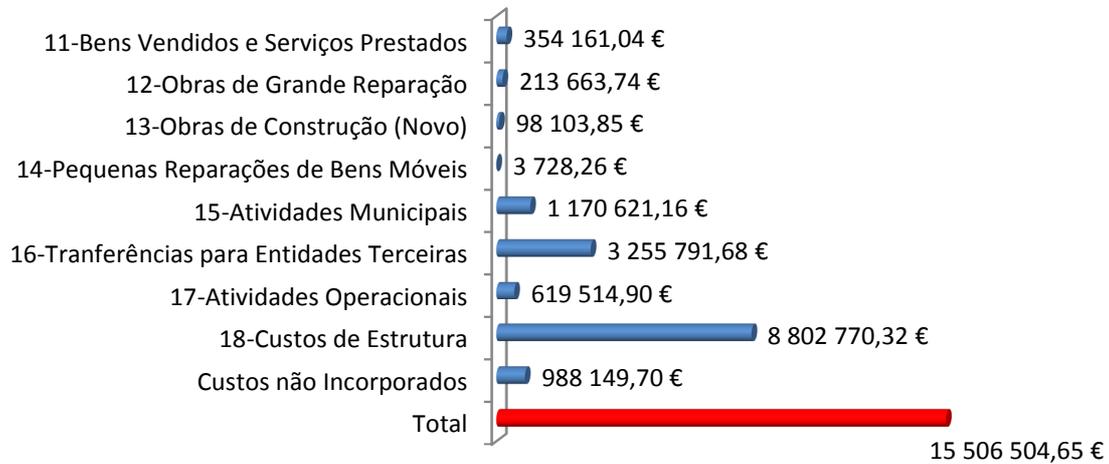
Como se pode verificar, a totalidade dos Custos e Perdas relativos ao ano de 2016 são de 15.505.956,11€.

No Gráfico relativo aos centros de custos a rubrica "Custos não Incorporados", refere-se à diferença entre a totalidade dos custos e perdas e a totalidade dos centros de custos. Esta diferença deve-se a custos não incorporados.





Centros de Custos

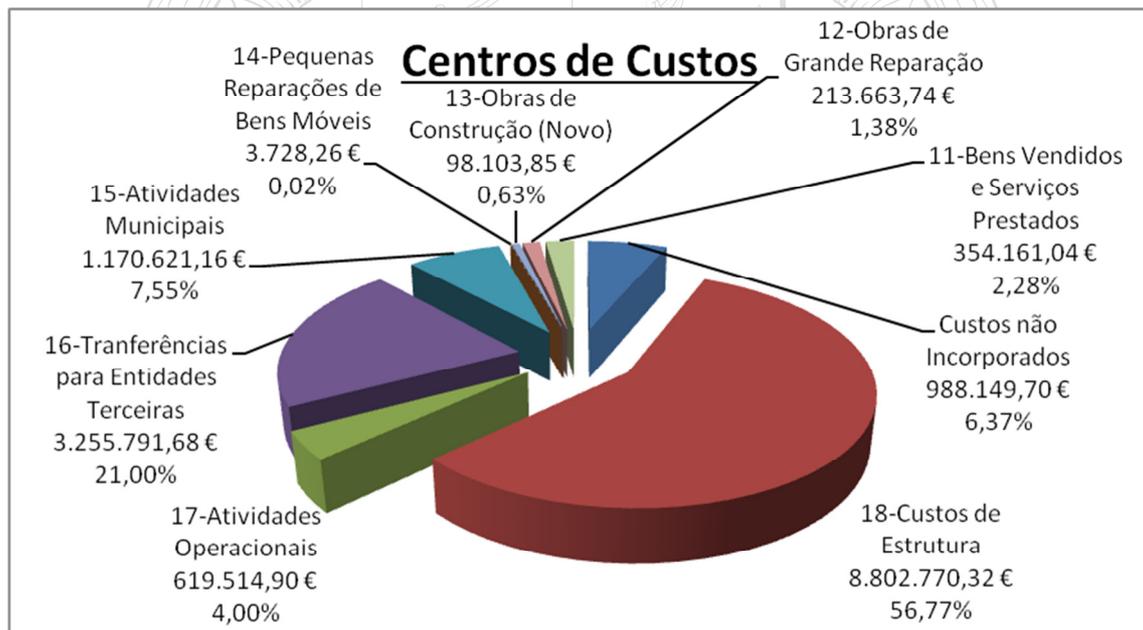
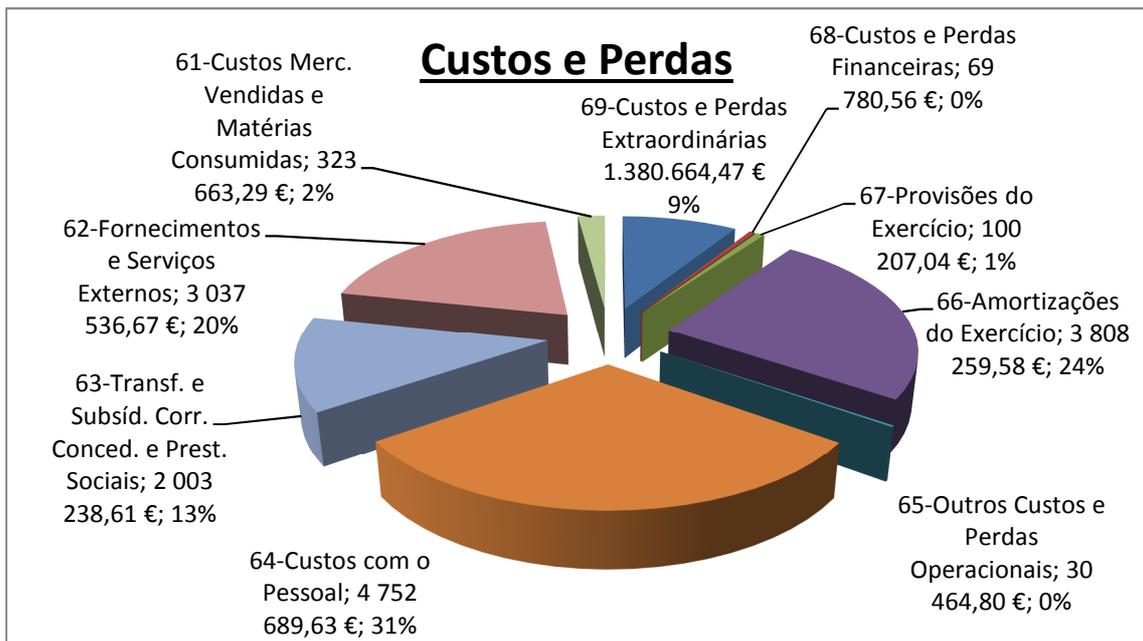


Nos dois gráficos seguintes é possível analisar em pormenor a desagregação das diversas contas da classe “custos e perdas”, bem como a desagregação das diversas rubricas de contabilidade de custos.

Da análise dos custos e perdas pode-se verificar que a maior parte da despesa vai para os custos com o pessoal (4.752.689,63€), o que corresponde a 31% dos custos.

Da análise dos centros de custos verifica-se que o maior parte dos custos vão para os custos de estrutura (8.802.770,32€), o que corresponde a 56,77% dos custos.

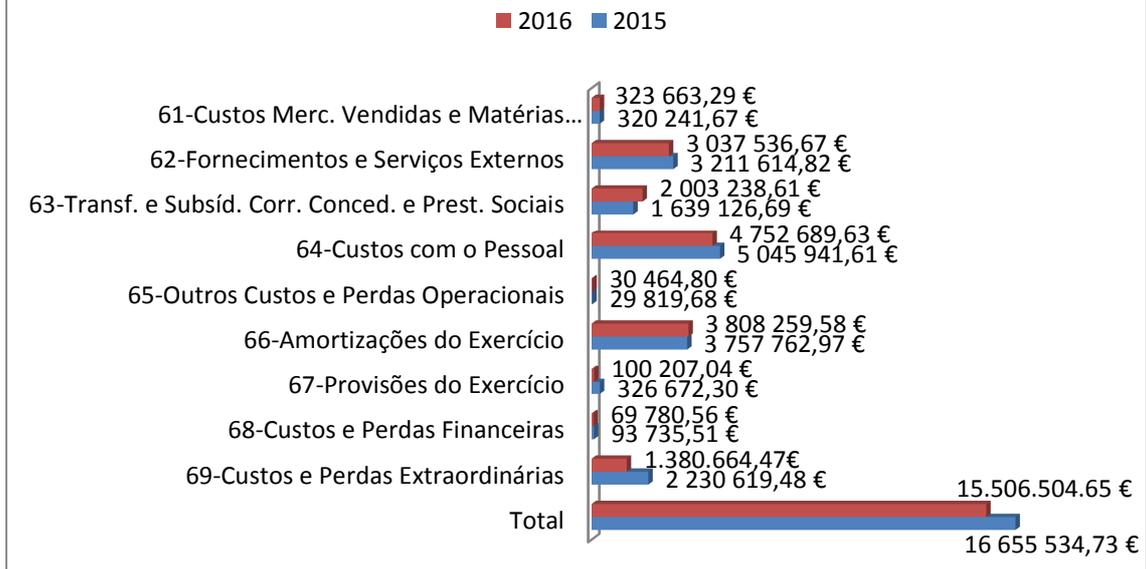
Este facto mostra os dois conceitos, o da Contabilidade Patrimonial e o da Contabilidade Analítica. No primeiro caso são registados os custos com o pessoal, no segundo caso temos os custos com o pessoal associados aos custos das estruturas, bem como distribuídos pelas restantes rubricas.



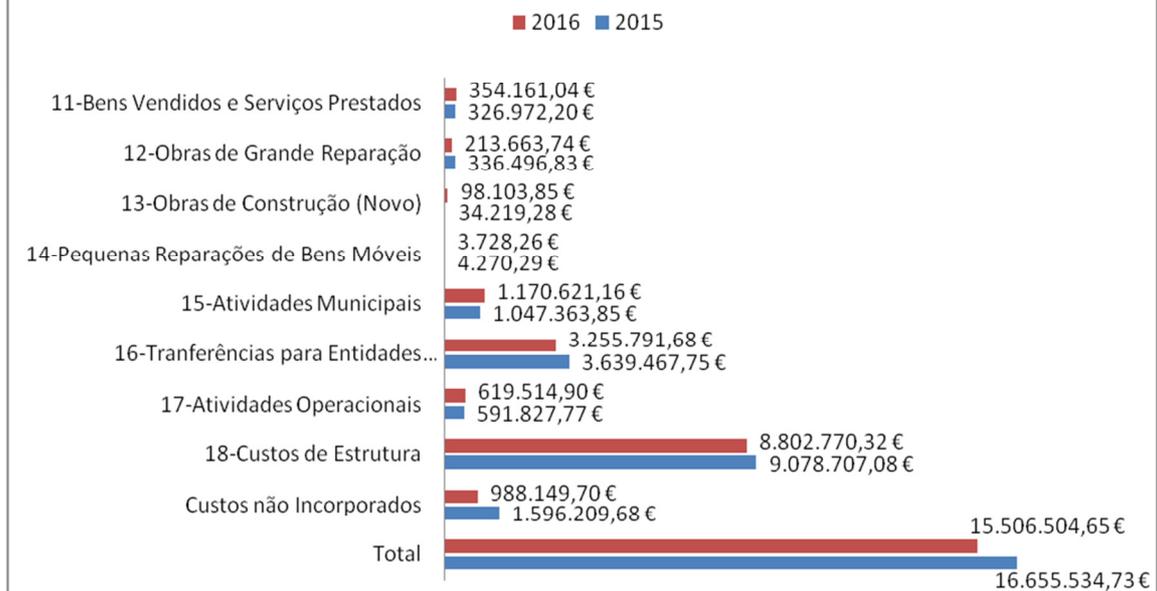
Nos dois gráficos seguintes faz-se a análise comparativa com o ano de 2015.



Custos e Perdas 2015/2016



Centros de Custos 2015/2016



15-Atividades municipais

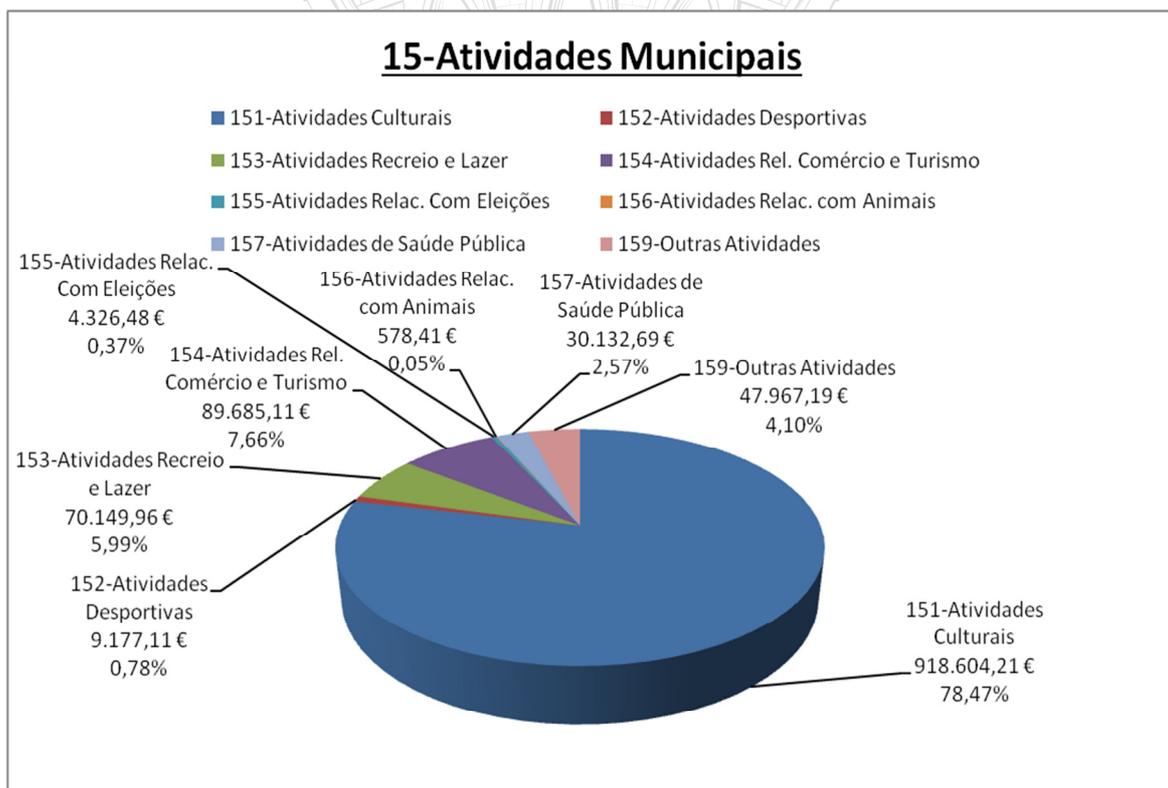
No gráfico seguinte estão distribuídos os custos com as atividades municipais, com destaque para as atividades



culturais, desportivas e de lazer promovidas no âmbito das atribuições do Município.

De notar que as atividades desportivas representam uma percentagem reduzida, uma vez que os custos inerentes a esta rubrica estão imputados às diversas estruturas desportivas.

Estão incluídos, neste gráfico, os custos com as Sanjoaninas (atividades culturais) e que serão adiante analisados pormenorizadamente.



Total 1.170.621,16 €

16-Transferências para entidades terceiras

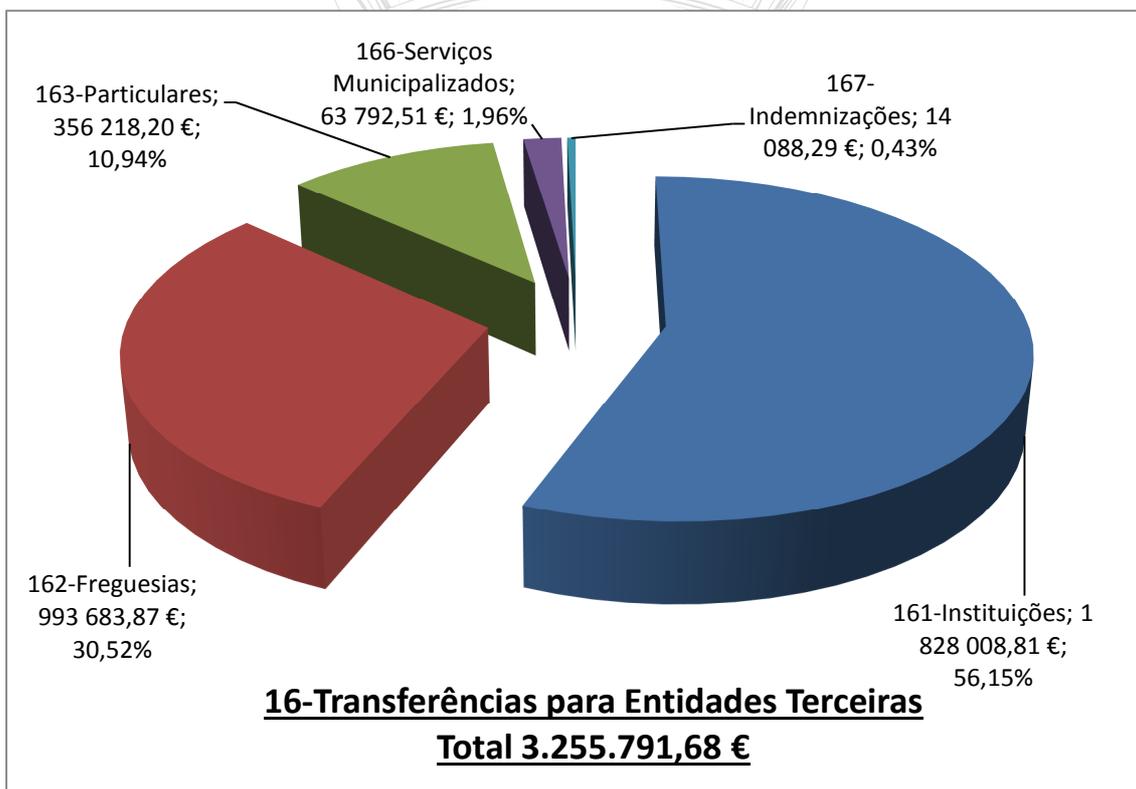
Como podemos verificar no gráfico seguinte as «Transferências para Entidades Terceiras» estão



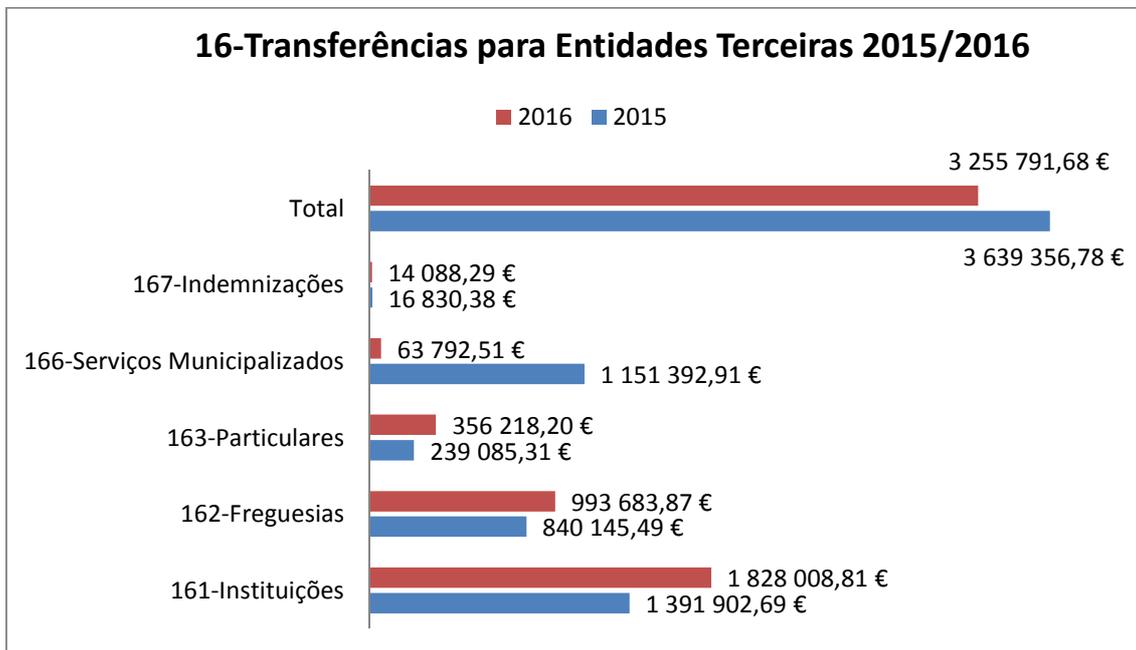
desagregadas por Instituições, Freguesias e outras Entidades.

As transferências para instituições representam os subsídios e transferências atribuídos a entidades particulares sem fins lucrativos, tais como clubes desportivos e outras entidades similares.

As transferências para freguesias representam, sobretudo, transferências por delegação de competências. As restantes transferências referem-se, a particulares, Serviços Municipalizados e indemnizações.



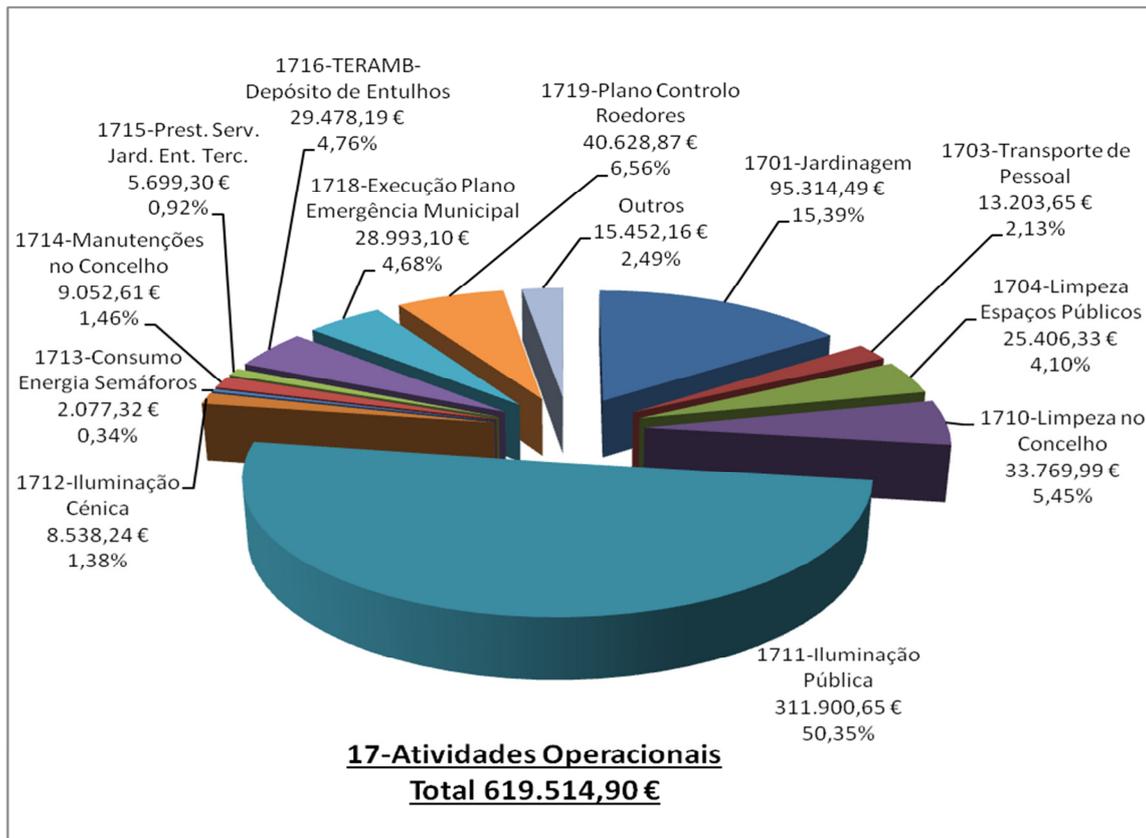
No gráfico seguinte é feita a análise comparativa das transferências para entidades terceiras relativamente ao ano de 2015.



17-Atividades operacionais

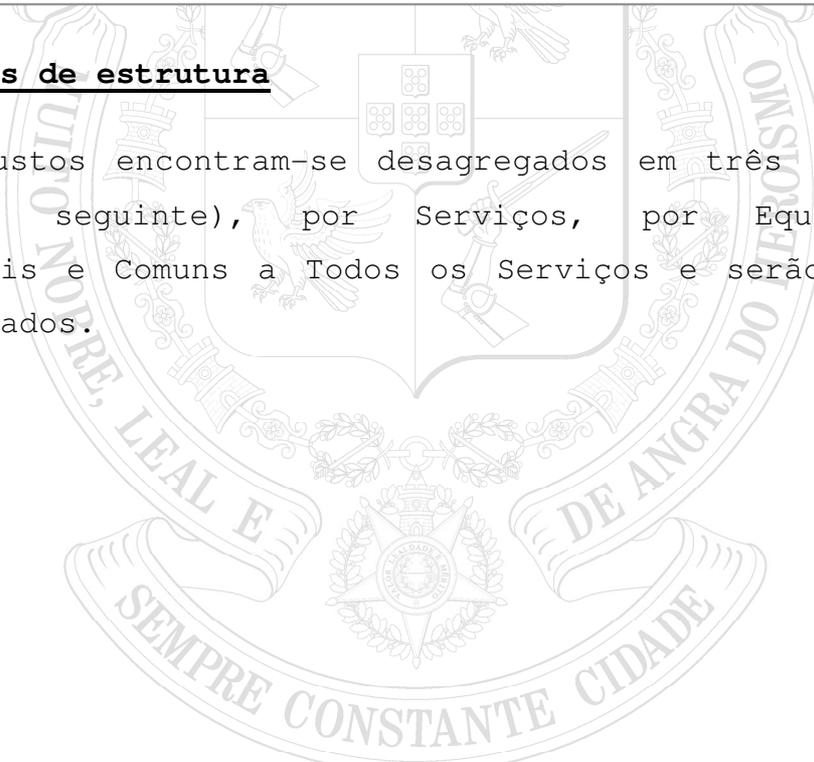
As atividades operacionais correspondem à imputação dos custos das atividades de suporte, inerentes às atividades operacionais do Município.

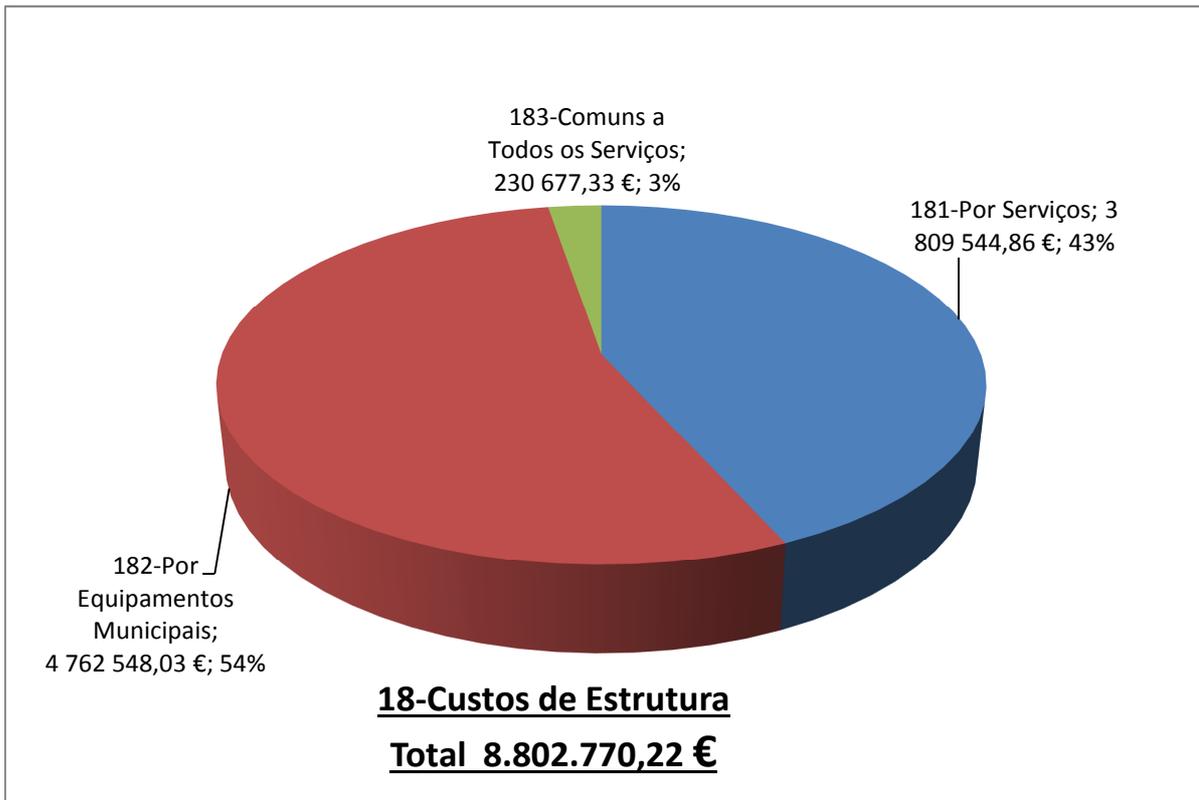
De notar que nesta rubrica, os custos com a iluminação pública representam 50.35% do total dos custos e serão adiante analisados em pormenor.



18-Custos de estrutura

Estes custos encontram-se desagregados em três grandezas (gráfico seguinte), por Serviços, por Equipamentos Municipais e Comuns a Todos os Serviços e serão adiante desagregados.





181-Custos de estrutura por serviços

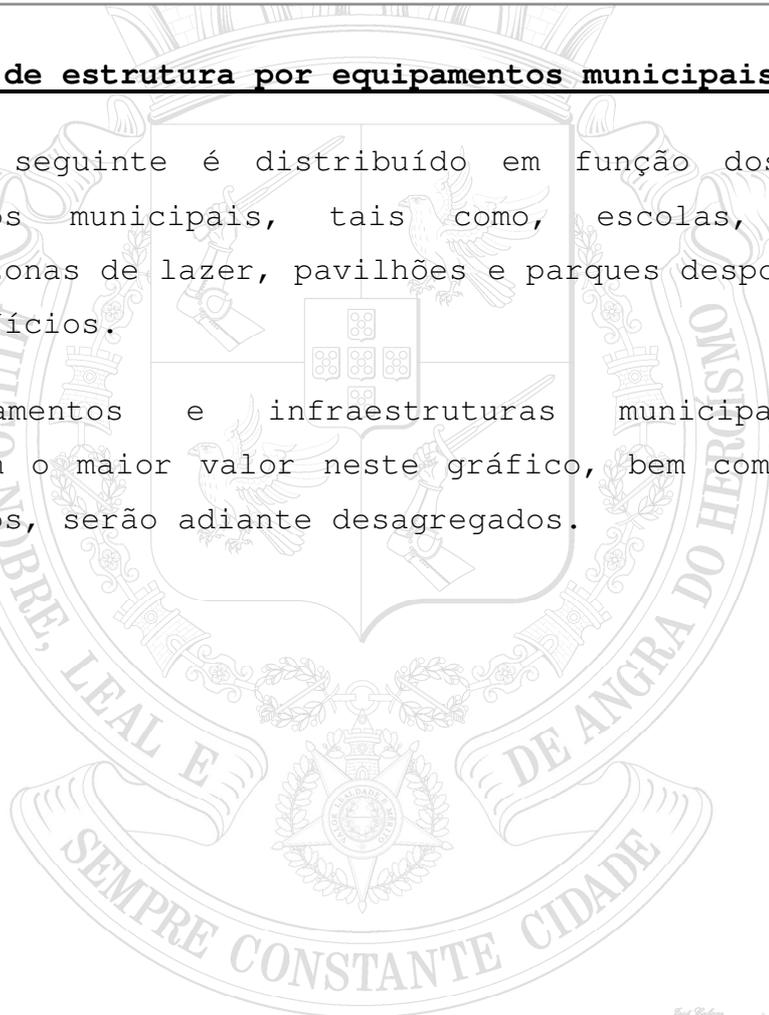
Este gráfico desagrega as diversas Unidades Orgânicas do Município. Relativamente ao Comando de Meios Operacionais e Proteção Civil, não estão incluídos nestes custos os que são imputados às Infraestruturas Municipais, bem como à Unidade de Desenvolvimento Comunitário e Unidade de Promoção Municipal e Cultura.

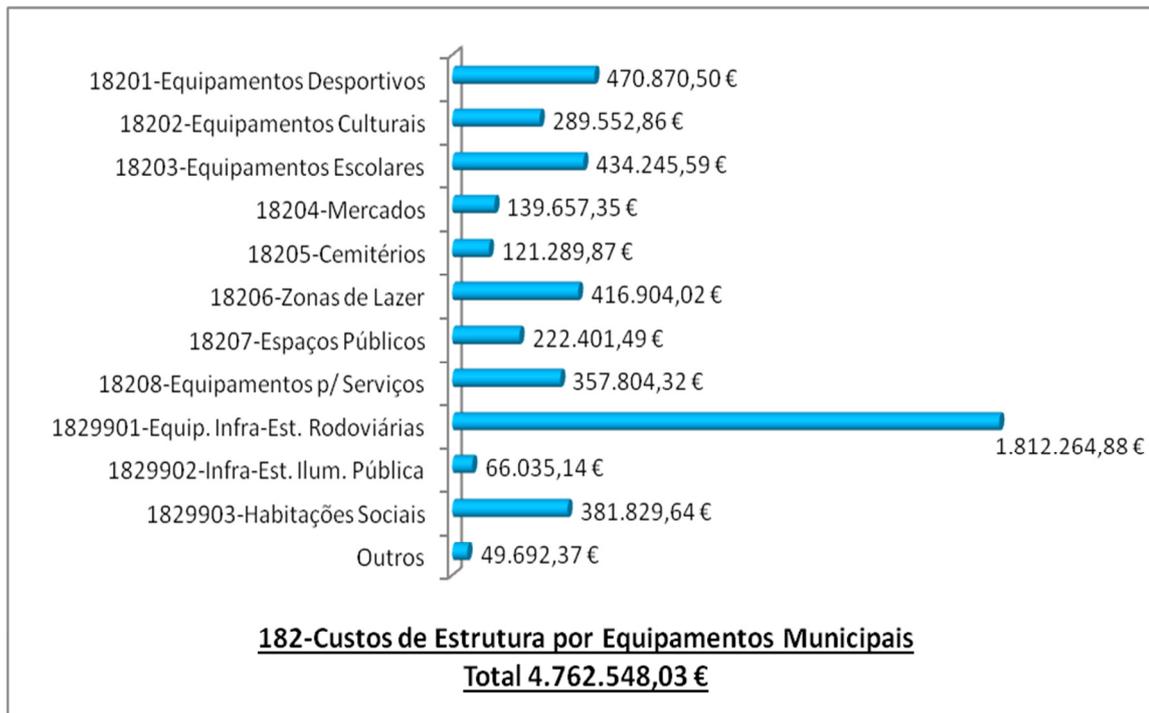


182-Custos de estrutura por equipamentos municipais

O gráfico seguinte é distribuído em função dos vários equipamentos municipais, tais como, escolas, espaços públicos, zonas de lazer, pavilhões e parques desportivos e outros edifícios.

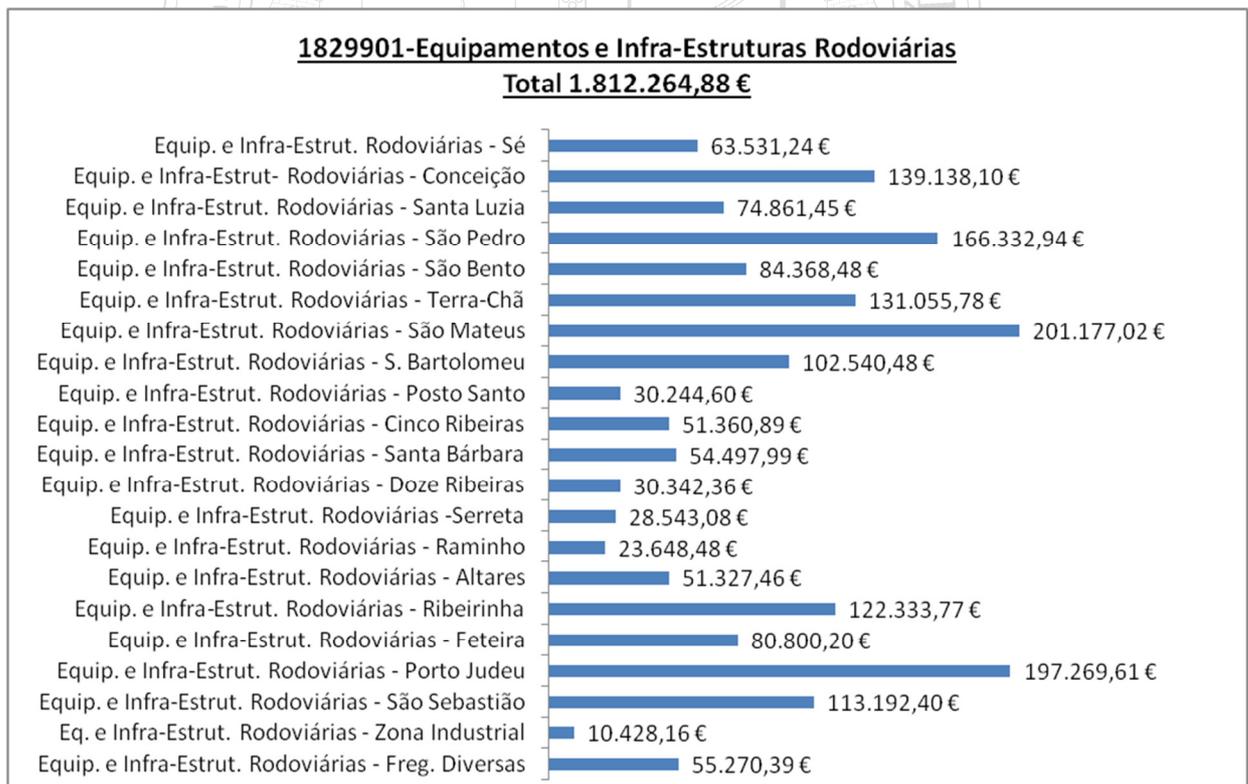
Os equipamentos e infraestruturas municipais que representam o maior valor neste gráfico, bem como outros equipamentos, serão adiante desagregados.





1829901-Equipamentos e infraestruturas rodoviárias

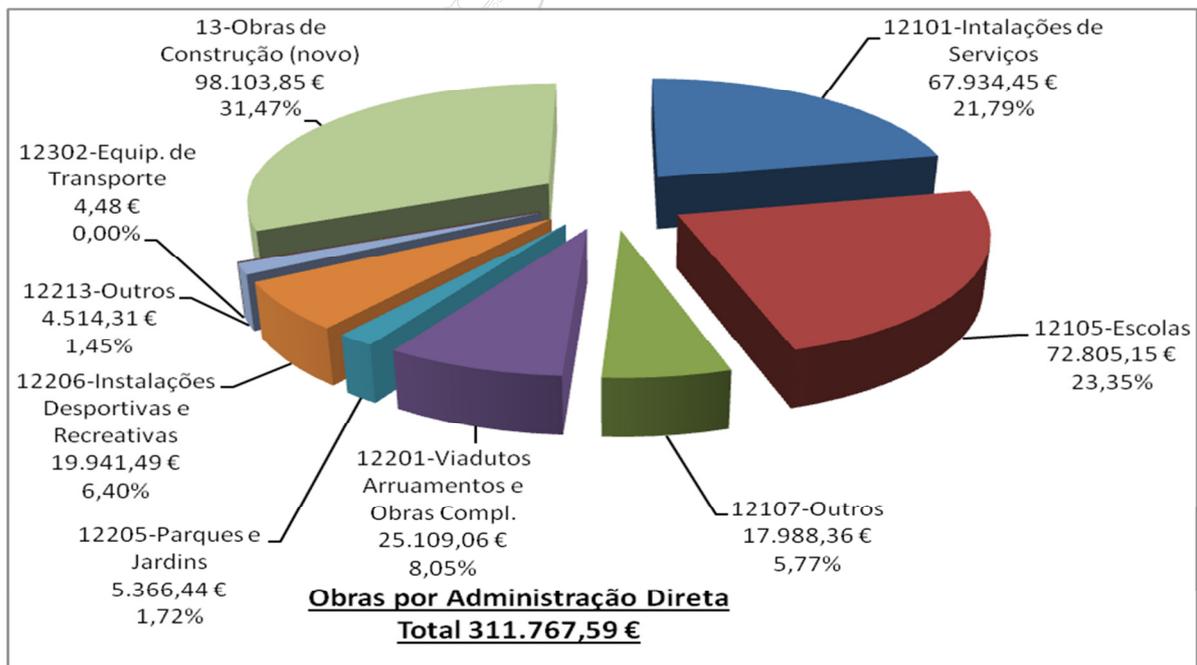
Neste gráfico os diversos equipamentos e infraestruturas rodoviárias estão desagregados por freguesias e zona.





12-13-Obras por administração direta

Nesta rubrica estão imputados os custos com as grandes reparações do património municipal efetuadas por administração direta e cujo valor foi adicionado ao património do Município. No gráfico seguinte os valores foram agrupados em diversas rubricas.



Transportes públicos inter-parques

Neste gráfico, faz-se a análise dos custos com os transportes inter-parques e custos de fiscalização de estacionamento em comparação com as receitas dos anos anteriores com o ano analisado.

Relativamente ao ano de 2014, os custos de fiscalização do estacionamento tarifado foram menores que no ano anterior, uma vez que esta passou a ser efetuada pela empresa concessionária a partir do terceiro trimestre, bem como em 2015 e 2016.



Transportes Públicos Inter-Parques



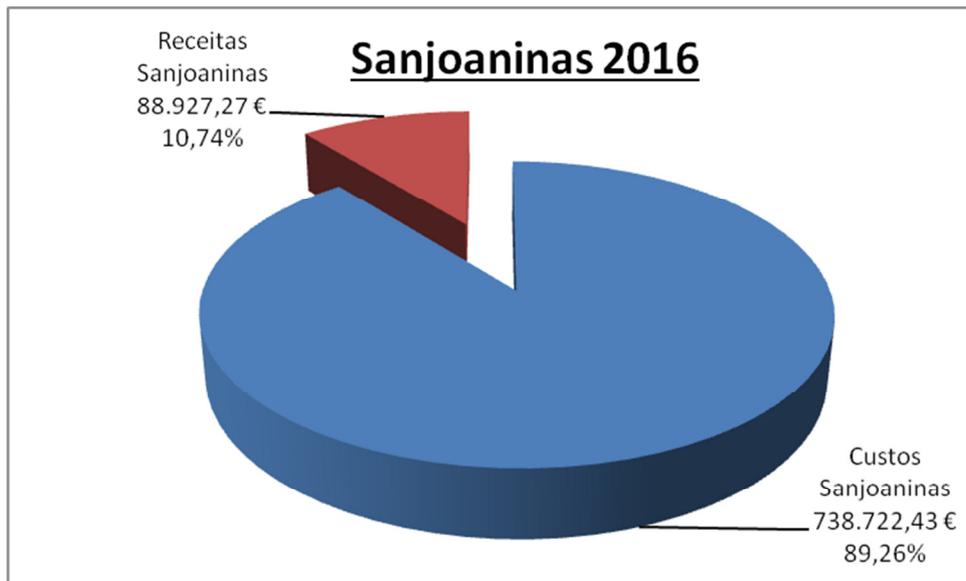
	Custos Mini Bus	Custos Fiscalização Estacionamento	Custos Totais	Receita Estacionamento Tarifado	Saldo
■ 2013	285.923,90 €	70.539,77 €	356.463,67 €	243.510,09 €	-112.953,58 €
■ 2014	283.480,48 €	10.566,58 €	294.047,06 €	231.356,16 €	-62.690,90 €
■ 2015	245.078,58 €	0,00 €	245.078,58 €	201.202,98 €	-43.875,60 €
■ 2016	199.630,10 €	0,00 €	199.630,10 €	237.785,34 €	38.155,24 €

Sanjoaninas 2016

Nos gráficos seguintes são analisadas as receitas e os custos relativos às Sanjoaninas 2016.

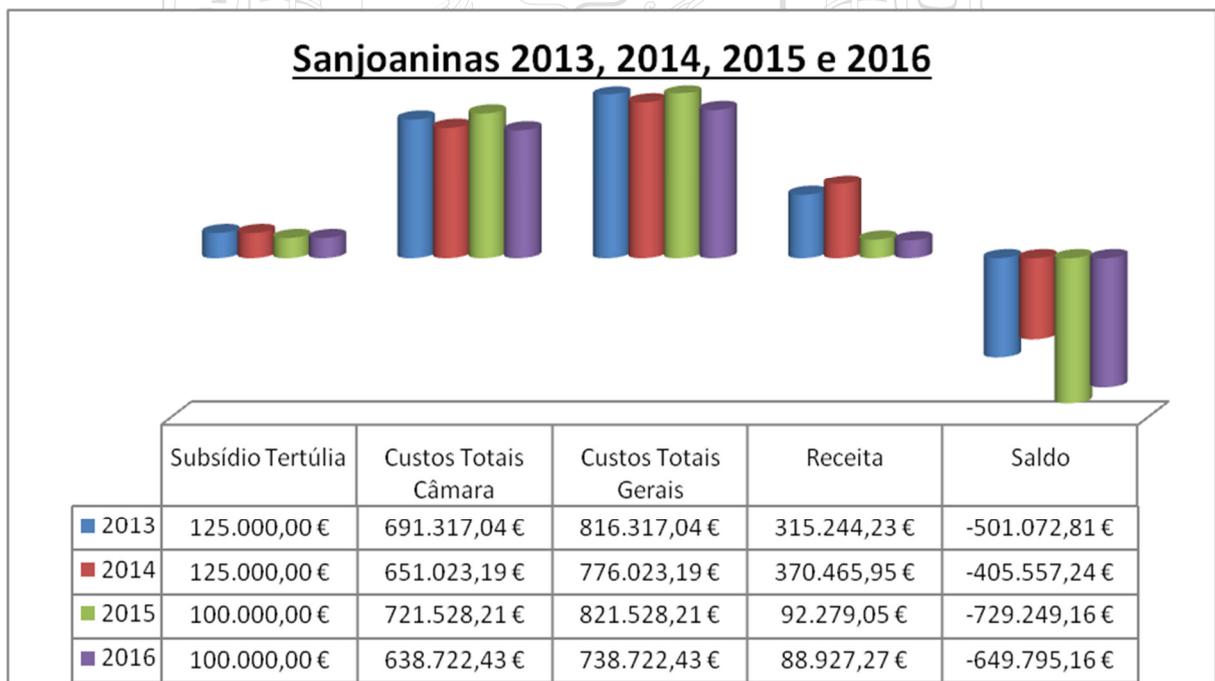
No primeiro gráfico estão mencionados os custos e as receitas totais.

Relativamente à rubrica de custos, estão aqui incluídos também a mão-de-obra direta dos funcionários afetos à autarquia, viaturas e materiais do armazém, amortizações do equipamento, além de aquisições e serviços externos. Também está aqui incluído o subsídio à Tertúlia Tauromáquica Terceirense no valor de 100.000,00€.



Neste segundo gráfico é feita a análise dos custos e das receitas comparativamente aos anos de 2013, 2014 e 2015.

Os custos totais gerais são o somatório do subsídio à Tertúlia Tauromáquica Terceirense com os custos totais da Câmara Municipal. O resultado final foi obtido subtraindo os Custos Totais Gerais das Receitas Totais.

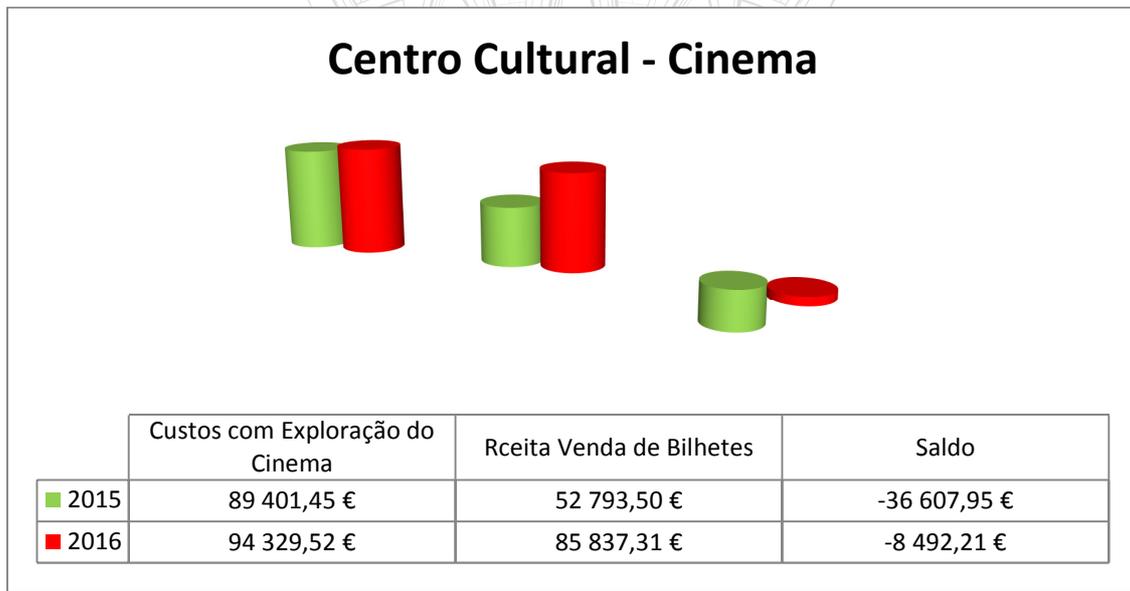




Note-se que as receitas de 2013 e 2014 incluem uma transferência municipal de 250 mil euros, contabilizada pelas comissões então existentes como receita, valor que para efeitos de comparação com os anos posteriores deve ser deduzido.

Centro Cultural e de Congressos - Cinema

No gráfico seguinte é feita a análise dos custos de exploração do cinema em comparação com a receita face aos valores apurados em 2015.



Mercado Duque de Bragança

Neste gráfico é analisada a relação entre os custos e as receitas do Mercado Duque de Bragança, comparando com 2013 e 2014 e 2015.



Mercado Duque de Bragança



	Custos Totais	Receita Total	Saldo
■ 2013	140.015,17 €	51.888,97 €	-88.126,20 €
■ 2014	174.884,19 €	31.012,00 €	-143.872,19 €
■ 2015	157.768,25 €	30.363,00 €	-127.405,25 €
■ 2016	139.657,35 €	29.038,55 €	-110.618,80 €

Habitações sociais

O gráfico seguinte apresenta os custos e receitas com as Habitações Sociais, comparativamente com 2013, 2014 e 2015. Nestes custos estão incluídas as amortizações dos edifícios.

Habitações Sociais

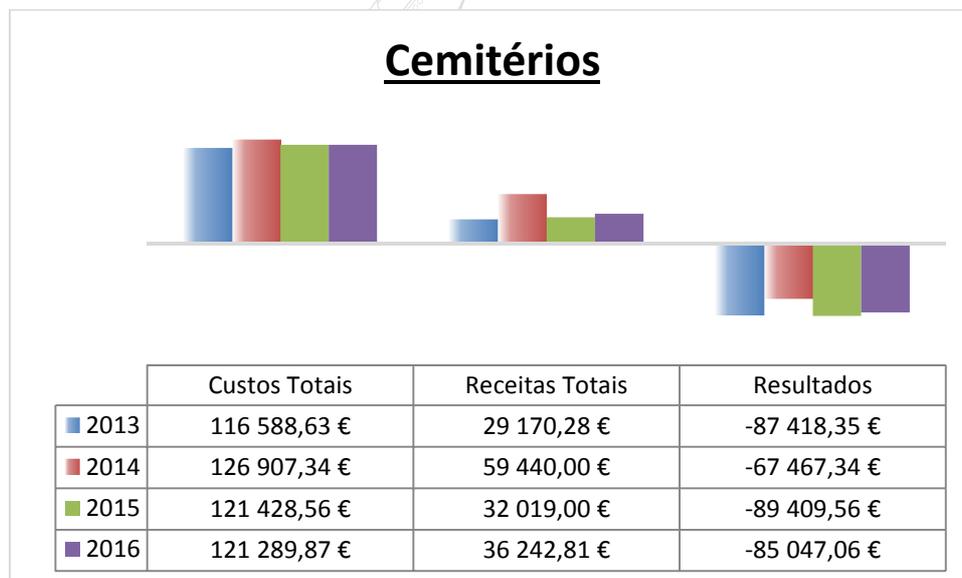


	Custos Habitações	Receita Rendas Recebidas	Saldo
■ 2013	367.420,91 €	140.687,37 €	-226.733,54 €
■ 2014	468.598,66 €	175.185,00 €	-293.413,66 €
■ 2015	389.806,31 €	158.692,00 €	-231.114,31 €
■ 2016	381.829,64 €	149.653,67 €	-232.175,97 €



Cemitérios

O gráfico seguinte faz a comparação dos custos totais dos cemitérios de 2013, 2014 e 2015 para 2016, das receitas totais de 2013, 2014 e 2015 para 2016 e respetivos resultados, que foram obtidos pela diferença entre as receitas e os custos.

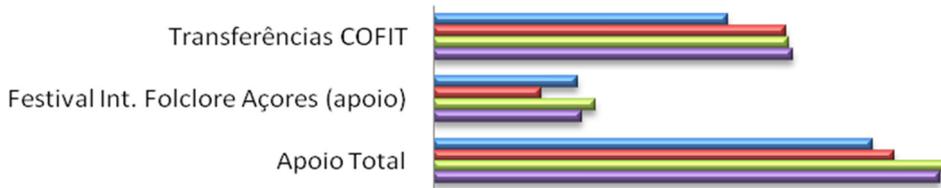


Festival Internacional de Folclore dos Açores

Nesta rubrica é feita a análise (gráfico seguinte), comparativamente a 2013, 2014 e 2015, do apoio dado ao COFIT para a realização do Festival Internacional de Folclore dos Açores. Este apoio compreende transferências em valor e apoio logístico de montagem de equipamento em mão-de-obra e viaturas, bem como materiais.



Festival Internacional de Folclore dos Açores

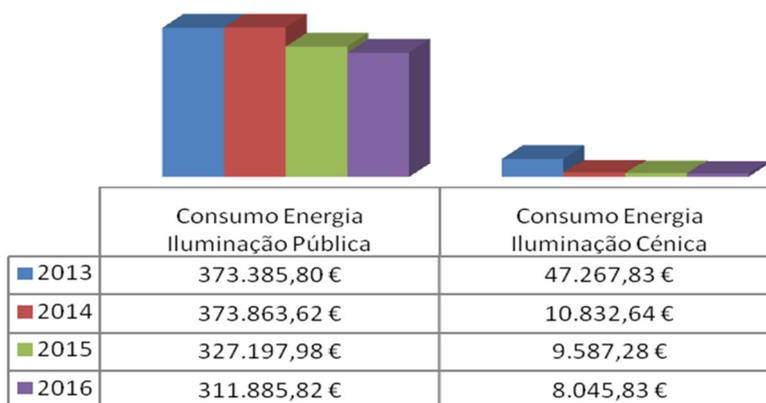


	Apoio Total	Festival Int. Folclore Açores (apoio)	Transferências COFIT
■ 2013	29.954,38 €	9.849,74 €	20.104,64 €
■ 2014	31.402,41 €	7.335,97 €	24.066,44 €
■ 2015	35.339,35 €	11.089,35 €	24.250,00 €
■ 2016	34.599,86 €	10.124,58 €	24.475,28 €

Iluminação pública e cénica

O gráfico seguinte faz a comparação entre os consumos de energia elétrica de Iluminação Pública e Iluminação Cénica de 2013, 2014, 2015 e 2016. De notar que existem sucessivas poupanças de consumo de energia elétrica a partir de 2014.

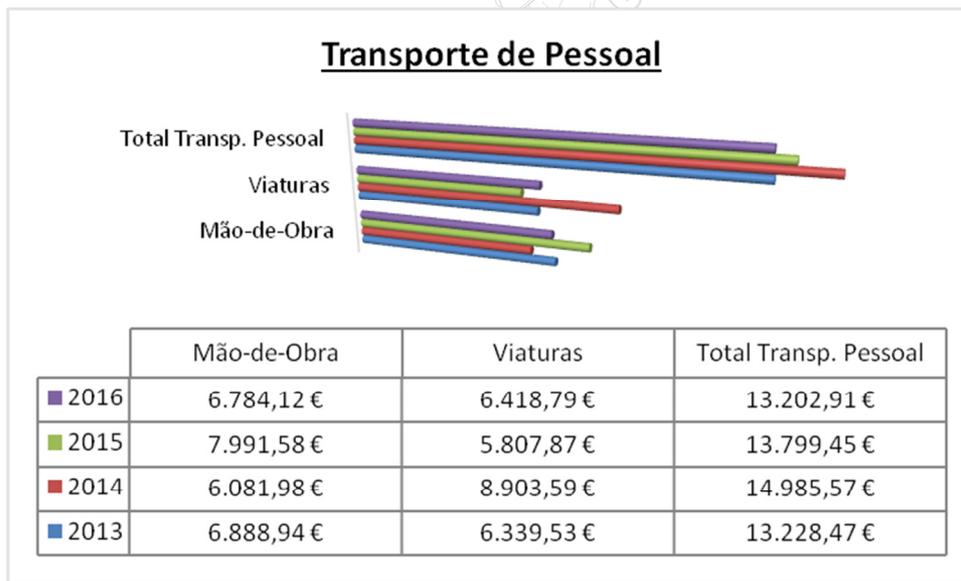
Iluminação Pública e Cénica





Transporte de pessoal

No gráfico seguinte é feita a comparação dos custos com o transporte dos trabalhadores da autarquia, relativamente aos anos anteriores.

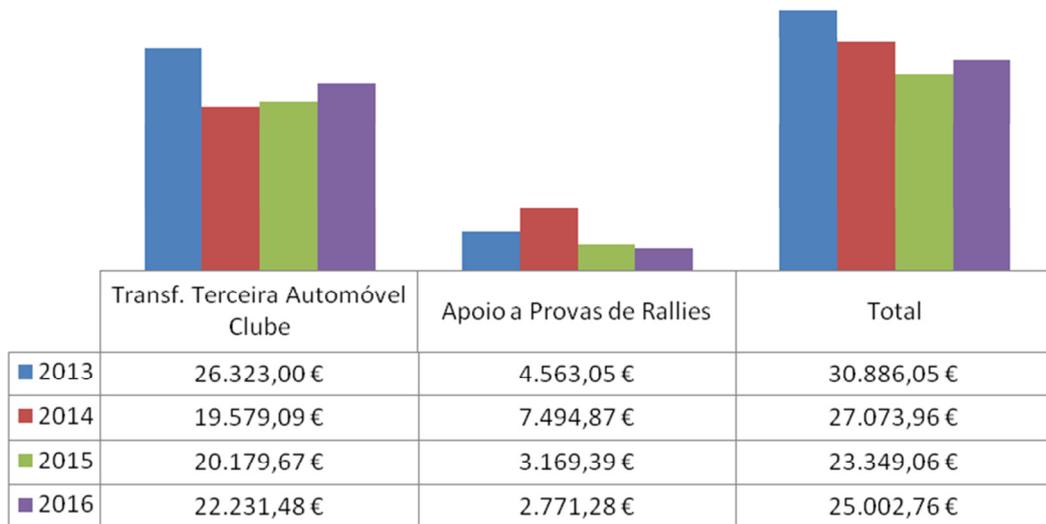


Atividades relacionadas com provas automobilísticas

De seguida é feita a uma análise comparativa dos apoios dados pela autarquia a provas de rallies. A rubrica “apoio”, refere-se a apoio logístico em mão-de-obra, viaturas e materiais (gráfico seguinte).

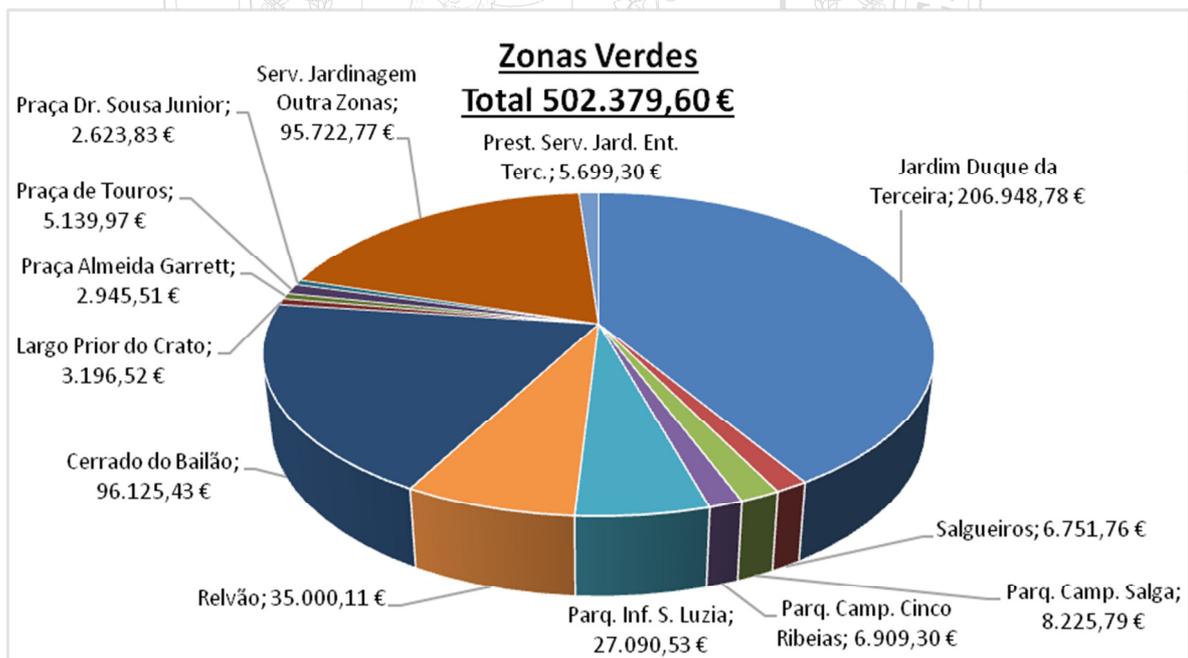


Atividades Relacionadas com Provas de Rallies



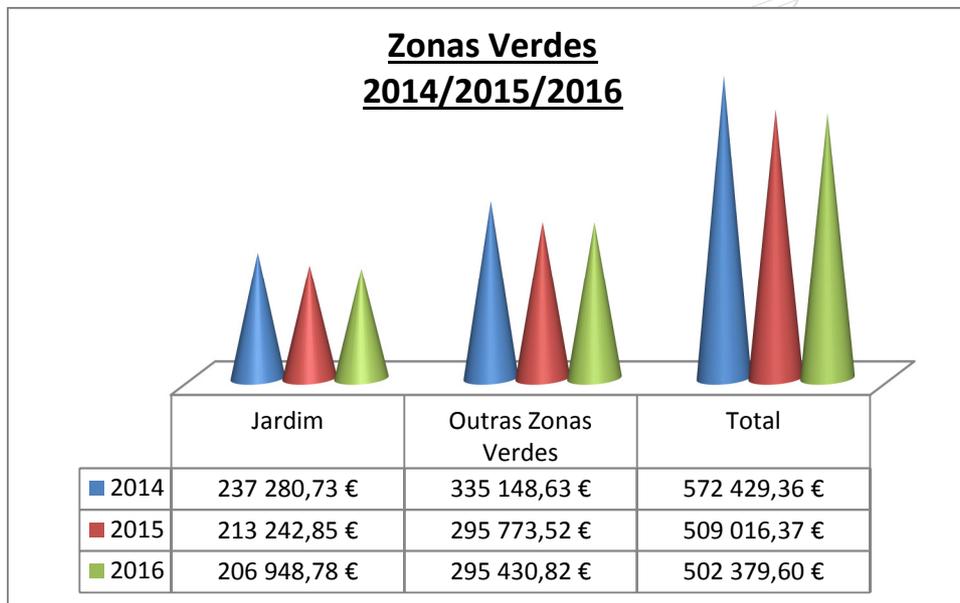
Zonas verdes

No gráfico seguinte é feita uma análise dos custos afetos às zonas verdes em separado, em que se pode verificar que o Jardim Duque da Terceira alberga grande parte dos custos com um valor de 206.948,78€.



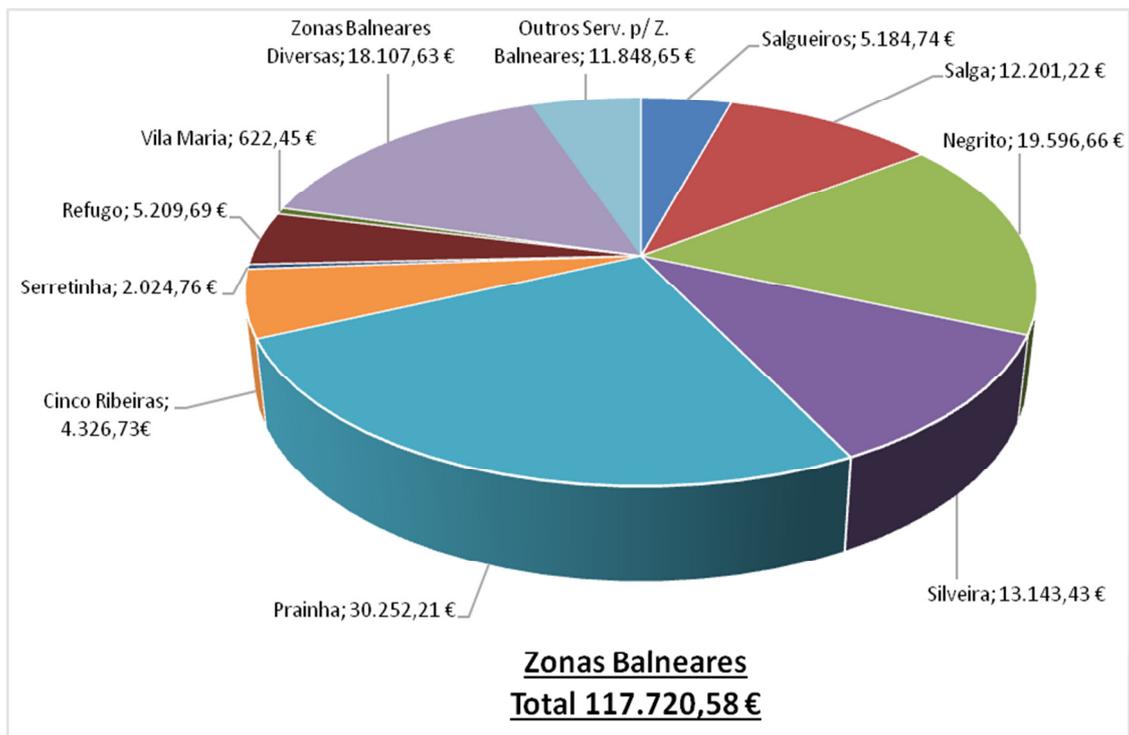


No gráfico seguinte é feita a comparação de custos das zonas verdes relativamente a 2014 e 2015.

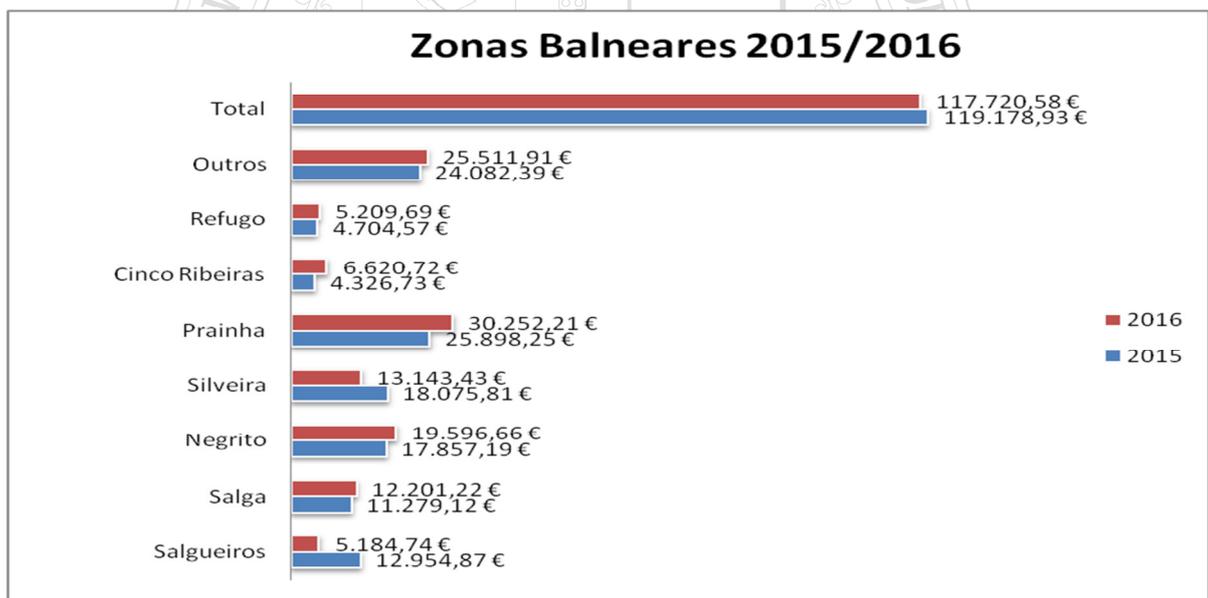


Zonas balneares

De seguida é feita uma análise das zonas balneares e locais de banhos, com um custo total de 117.720,58€. De notar que as zonas balneares do Negrito, Silveira e Prainha absorvem a maior parte dos custos afetos a esta rubrica.



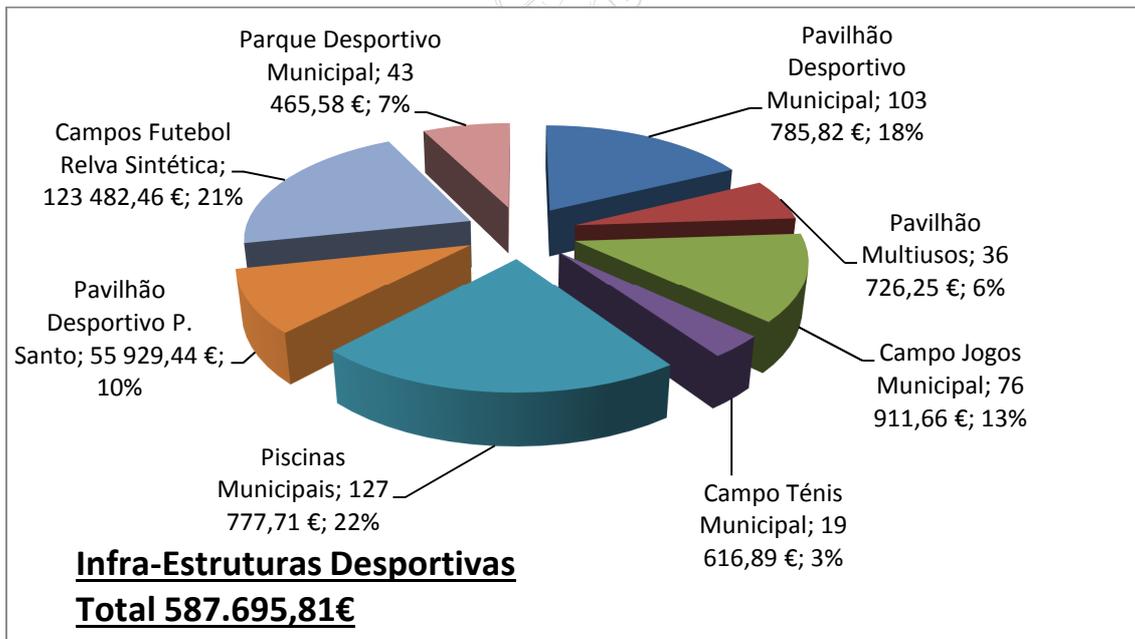
O gráfico seguinte faz a comparação de custos das zonas balneares relativamente a 2015.



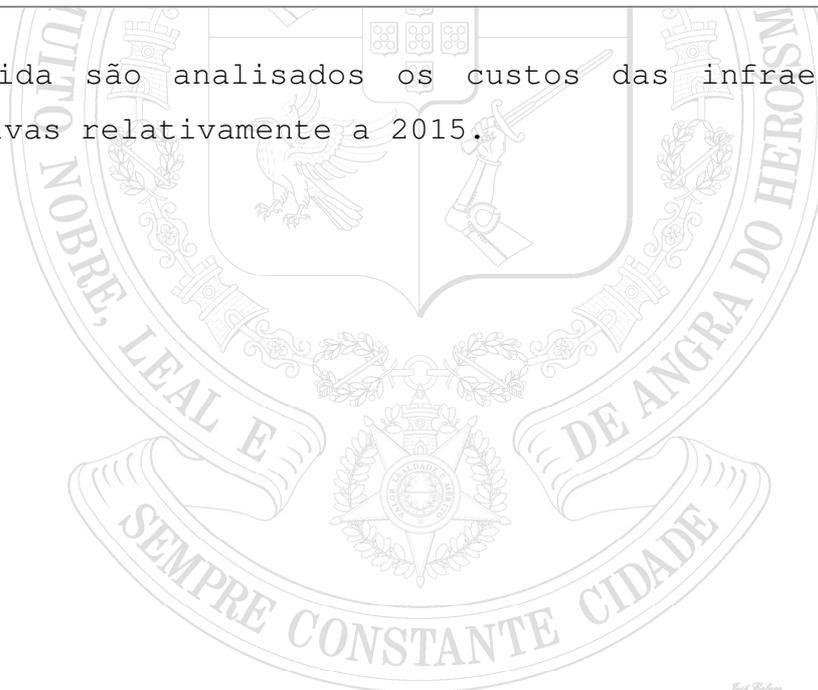


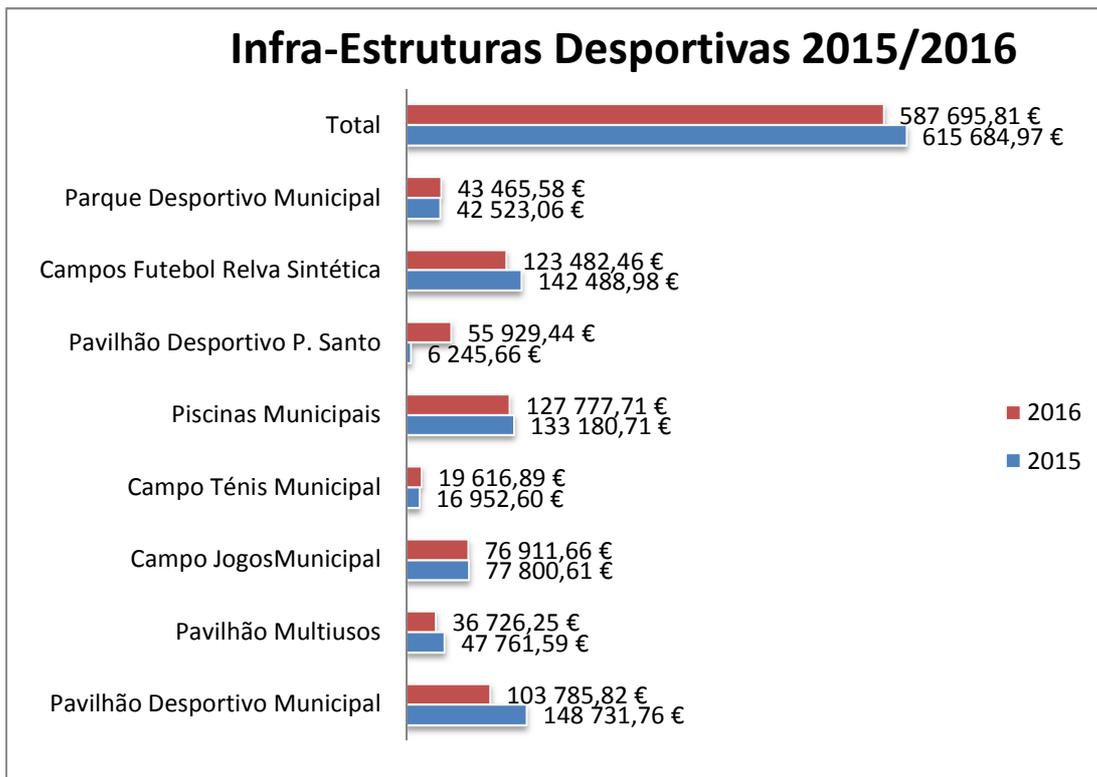
Infraestruturas desportivas

O gráfico seguinte faz uma análise individual das diversas infraestruturas desportivas municipais, com um custo global de 587.695,81€.



Em seguida são analisados os custos das infraestruturas desportivas relativamente a 2015.



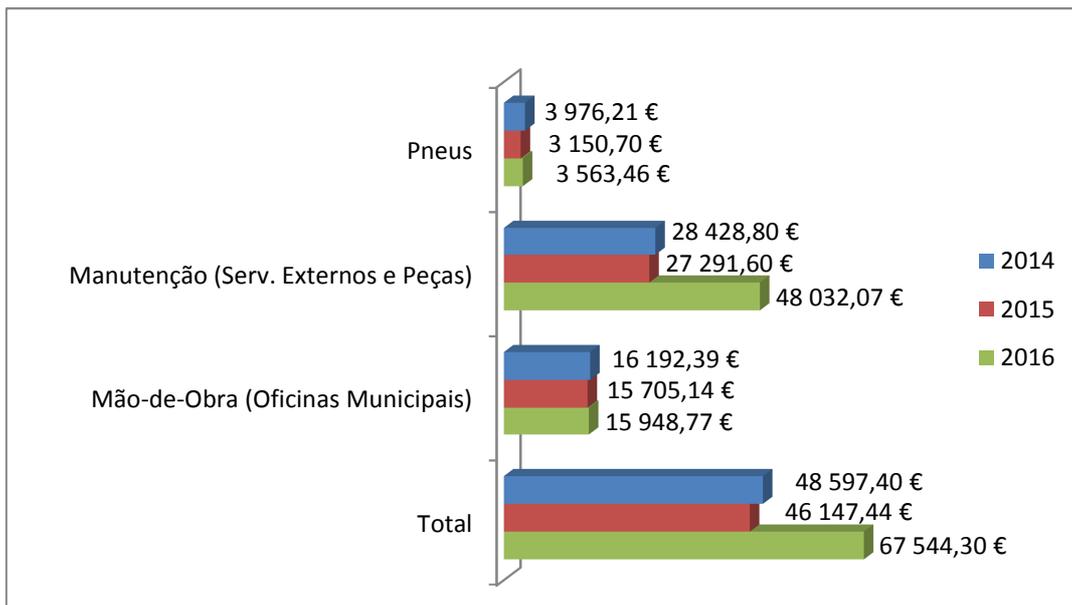


Custos manutenção máquinas e viaturas

No gráfico abaixo é feita uma análise dos custos de manutenção com as máquinas e viaturas da Câmara Municipal. De notar que os custos com combustíveis, amortizações e seguros não são considerados nesta análise, por não serem custos de manutenção.

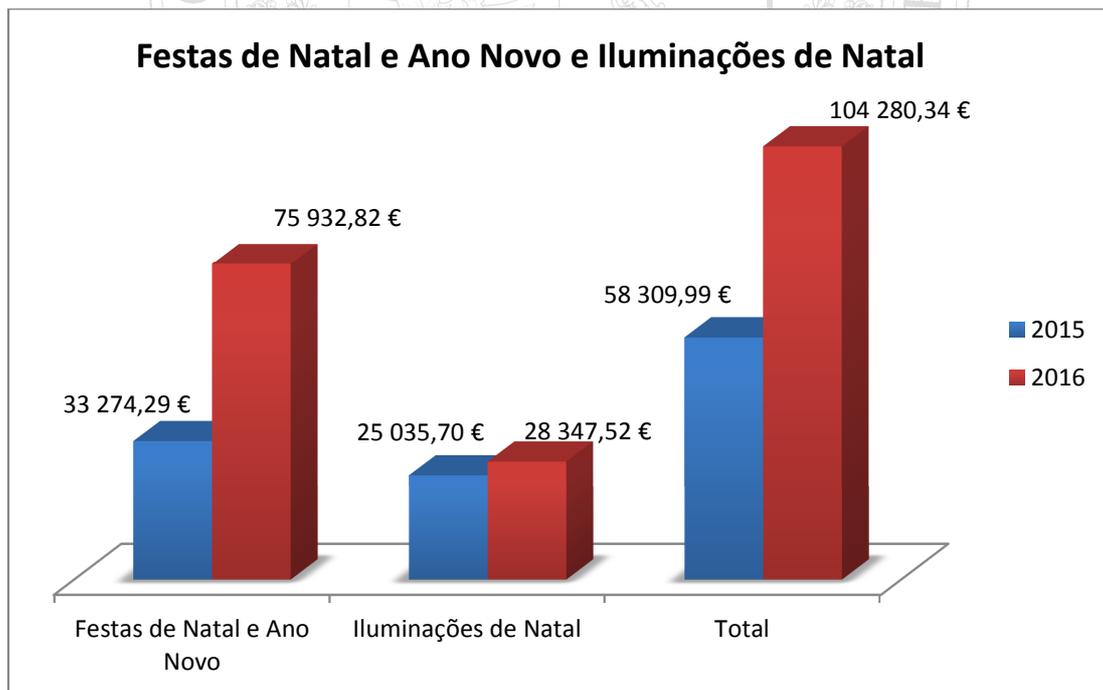
No ano de 2016 a gestão da manutenção da frota automóvel e máquinas ficou a cargo dos SMAH, sendo-nos faturado posteriormente os respetivos custos. Foi-nos faturado os serviços e fornecimentos externos, não tendo no entanto sido faturado a mão-de-obra do mecânico afeto às nossas oficinas.

Em virtude da mão-de-obra do mecânico representar um custo para a autarquia, logo um custo imputável às máquinas e viaturas, considerou-se como custo de mão-de-obra o custo médio ponderado dos últimos dois anos.



Festas de Natal e Ano Novo e iluminações de Natal

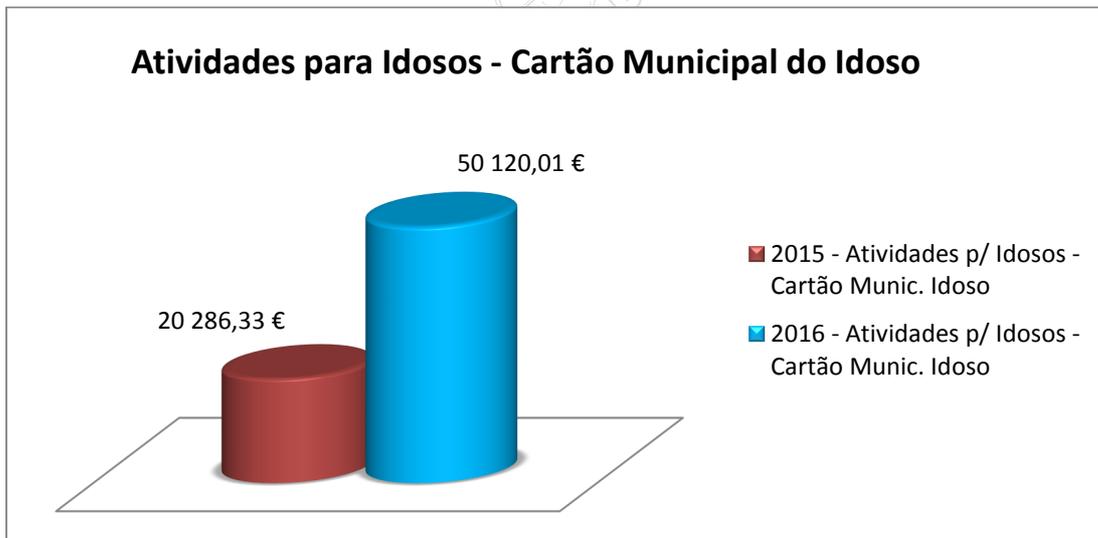
O gráfico seguinte analisa os custos das Festas de Natal e Ano Novo e iluminações de Natal comparativamente a 2015.





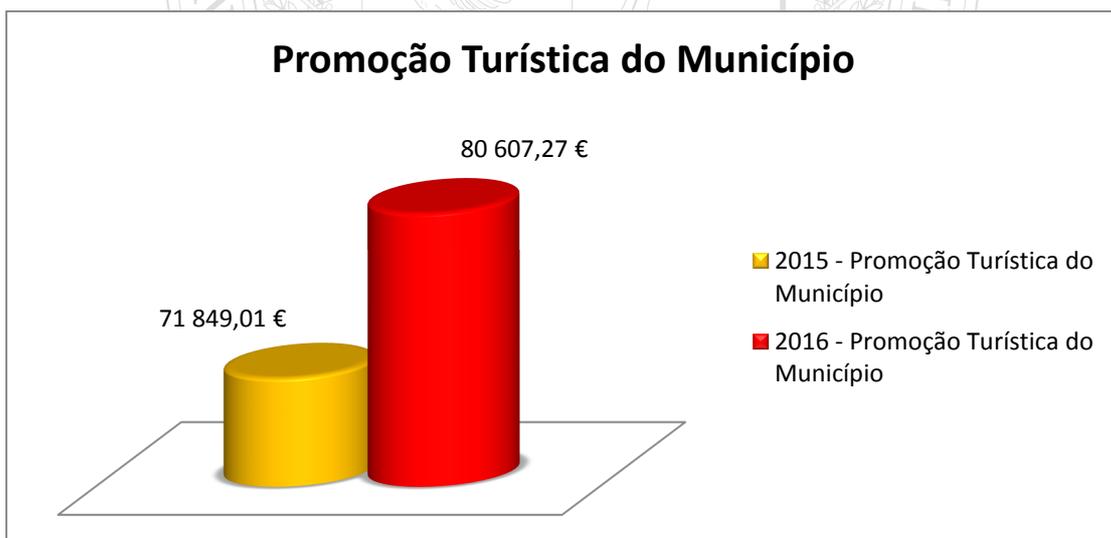
Atividades para idosos - Cartão Municipal do Idoso

Em seguida é feita uma análise comparativa com as Atividades para Idosos - Cartão Municipal do Idoso relativamente a 2015.



Promoção Turística do Município

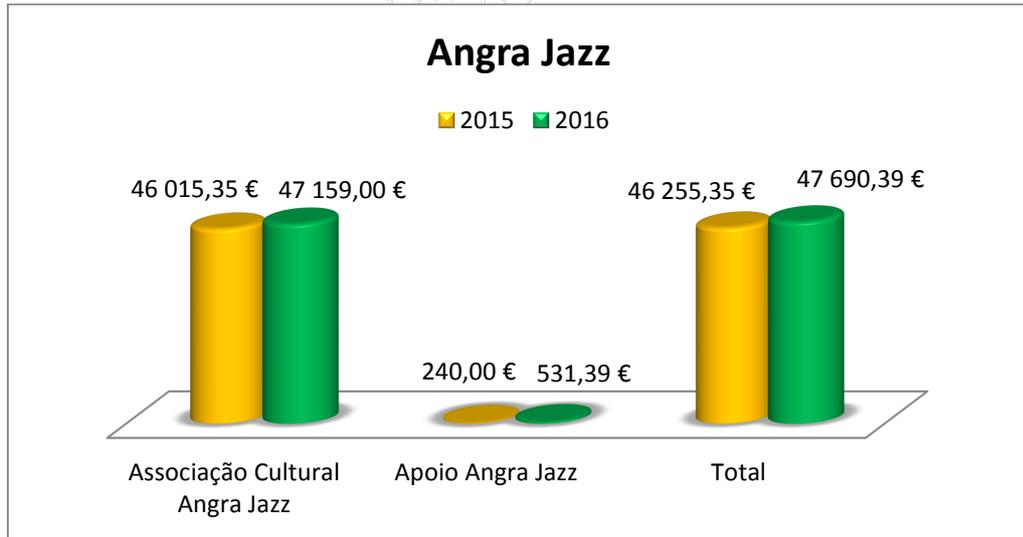
Comparativamente a 2015 analisa-se (gráfico seguinte), os custos com a Promoção Turística do Município.





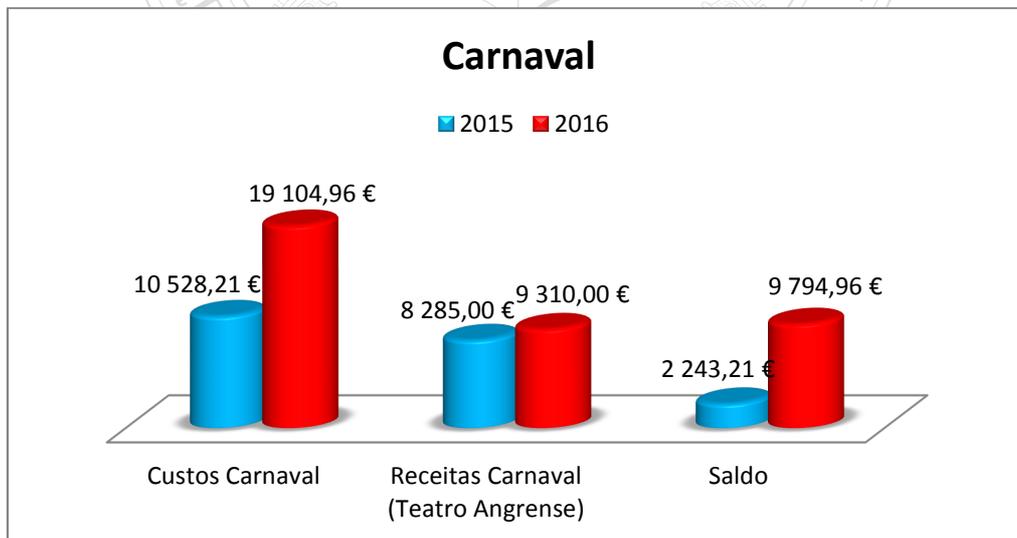
AngraJazz

De seguida é feita uma análise ao apoio ao Festival AngraJazz relativamente a 2015. A coluna “Apoio” diz respeito ao apoio logístico ao festival.



Carnaval

Finalmente analisa-se os custos com as atividades de Carnaval comparativamente com 2015. De notar que a rubrica “Custos Carnaval” inclui todos os custos com as atividades de Carnaval, incluindo as atividades de rua.

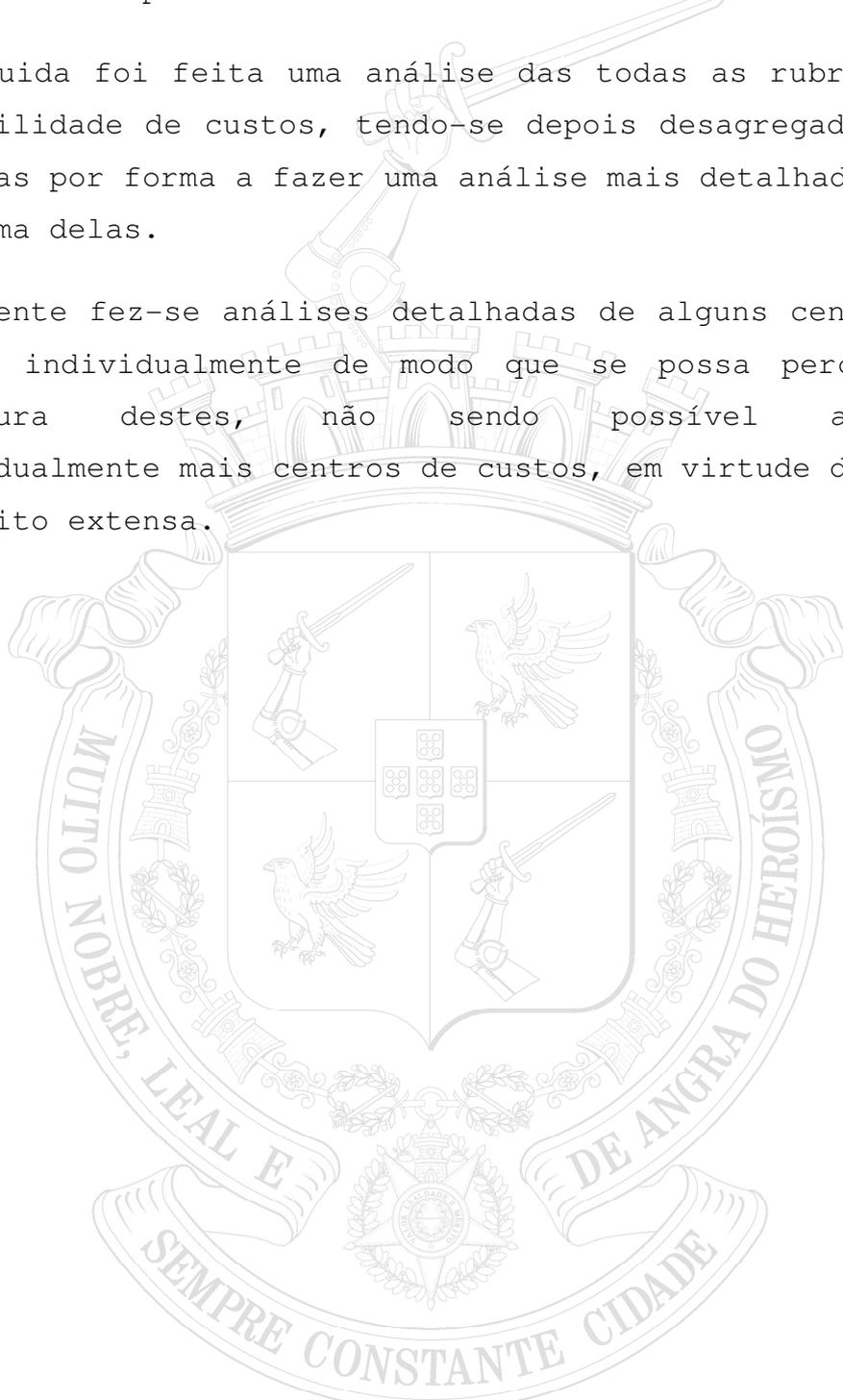




Da análise dos centros de custos atrás referidos, tentou-se em primeiro lugar fazer uma análise comparativa da contabilidade patrimonial com a contabilidade analítica.

Em seguida foi feita uma análise das todas as rubricas da contabilidade de custos, tendo-se depois desagregado estas rubricas por forma a fazer uma análise mais detalhada sobre cada uma delas.

Finalmente fez-se análises detalhadas de alguns centros de custos individualmente de modo que se possa perceber a estrutura destes, não sendo possível analisar individualmente mais centros de custos, em virtude da lista ser muito extensa.





A - Balanço

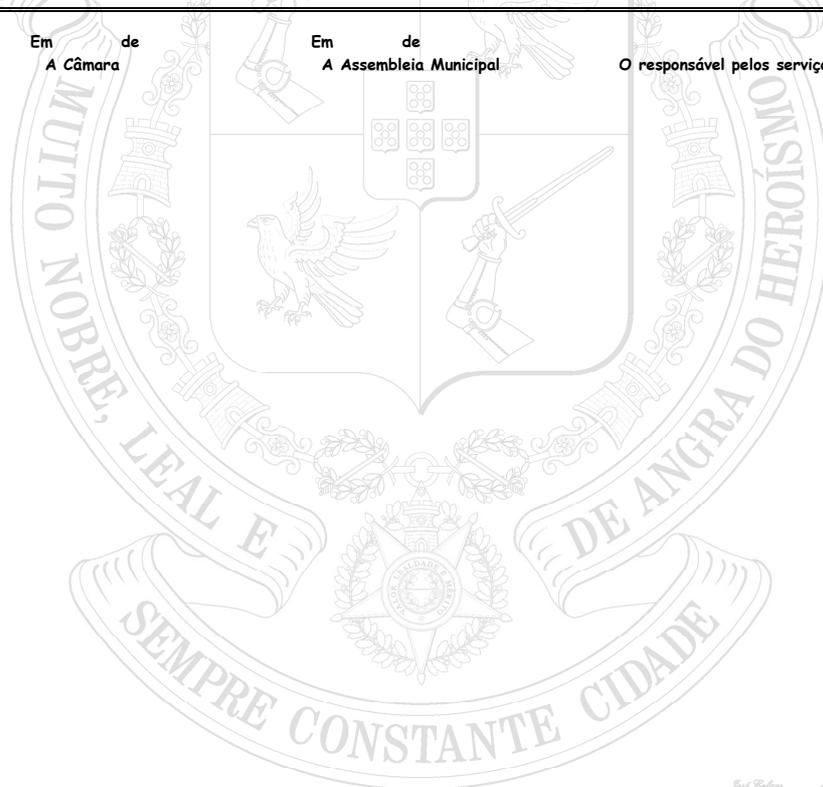
Município de Angra do Heroísmo				
BALANÇO				
	EXERCÍCIOS			
	2016			2015
	ACTIVO BRUTO	AMORT.PROVIS.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público				
451 Terrenos e recursos naturais	122.000,00	0,00	122.000,00	0,00
452 Edifícios	17.131,35	2.285,48	14.845,87	15.036,31
453 Outras construções e infra-estruturas	50.667.057,10	25.094.424,65	25.572.632,45	24.010.750,29
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	279.872,18	23.177,00	256.695,18	251.459,96
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	581.061,22	0,00	581.061,22	2.740.636,07
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	51.667.121,85	25.119.887,13	26.547.234,72	27.017.882,63
Imobilizações Incorpóreas:				
431 Despesas de Instalação	6.454,78	6.454,78	0,00	0,00
432 Desp.Investig.e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433 Prop.Indust. e Outros Direitos	2.449.841,45	1.911.817,12	538.024,33	661.937,84
443 Imobilizações em Curso	106.579,02	0,00	106.579,02	178.286,56
449 Adiant.P/Conta Imob.Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.562.875,25	1.918.271,90	644.603,35	840.224,40
Imobilizações Corpóreas:				
421 Terrenos e Recursos Naturais	24.718.370,38	320.136,76	24.398.233,62	14.818.462,10
422 Edifícios e Outras Construções	79.909.744,56	15.700.426,14	64.209.318,42	73.101.593,02
423 Equipamento Básico	3.739.727,66	2.568.887,93	1.170.839,73	1.160.567,50
424 Equipamento de Transporte	952.445,16	643.880,43	308.564,73	218.204,31
425 Ferramentas e Utensílios	374.755,02	291.689,20	83.065,82	30.707,17
426 Equipamento Administrativo	590.498,24	516.384,32	74.113,92	31.021,72
427 Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras Imobilizações Corpóreas	482.796,80	250.243,18	232.553,62	217.233,79
442 Imobilizações em Curso	1.766.373,56	0,00	1.766.373,56	2.377.878,53
448 Adiant.p/Conta Imob.Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	112.534.711,38	20.291.647,96	92.243.063,42	91.955.668,14
Investimentos Financeiros:				
411 Partes Capital	18.515.712,51	75.000,00	18.440.712,51	18.011.173,21
412 Obrigações e títulos de participação	1.023.838,27	0,00	1.023.838,27	1.023.838,27
414 Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	19.539.550,78	75.000,00	19.464.550,78	19.035.011,48
CIRCULANTE:				
Existências:				
36 Matérias-Primas, Subs.Consumo	160.662,33	1.269,14	159.393,19	188.571,07
35 Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34 Subprodutos, Desp.Resid.Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33 Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32 Mercadorias	375,00	0,00	375,00	375,00
37 Adiantamentos p/Conta Compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	161.037,33	1.269,14	159.768,19	188.946,07
Dívidas de Terceiros Médio-Longo Prazo				
264 + 268 Outros Devedores	7.941.459,17		7.941.459,17	8.768.830,75
	7.941.459,17	0,00	7.941.459,17	8.768.830,75



Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
28 Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211 Clientes c/c	113.778,86	0,00	113.778,86	165.571,64
212 Contribuintes c/c	17.625,20	0,00	17.625,20	18.166,35
213 Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.068.788,24	1.068.788,24	0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229 Adiantamentos a Fornecedores	2.829,72	0,00	2.829,72	34.329,73
2619 Adiant.Fornec.Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24 Estado e Outros Entes Públicos	1.387,53	0,00	1.387,53	1.252,69
264 Administração autárquica	167.097,41	0,00	167.097,41	167.400,25
262+263+267+268 Outros Devedores	612.465,00	0,00	612.465,00	616.187,00
	1.983.971,96	1.068.788,24	915.183,72	1.002.907,66
Títulos Negociáveis:				
151 Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152 Obrig.Tit.de Part	0,00	0,00	0,00	0,00
153 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Outras Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12 Depósitos em instituições financeiras	3.276.724,23	0,00	3.276.724,23	2.772.928,74
11 Caixa	4.540,00	0,00	4.540,00	1.246,80
	3.281.264,23	0,00	3.281.264,23	2.774.175,54
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271 Acréscimos e Proveitos	214.334,73	0,00	214.334,73	129.553,83
272 Custos Diferidos	13.703,14	0,00	13.703,14	10.532,30
	228.037,87	0,00	228.037,87	140.086,13
Total de Amortizações		47.406.076,13		
Total de Provisões		1.068.788,24		
Total do Activo	199.900.029,82	48.474.864,37	151.425.165,45	151.723.732,80

Em de
A CâmaraEm de
A Assembleia Municipal

O responsável pelos serviços





FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO:			
51 Património		56.044.643,02	56.044.643,02
55 Ajust.Partes Cap.Filiais e Assoc.		17.042.992,18	17.666.898,82
56 Reservas de Reavaliação		0,00	0,00
Reservas:			
571 Reservas Legais		660.529,78	576.529,78
572 Reservas Estatutárias		0,00	0,00
573 Reservas Contratuais		0,00	0,00
574 Reservas livres		11.928.308,38	10.336.845,05
575 Subsídios		0,00	0,00
576 Doações		673.508,50	144.869,20
577 Reservas decorrentes de transferências de activos		0,00	0,00
59 Resultados Transitados		2.256.374,57	1.998.460,48
Subtotal		88.606.356,43	86.768.246,35
88 Resultado Líquido do Exercício		2.463.850,26	1.675.462,33
Total do Fundo Próprio		91.070.206,69	88.443.708,68
PASSIVO:			
Provisões P/Riscos e Encargos:			
292 Provisões P/Riscos e Encargos		296.547,96	362.420,24
		296.547,96	362.420,24
Dívidas a Terceiros Médio-Longo Prazo:			
2312 Dívidas a Instituições de Crédito		13.488.774,96	14.865.176,97
262+263+265+267+268 Outros Credores		585.050,27	731.313,27
		14.073.825,23	15.596.490,24
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:			
2311 Empréstimos de curto prazo		0,00	0,00
2312 Empréstimos de M/L Prazo		1.370.618,00	1.367.056,00
269 Adiantamentos por conta Vendas		0,00	0,00
221 Fornecedores C/C		156.206,13	181.104,79
228 Forneced.-Fact.Recep.Conferência		174.048,59	341.582,43
252 Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e Utentes		0,00	0,00
2611 Fornecedores de Imobilizado C/C		62.763,15	106.266,35
2618 Fornecedores de Imobilizado -Fact.Recep.Conferência		180.582,89	43.356,93
24 Estado e Outros Entes Públicos		143.936,03	59.885,51
264 Administração autárquica		9.850,33	0,00
262+263+265+267+268 Outros Credores		285.747,33	291.901,00
		2.383.752,45	2.391.153,01
Acréscimos e Diferimentos:			
273 Acréscimos de Custos		689.649,88	782.589,58
274 Proveitos Diferidos		42.911.183,24	44.147.371,05
		43.600.833,12	44.929.960,63
Total do Passivo		60.354.958,76	63.280.024,12
Total do Fundo Próprio e do Passivo		151.425.165,45	151.723.732,80

José Rodrigo - FEGET-VII-III

Em de
A CâmaraEm de
A Assembleia Municipal

O responsável pelos serviços

**B - Demonstração de Resultados****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO DO ANC2016**

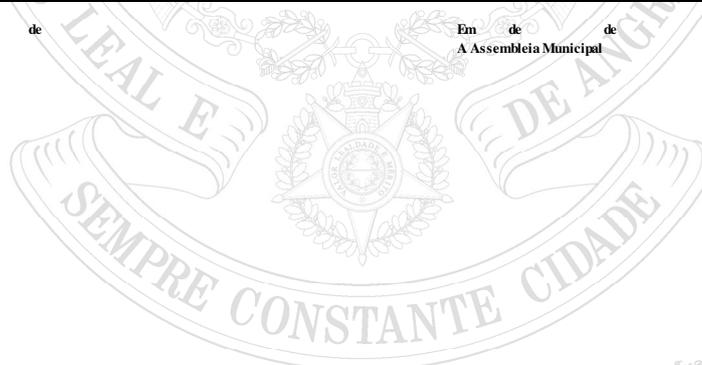
	2016		2015	
<u>CUSTOS E PERDAS</u>				
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas				
Mercadorias	0,00		0,00	
Mat.Primas e Mater.Consumidos	323.663,29	323.663,29	320.241,67	320.241,67
62 Fornecimentos e Serviços Externos		3.037.536,67		3.211.614,82
63 Transferências e subsídios correntes concedidos		2.003.238,61		1.639.126,69
64 Custos com o Pessoal:				
Remunerações (641+642)	3.558.115,47		3.710.428,40	
Encargos Sociais:	316,90		2.190,23	
Pensões (643+644)				
Outros (645/8)	1.194.257,26	4.752.689,63	1.333.322,98	5.045.941,61
66 Amortizações do exercício	3.808.259,58		3.757.762,97	
67 Provisões	100.207,04	3.908.466,62	326.672,30	4.084.435,27
65 Outros Custos Operacionais		30.464,80		29.819,68
(A)		14.056.059,62		14.331.179,74
68 Juros e Custos Similares:	67.578,81		91.219,27	
Provisões para aplicações financeiras	0,00		0,00	
Outros	2.201,75		2.516,24	
(C).....		69.780,56		93.735,51
69 Custos e Perdas Extraordinários		1.380.664,47		2.230.619,48
(E).....		15.506.504,65		16.655.534,73
88 Resultado Líquido do Exercício		2.463.850,26		1.675.462,33
		17.970.354,91		18.330.997,06

Em de
A Câmara

de

Em de
A Assembleia Municipal

de





	EXERCÍCIOS			
	2016		2015	
PROVEITOS E GANHOS				
71 Vendas e Prestações de Serviços:				
Mercadorias	4.234,94		4.470,27	
Produtos	0,00		0,00	
Prestações de Serviços	299.717,60		325.324,97	
713 Rendas	349.961,70		392.387,89	
72 Impostos e Taxas	4.493.186,36	5.147.100,60	3.964.476,68	4.686.659,81
Variação de Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Trabalhos própria entidade	322.393,38	322.393,38	377.581,94	377.581,94
73 Proveitos Suplementares	83.909,37		38.695,93	
74 Transferências e subsídios obtidos	10.143.831,31		10.942.348,85	
76 Outros Proveitos Operacionais	0,00	10.227.740,68	0,00	10.981.044,78
(B).....		15.697.234,66		16.045.286,53
78 Proveitos e ganhos financeiros:				
781 Juros obtidos	24.841,01		39.235,84	
783 Rendimentos de imóveis	0,00		0,00	
788 Outros Proveito e Ganho Financeiros	145.255,33	170.096,34	62.339,13	101.574,97
(D).....		15.867.331,00		16.146.861,50
79 Proveitos e Ganhos Extraordinarios		2.103.023,91		2.184.135,56
(F).....		17.970.354,91		18.330.997,06
RESUMO				
Resultados Operacionais: (B)-(A)=		1.641.175,04		1.714.106,79
Resultados Financeiros: (D)-(C-A)=		100.315,78		7.839,46
Resultados Correntes: (D)-(C)=		1.741.490,82		1.721.946,25
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)=		2.463.850,26		1.675.462,33



C - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(ponto 8.2 e 8.3 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22/02)

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais e devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas.

Foi o décimo quinto ano de aplicação do POCAL.

O ano de 2016 foi o nono ano de aplicação integral da contabilidade de custos.

8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior. Não aplicável

8.2.3 - Critérios Valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

No total encontram-se inventariados 17.583 bens, dos quais 15.610 são bens móveis, 40 viaturas, 877 imóveis, 233 bens intangíveis e 823 bens do domínio público.

Os critérios utilizados na valorização do immobilizado foram, sempre que possível, o custo de aquisição ou o custo de produção, nos termos do disposto no ponto 4.1.1 do POCAL.

Os bens imóveis que constituem o domínio privado do Município desde longa data e, portanto, com valor de aquisição desconhecido, foram avaliados, no âmbito do balanço inicial, pelo Departamento Técnico desta Edilidade; os imóveis que integraram o património municipal mais recentemente assumiram o valor das respetivas obras de reparação, beneficiação ou construção, conforme o caso, ou o valor de aquisição constante das respetivas escrituras.



Os bens de domínio público foram, igualmente, objeto de avaliação para o balanço inicial, sendo efetuadas correções ao fundo patrimonial por inclusão de alguns bens de domínio público não incluídos no inventário inicial.

As ofertas ao Município foram valorizadas tendo em consideração, o valor de mercado e custo de reposição, sendo efetuado o lançamento de regularização em 31 de Dezembro.

As existências foram valorizadas tendo por base o custo de aquisição.

8.2.4 - Cotações utilizadas para a conversão de moeda estrangeira.

Efetuaram-se pagamentos de pequena monta, referentes a uma quota com uma associação estrangeira, com base em faturas referenciadas em moeda estrangeira, utilizando-se para o efeito a cotação oficial do Banco de Portugal à data do pagamento das referidas faturas.

8.2.5 - Situações em que o exercício foi afetado por valorimetrias diferentes, amortizações superiores às adequadas, provisões extraordinárias.

Não se registaram no exercício situações do género.

8.2.6 - Comentário às contas 431 e 432.

As contas acima referenciadas não registaram qualquer movimentação.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO															
Activo Bruto (Imobilizado Bruto)															
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos						Alienações	Sinistros	Abates		Outros ajustamentos	Transferências	2016 Saldo Final
			Aquisições	Doações	Delegação de Competências	Trabalhos Internos	Outros ajustamentos	Total			Imobilizado Teramb	abate normal			
45 Bens de Domínio Público															
451 Terrenos e Rec Naturais			122.000,00					122.000,00							122.000,00
452 Edifícios e outras const.	17.131,35														17.131,35
453 Outras Const. e infra-estrut	47.272.623,83		446.328,15			22.071,46	226.488,90	694.888,51			227.999,98			2.927.534,74	50.667.057,10
455 Bens de Património Histórico	269.236,82		5.635,36	5.000,00				10.635,36							279.872,18
459 Outros Bens Domínio Público															
445 Imobilizações em Curso	2.740.636,07		710.626,04			40.235,48		750.861,52					4.290,08	2.906.146,29	581.061,22
446 Adiantamentos por conta															
	50.299.638,07		1.284.589,55	5.000,00		62.306,94	226.488,90	1.578.385,39			227.999,98		4.290,08	21.388,45	51.667.121,85
43 Imobilizações Incorpóreas															
431 Despesas de Instalação	6.454,78														6.454,78
432 Despesas de Invest.&Desenv															
433 Prop. Industrial e Out Dir	2.326.616,40		65.048,96					65.048,96					40.669,79	98.845,88	2.449.841,43
443 Imobilizações em Curso	178.286,56		48.526,79					48.526,79						120.234,33	106.579,02
449 Adiantamentos por conta															
	2.511.357,74		113.575,75					113.575,75						21.388,45	2.562.875,25
42 Imobilizações corpóreas															
421 Terrenos e Rec Naturais	14.822.582,30		294.479,08	345.502,52		12.884,45	9.036.133,24	9.688.999,29				2.252,25		209.041,04	24.718.370,38
422 Edifícios e outras const.	87.764.490,85		529.961,72	178.564,00		65.045,04	26.541,71	800.112,47			791.683,30		9.036.133,24	1.172.957,78	79.909.744,56
423 Equipamento Básico	3.838.661,86		395.947,54				108.141,13	504.088,67		5.398,55	23.486,29		27.700,37	574.858,75	3.739.727,66
424 Equipamento Transporte	851.367,80		135.072,48			3,61		135.076,09					35.826,37	1.827,64	952.445,16
425 Ferramentas e Utensílios	137.681,64		52.354,94			0,87	230.072,08	282.427,89			50,86		45.417,17	94,52	374.755,02
426 Equipamento Administrativo	411.272,80		23.718,32				302.800,85	326.519,17					6.707,77	140.585,96	590.498,24
427 Taras e Vasilhame															
429 Outras Imobilizações Corp.	418.812,71		14.037,76				49.946,33	63.984,09							482.796,80
442 Imobilizações em Curso	2.377.878,53		671.111,66			176.517,11		37.949,18						84.627,33	1.766.373,56
448 Adiantamentos por conta															
	110.622.748,49		2.116.683,50	524.066,52		254.451,08	9.791.584,52	12.686.785,62		5.398,55	815.220,45		117.903,93	9.836.299,80	112.534.711,38
41 Investimentos Financeiros															
411 Partes de Capital	18.086.173,21							1.053.994,48						624.455,18	18.515.712,51
412 Obrigações e Tit. Part.	1.023.838,27														1.023.838,27
414 Investimentos em Imov.															
4141 Terrenos e Rec Naturais															
4142 Edifícios e outras const.															
415 Outras Aplicações Financeiras															
4151 Depósitos em Instituições															
4152 Títulos de dívida pública															
4153 Outros Títulos															
441 Imobilizações em curso															
447 Adiantamentos por conta															
	19.110.011,48							1.053.994,48						624.455,18	19.539.550,78

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
Amortizações e Provisões							
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço			Abates e alienações	Regularizações	2016 Saldo Final
		Amortizações	outros ajustamentos	Total			
485 Bens de Domínio Público							
4851 Terrenos e Rec Naturais							
4852 Edifícios	2.095,04	190,44		190,44			2.285,48
4853 Outras Const. e infra-estrut	23.261.883,54	1.832.541,11		1.832.541,11			25.094.424,65
4855 Bens de Património Histórico	17.776,86	5.400,14		5.400,14			23.177,00
4859 Outros Bens Domínio Público							
	23.281.755,44	1.838.131,69		1.838.131,69			25.119.887,13
483 Imobilizações Incorpóreas							
4831 Despesas de Instalação	6.454,78						6.454,78
4832 Despesas de Invest.&Desenv							
4833 Prop. Industrial e Out Dir	1.664.678,56	222.654,24		222.654,24		24.484,32	1.911.817,12
	1.671.133,34	222.654,24		222.654,24		24.484,32	1.918.271,90
482 Imobilizações corpóreas							
4821 Terrenos e Rec Naturais	4.120,20	20.797,44		20.797,44		295.219,12	320.136,76
4822 Edifícios e outras const.	14.662.897,83	1.332.747,43		1.332.747,43		295.219,12	15.700.426,14
4823 Equipamento Básico	2.678.094,36	269.223,89	105.130,32	374.354,21	13.614,08	469.946,56	2.568.887,93
4824 Equipamento Transporte	633.163,49	46.543,31		46.543,31	35.826,37		643.880,43
4825 Ferramentas e Utensílios	106.974,47	25.534,37		25.534,37	42.324,23	201.504,59	291.689,20
4826 Equipamento Administrativo	380.251,08	41.439,33		41.439,33	6.657,04	101.350,95	516.384,32
4827 Taras e Vasilhame							
4829 Outras Imobilizações Corp.	201.578,92	11.187,88		11.187,88		37.476,38	250.243,18
	18.667.080,35	1.747.473,65	105.130,32	1.852.603,97	98.421,72	129.614,64	20.291.647,96
481 Investimentos em Imóveis							
4811 Terrenos e Rec Naturais							
4812 Edifícios e outras const.							
49 Investimentos Financeiros							
491 Partes de Capital	75.000,00						75.000,00
492 Obrigações e Tit. Part.							
495 Outras Aplicações Financeiras							
4951 Depósitos em Instituições financeiras							
4952 Títulos de dívida pública							
4953 Outros Títulos							
	75.000,00						75.000,00

Unidade: Euro



8.2.8 - Evidenciar com base nos mapas do ponto anterior as seguintes informações:

Descrição do ativo Imobilizado;

O ativo imobilizado do Município, que integra os bens de domínio privado da Autarquia e os bens de domínio público, decompõe-se em imobilizado corpóreo, com um peso aproximado de 66,41% do total, imobilizado incorpóreo e investimentos financeiros com um peso residual e imobilizado corpóreo de domínio público com um peso relativo de, aproximadamente, 19,11%.

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Em 2016 não foram adquiridos bens em estado de uso.

Taxas de amortização;

Foram utilizadas as taxas de amortização inscritas no CIBE, Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, e no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

Amortizações do exercício;

O valor das amortizações do exercício cifrou-se nos € 3.808.259,58.

Alienações, transferências e abates;

Foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo do domínio público o total de 2,90 milhões de euros sendo de realçar as empreitadas de reparação das zonas balneares destruídas nas intempéries 2015 no valor 66,07 mil euros e a reabilitação dos arruamentos do Concelho, pacote 4 no valor de 2,17 milhões.

Foi ainda transferido de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo o total de 1,41 milhões de euros, sendo de realçar a reconstrução da cobertura do edifício da Ladeira de S. Francisco com o valor de 53,13 mil euros,



melhoramentos no pavilhão municipal com o valor de 151,08 mil euros, reparação de campo de jogos da Ribeirinha no valor de 228,66 mil euros.

8.2.9 - Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, e que tenham sido capitalizados no mesmo período.

Não houve lugar a qualquer capitalização de juros, no decurso do exercício.

8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não se procedeu a qualquer reavaliação dando cumprimento ao ponto 4.1.11. do POCAL.

8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável, em concordância com o ponto anterior.

8.2.12 - Relativamente às immobilizações corpóreas em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas de:

a) Immobilizações em poder de terceiros;

Não existem immobilizações corpóreas em curso nesta situação.

Foram emprestadas, medidas de metrologia, datadas do século XVI, ao museu de Angra do Heroísmo, com os números de inventário 2442 a 2456 e 2215.

b) Immobilizações implantadas em propriedade alheia;

Está implantado o parque de estacionamento junto ao tribunal, NI 313, num terreno pertencente ao Estado.

c) Immobilizações reversíveis;

Não existem immobilizações corpóreas em curso nessa situação.

d) Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados;



Não aplicável.

8.2.13 - *Indicação dos bens de imobilizado utilizados em regime de locação financeira.*

Não existem bens nesta situação.

8.2.14 - *Relação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.*

Todos os bens identificados como pertencentes ao Município foram valorizados.

8.2.15 - *Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.*

Todos os bens de domínio público estão a ser alvo de amortização de acordo com as taxas fixadas pela lei.

8.2.16 - *Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.*

Denominação Social	N.P.C.*	Cap. Próp.*	Participação	Vol. Neg.*	Res. Liq.*
Associação Municípios da Região Autónoma dos Açores - AMPAA	512021333	955.907,27 €	93.679,91 €	2.134.250,00 €	45.150,65 €
Ass. Nacional Municípios Portugueses - ANMP	501627413	2.004.164,94 €	n.a	1.492.935,29 €	39.020,77 €
Ass. Para Gestão Parque Industrial da Ilha Terceira - AGESPI	512045399	189.338,35 €	24.940,00 €	223.234,32 €	9.508,86 €
Ass. Portuguesa Municípios Com Centro Histórico	502131047	102.373,08 €	n.a	82.102,78 €	-5.904,01 €
Ass. Desenvolvimento Regional - GRATER	512041997	107.290,00 €	n.a	n.d	n.d.
Agência Desenvolvimento Inovação da Região Angra do Heroísmo - ADIPA	512070717	n.a	75.000,00 €	n.d.	n.d. b)
Ass. Regional de Turismo - ART	512069956	375.000,00 €	75.000,00 €	12.804,40 €	-12.654,93 € a)
Cx. Crédito Agrícola Mútuo dos Açores	512006296	17.570,36 €	n.a	n.d.	n.d.
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	680018140	7.430.740,20 €	n.a	5.768.766,85 €	88.433,94 €
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental	509620515	30.567.829,37 €	18.316.193,83 €	1.881.887,94 €	14.308,46 €

* N.P.C. - Número Português de Contribuinte

* Cap. Próp. - Capital Próprio

* Vol. Neg. - Volume de Negócios

* Res. Liq. - Resultado Líquido

n.a - não aplicável

n.d. - não disponível

a) Refere-se às contas de 2015

b) a associação já encerrou a atividade aguarda-se documentos de confirmação

8.2.17 - *Elementos incluídos em títulos negociáveis e outras aplicações de Tesouraria.*

O Município dispunha a 31/12/2016 de um depósito a prazo no montante de € 500.000,00.

8.2.18 - *Discriminação da conta Outras Aplicações Financeiras.*

Não existem quaisquer bens desta natureza.

8.2.19 - *Indicação global, por categoria de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de*



elementos do ativo circulante e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não existem quaisquer diferenças deste tipo.

8.2.20 - Fundamentação da atribuição a elementos do ativo circulante de valores inferiores ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias referentes ao ativo circulante.

Não se efetuaram provisões de qualquer ordem.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa.

O valor global dos clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa ascende a € 1.068.788,24, proveniente, essencialmente, de rendas de habitação social e de ex-clientes da Culturangra. Realça-se que a maior parte deste valor não está em execução judicial.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da Autarquia local.

Não existe qualquer dívida.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal das obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não foram emitidos quaisquer tipos de títulos de dívida por parte do Município.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos" em situação de mora.

Na conta acima referenciada não existem movimentos a registar relativos a situações de mora.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:



MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
8.2.26 - Contas de Ordem							2016
Contas		SALDO		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
Código	Designação	GERÊNCIA ANTERIOR				GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Recibos para Cobrança							
093	Garantias e Cauções de Terceiros	-	-	-	-	-	-
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	2.402.036,10	-	10.757,46	-	2.412.793,56	-
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	-	-	-	-	-	-
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.395.879,02	-	10.757,46	7.491,50	1.399.144,98	-
09323	Prestadas por Outros Credores	1.006.157,08	-	-	-	1.006.157,08	-
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas	-	-	-	47.495,00	-	47.495,00
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c	-	-	-	-	-	-
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado	-	-	-	47.495,00	-	47.495,00
09333	Devolvidas a Outros Credores	-	-	-	-	-	-
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas	-	-	-	-	-	-
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c	-	-	-	-	-	-
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado	-	-	-	-	-	-
09343	Accionadas a Outros Credores	-	-	-	-	-	-
		2.402.036,10	0,00	10.757,46	47.495,00	2.365.298,56	0,00
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)	-	-	-	-	-	-
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	-	-	-	-	-	-
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	-	-	-	-	-	-
	Total de Recibos para Cobrança	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	2.402.036,10	0	10.757,46	47.495,00	2.365.298,56	0,00

Unidade: Euro

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas.

Foram efetuados, em 2016, reforços de provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais em curso, em que o Município é réu.

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO					
Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas					2016
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final	
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	976.081,20	95.207,04	2.500,00	1.068.788,24
292	Provisões para Riscos e Encargos	362.420,24	5.000,00	70.872,28	296.547,96
39	Provisões para Depreciação de Existências	1.269,14	-	-	1.269,14
49	Provisões para Investimentos Financeiros	75.000,00	-	-	75.000,00

Unidade: Euro

Mantiveram-se as provisões efetuadas para os consumíveis de impressoras que foram descontinuadas.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 "Fundo patrimonial", constantes do balanço.

A conta 55, ajustamentos de partes de capital, registou o reconhecimento por parte da TERAMB, EEM, do valor do subsídio ao investimento reintegrado. Esta conta sofre assim uma diminuição de 624,56 milhares.

O aumento de capital em espécie, efetuado na TERAMB, leva a um ajustamento, por via da avaliação dos bens, de 548,54 euros.

É ainda de realçar as correções de grande significado, lançadas de acordo com o extrato de conta:



Extrato de Conta

Conta: 59999

Designação: Result Trans. - acerto relat exerc ant

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Data de Emissão: 03/04/2017

Página 1 de 1

Data	D.	Lanc.	Tipo Doc.	Referência Doc.	Descrição do movimento	Débito (€)	Crédito (€)	Saldo (€)
					Saldo Anterior.....	0,00	0,00	0,00
01/01/2016	15	413	SLD.ABERT.		Saldo de abertura		1.998.460,48	1.998.460,48 C
31/10/2016	13	2016	Comdiv	MGD 219	Aterro Sanitário		226.358,90	2.224.819,38 C
31/12/2016	13	2101	PROVDIF.E	209	reint subsidio Culturangra		109.202,97	2.334.022,35 C
31/12/2016	13	2102	Comdiv	210	reint subsidio prorural +		4.350,00	2.338.372,35 C
31/12/2016	13	2122	Comdiv	MGD 493	Grandes Reparções - Património Mun	1.000,00		2.337.372,35 C
31/12/2016	13	2123	Comdiv	MGD 493	Reparação de Estradas, Arruamentos	1.156,40		2.336.215,95 C
31/12/2016	13	2124	Comdiv	MGD 493	Pequenas Empreitadas na rede viária	2.938,20		2.333.277,75 C
31/12/2016	13	2126	Comdiv	213	Reforço de provisões de cob duvidos		5.485,91	2.338.763,66 C
31/12/2016	13	2130	Comdiv	217	correção valor duplicado 2009	56.727,00		2.282.036,66 C
31/12/2016	13	2132	Comdiv	Inf Patrim 3	Indicação dos ROCs	65.154,11		2.216.882,55 C
31/12/2016	13	2132	Comdiv	Inf Patrim 3	Indicação dos ROCs		26.541,71	2.243.424,26 C
31/12/2016	13	2138	Comdiv	220	acerto lança nº 219		1.640,43	2.245.064,69 C
31/12/2016	13	2139	Comdiv	MEP 2016	MEP 2016 Teramb		8.585,08	2.253.649,77 C
					Totais do período.....	126.975,71	2.380.625,48	2.253.649,77 C
					Total.....	126.975,71	2.380.625,48	2.253.649,77 C

Dos movimentos supra realça-se o movimento 13 2016 referentes à transferência de património dos SMAH para a TERAMB.

O movimento 13 2101, diz respeito ao reconhecimento da reintegração de subsídios referentes aos anos 2013-2015 de um imóvel transferido da extinta CulturAngra, EEM.

Todos os outros movimentos são referentes a acertos com valor menor.

8.2.29 - Demonstração do custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como se segue:

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			Ano:	2016
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo		
Existências Iniciais	375,00			189.840,21
Compras	-			311.622,01
Regularizações de Existências	-	-		17.136,60
Existências Finais	375,00			160.662,33
Custos no Exercício	-	-		323.663,29

Unidade: Euro

8.2.30 - Demonstração da variação de produção, como se segue:

Não se registou.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

João Rodrigues - FEGET-VII-III



MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
Demonstração de Resultados Financeiros							2016
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	67.578,81	91.219,27	781	Juros obtidos	24.841,01	39.235,84
682	Perdas em entidades participadas	-	128,85	782	Ganhos em entidades participadas	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-	783	Rendimentos de imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-	784	Rendimentos de participações de capital	-	-
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-	785	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	-	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	2.201,75	2.387,39	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
	Resultados Financeiros	100.315,78	7.839,46	788	Outros proveitos e ganhos	145.255,33	62.339,13
		170.096,34	101.574,97			170.096,34	101.574,97

8.2.32 - Demonstração de resultados extraordinários:

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO							
Demonstração dos Resultados Extraordinários							2016
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	1.238.468,56	1.944.208,03	791	Restituições de impostos	-	-
692	Dívidas incobráveis	-	-	792	Recuperação de dívidas	-	-
693	Perdas em existências	17.107,39	2.646,03	793	Ganhos em existências	46,25	-
694	Perdas em imobilizações	24.975,28	266.171,94	794	Ganhos em imobilizações	114.459,35	-
695	Multas e Penalidades	288,00	3.208,18	795	Benefícios de penalidades	125.402,01	43.238,37
696	Aumentos de amortizações e de provisões	-	-	796	Reduções de amortizações e de provisões	70.872,28	167.988,46
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	83.695,24	8.988,91	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	52.528,98	92.692,65
698	Outros custos e perdas extraordinárias	15.597,05	4.734,01	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.739.715,04	1.880.216,09
699	Reemb e Restituições	532,95	662,38				
	Resultados extraordinários	722.359,44	- 46.483,92				
		2.103.023,91	2.184.135,56			2.103.023,91	2.184.135,57

Unidade: Euro



4. Proposta de Aplicação de Resultados e Aprovação do Saldo de Gerência

4.1 - Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo é de € 2.463.850,26.

Nos termos do ponto 2.7.3.3 e 2.7.3.5 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 - A/99, de 22 de Fevereiro, propõe-se à Assembleia Municipal, que o mencionado resultado seja utilizado para reforço das reservas legais no valor de € 124.000,00 sendo o remanescente utilizado para reforço das reservas livres.

Propõe-se ainda a inclusão em reservas livres do valor de resultados transitados no montante de € 2.339.850,26.

4.2 - Proposta de aprovação do Saldo de Gerência

O saldo da Gerência de 2016 é de € 3.281.264,23 composto por € 3.075.570,63 de execução orçamental e € 205.693,60 de operações de tesouraria.

Propõe-se, de acordo com os pontos 2.6 e 2.7.5 do POCAL a sua aprovação e inclusão nos documentos previsionais de 2017.

5. Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício

- Continuam por receber os valores não pagos pela administração Central/Regional referentes à participação fixa no IRS, nos seguintes anos:

2009 - € 866.808,00 (valor de Março a Dezembro)

2010 - € 91.780,00 (valor de Dezembro)

Estes montantes não foram reconhecidos na dívida de terceiros.



- Continuam por receber do IHRU (Instituto Habitação e Reabilitação Urbana) as verbas referentes à comparticipação das aquisições de Habitações sociais, realizadas nos anos de 2011 a 2013, no valor de 616.734,00. Foi reclamado este valor pela via judicial.

Angra do Heroísmo, 17 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal,

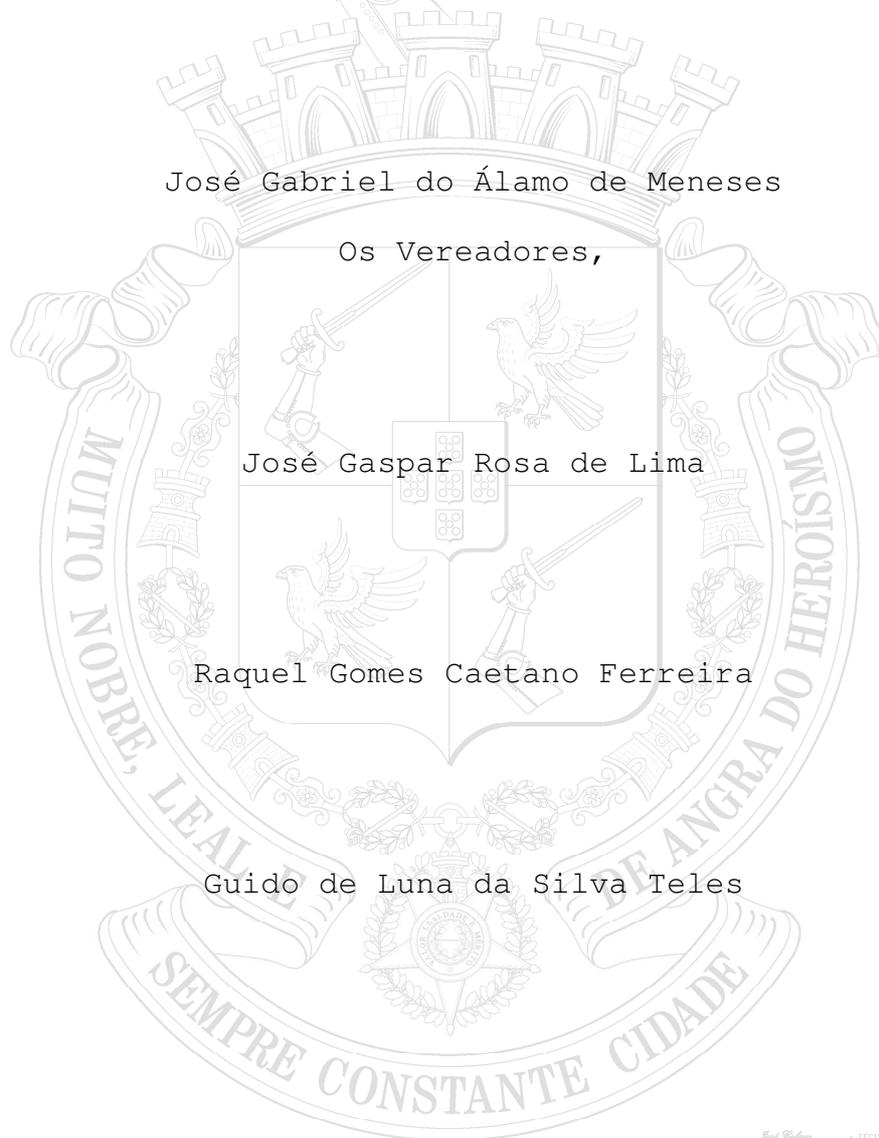
José Gabriel do Álamo de Meneses

Os Vereadores,

José Gaspar Rosa de Lima

Raquel Gomes Caetano Ferreira

Guido de Luna da Silva Teles

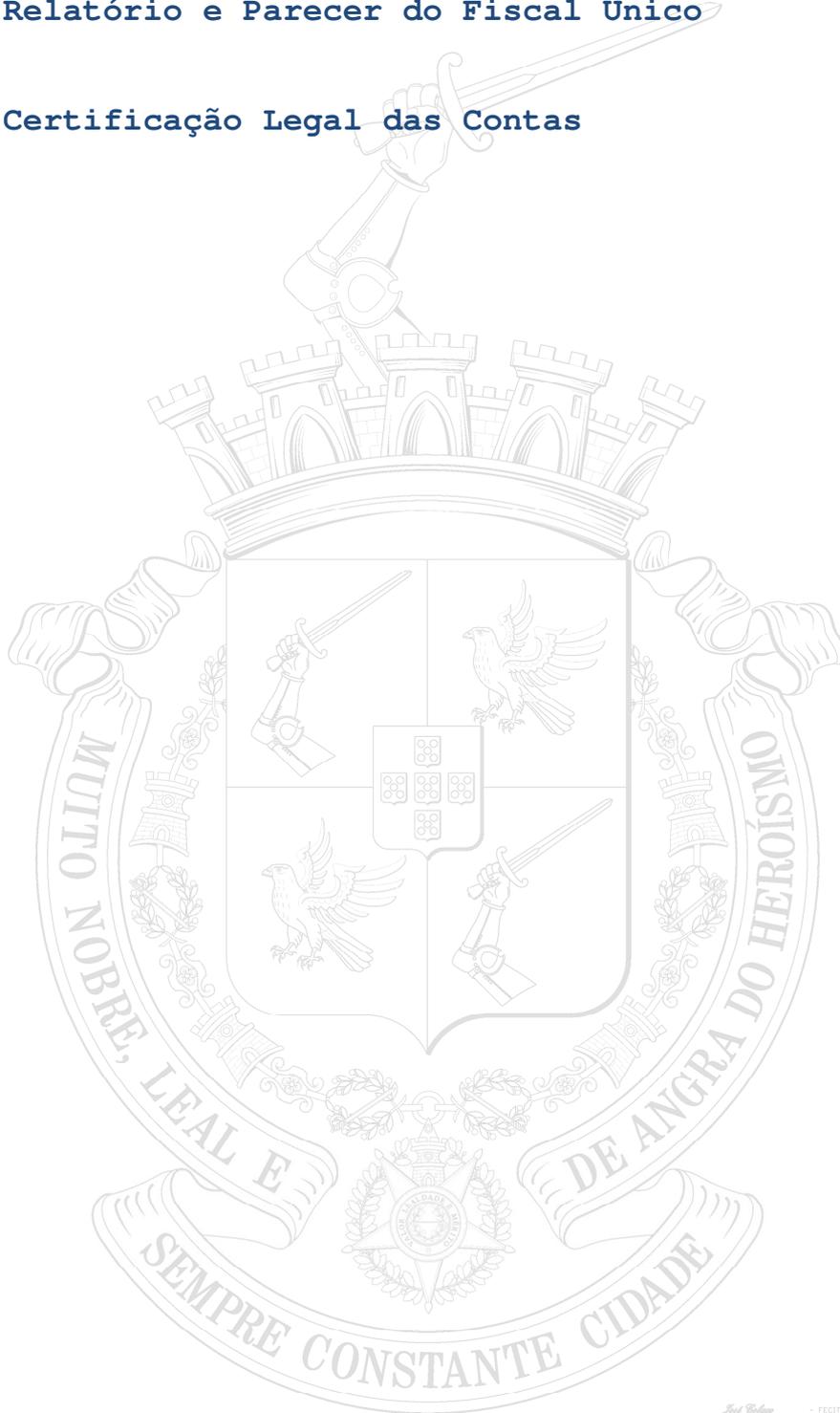




6. Auditoria Externa das Contas

6.1 - Relatório e Parecer do Fiscal Único

6.2 - Certificação Legal das Contas





7. Declarações previstasartº 15º al. a) e b) LCPA

7.1 - Declaração de compromissos plurianuais existentes

7.2 - Declaração de Pagamentos em atraso

7.3 - Declaração de Recebimentos em atraso

